

**MARIA DE FÁTIMA AMARAL SIMÕES PEIXINHO**

**O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação.  
Contexto e Desafios.**

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

PORTO

2010



**MARIA DE FÁTIMA AMARAL SIMÕES PEIXINHO**

**O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação.  
Contexto e Desafios.**

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

PORTO

2010

**MARIA DE FÁTIMA AMARAL SIMÕES PEIXINHO**

**O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação.  
Contexto e Desafios.**

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais com o Mundo Árabe e Islâmico, sob a orientação do Professor Ivo Sobral.

## **Sumário**

O povo curdo representa a maior etnia do mundo sem pátria. Habitualmente recordados pelo imaginário colectivo no quadro do martírio que sofreram na Segunda Guerra do Golfo, mas também pelo activismo terrorista do PKK, importa perceber verdadeiramente quem são.

Nesta dissertação abordamos de forma sumária a história deste povo, atravessando necessariamente a memória da área geográfica onde se incluem, o Médio Oriente, e as convulsões que marcaram os ciclos da sua evolução.

O povo curdo e o seu território são indissociáveis, pelo que, até ao final da primeira Guerra Mundial, a abordagem é conjunta. Depois da definição artificial de fronteiras realizada pelos Tratados subsequentes aos Acordos de Paz, a dissertação concentra-se na experiência do Curdistão no Iraque.

Com efeito, o território curdo no Iraque, a sua história, evolução e marcas da actualidade foram objecto de uma análise mais detalhada. Trata-se da experiência mais próxima da independência que os curdos vivenciaram, excluindo o caso excepcional da república de Mahabad.

Com esta dissertação pretendemos desmontar a história de um povo praticamente desconhecido e tentar perceber até que ponto a experiência pioneira de um Estado quase independente poderia potenciar uma futura independência, ou experiências similares, nos vizinhos territórios curdos da Turquia e do Irão.

## **Abstract**

The Kurdish people represents the biggest ethnic group in the world without a homeland. Usually remembered on account of the torment they lived during the Second World War, but also because of the PKK activism, we need to understand who they really are.

In this paper we approach the history of this people, crossing the memory of the Middle East and the moments of disturbance that defined the cycles of its evolution.

The Kurds and its territory are connected, so then until the end of the First World War, there's a joint approach of both of them. After the artificial borders definition proposed by the Treaties following the Peace Agreements, this paper work focuses the Kurdish Iraqi experience.

In fact, Kurdish Iraq, its history and evolution were the object of a deeper and detailed analysis. It's the closest experience of independence the kurds ever lived, excluding the exceptional, but short case, of the Mahabad Republic.

We intend to disassemble the history of an almost unknown people and understand how its pioneer experience could encourage a future independence, or similar actions in the neighbor countries of Turkey and Iran.

Aos meus filhos  
e  
ao  
Vitor  
companheiro de uma vida

## **Agradecimentos**

Ao Professor Ivo Sobral pela disponibilidade e paciência com que partilhou as minhas dúvidas e ansiedades. Estou particularmente grata por ser o meu Orientador e mentor durante todo o Curso, direccionando a minha vontade de conhecer para objectivos mais concretos que perspectivam novos horizontes de vida.

Ao Professor João Casqueira e a todos os outros Professores deste Curso pelo empenho e apoio que sempre nos facultaram.

À Susana, à Dulcineia e ao José que se revelaram uns verdadeiros amigos.

Aos meus pais por existirem e serem o meu porto seguro.

Ao Vitor que sempre acreditou na minha capacidade de cumprir objectivos e que, nos momentos de desalento, foi o meu apoio, a minha fortaleza.

À Prazeres que me acompanhou nesta jornada difícil e partilhou as alegrias, tristezas e incertezas de quem decide regressar à escola, numa fase da vida particularmente complicada do ponto de vista profissional.

Ao Miguel pela paciência e à Teresa pela amizade.

Ao Casimiro, por tudo.

Aos meus amigos.

## SIGLAS

CUP – Committee of Union and Progress  
CPA – Coalition Provisional Authority  
DPAK – Democratic Patriotic Alliance of Kurdistan  
HRW – Human Rights Whatch  
ICP – Iraq Comunist Party  
IGC – Iraqi Governing Council  
IKF – Iraqi Kurdistan Front  
ISF – Iraqi Safety Forces  
KA – Kurdish Alliance  
KDP – Kurdish Democratic Party  
KDP-I – Kurdistan Democratic Party - Iran  
KNA – Kurdish National Assembly  
KPDP – Kurdistan Popular Democratic Party  
KRG – Kurdish Regional Government  
KSM – Kurdistan Socialist Movement  
KSP – Kurdistan Socialist Party  
PASOK – Kurdish Socialist Party  
PUK – Patriotic Union of Kurdistan  
TAL – Transitional Administrative Law

## INDICE

INTRODUÇÃO .....	1
I. Capítulo – ORIGENS	
1. O Curdistão e os Curdos.....	4
2. Breve Abordagem Histórica	
2.1. Antiguidade (3.000 a.c. a 400 a.c.).....	8
2.1.1. Os Hurritas .....	8
2.1.2. As Invasões Indo-Europeias .....	10
2.2. Período Clássico (500 a.c. a 600) .....	10
2.3. Período Medieval (500 a 1500) .....	12
2.3.1. Invasão Seljúcida, Mongol e Timúrida .....	15
2.4. Período Moderno (1497 a 1918) .....	17
2.4.1. Os Curdos e os Otomanos.....	19
2.4.1.1. A Casa de <i>Soran</i> .....	22
2.4.1.2. A Casa de <i>Bothan</i> .....	23
2.4.1.3. A Casa de <i>Baban</i> .....	24
2.4.1.4. A ascensão dos Xeiques e das Ordens Religiosas Sufis.....	25
2.4.1.6. Breve Identificação Étnica sob o Império Otomano.....	27
2.4.2. O Império Qajar e os Curdos .....	30
2.4.2.1. A Casa de Ardalan.....	31
2.4.2.2. Os Qajars e as Confederações Tribais Curdas.....	32
2.4.2.3. Os Qajars e a nova Ameaça Europeia.....	33
2.4.2.4. A Revolução Constitucional de 1906.....	34
2.4.2.5. Breve Identificação Étnica sob o Império Qajar.....	35
2.5. Revolução, Nacionalismo e Guerra (1908-1918).....	38
2.5.1. Os primeiros curdos reformistas.....	39
2.5.2. O Curdistão e a Revolução dos Jovens Turcos .....	42
2.5.3. As Rebeliões de Barzan e Bitlis .....	44
2.5.4. O Império Persa.....	45
2.5.5. A Primeira Guerra Mundial .....	45

## II Capítulo – O CURDISTÃO NO IRAQUE

1. A Gênese de uma Autonomia.....	47
1.1. De Sèvres à Independência do Iraque.....	49
1.2. Mulla Mustafa Barzani .....	53
1.2.1. A República de Mahabad.....	57
1.2.2. O Exílio na União Soviética e o regresso ao Iraque.....	60
1.3. O aparecimento dos partidos políticos .....	63
1.4. Os Curdos e o Baath .....	66
1.4.1. Fragmentação e Fraqueza .....	74
1.4.2. A Ameaça Externa .....	76
1.4.3. Prelúdio de Morte .....	78
1.4.4. As Operações Anfal .....	79

## III Capítulo – CURDISTÃO NO IRAQUE, UM ESTADO *de facto*

1. Origens - A Primeira Guerra do Golfo e o Renascimento da luta.....	82
2. Negociando a Autonomia.....	86
3. A Democracia no Curdistão do Iraque .....	87
3.1. Processo Eleitoral .....	89
3.2. Um novo espaço político? .....	91
4. Os Curdos e a Segunda Guerra do Golfo .....	92
4.1. Eleições de 2005 .....	94
4.2. Eleições de 2009 .....	95
CONCLUSÃO .....	96
BIBLIOGRAFIA .....	100
APÊNDICES .....	106
ANEXOS.....	132

## INDICE DE APÊNDICES

<b>Apêndice 1</b> – Acordo Sykes-Picot .....	107
<b>Apêndice 2</b> – Declaração Wilson .....	110
<b>Apêndice 3</b> – Resolução 688 - ONU .....	115
<b>Apêndice 4</b> – “Electoral Law” .....	117

## INDICE DE ANEXOS

<b>Anexo 1</b> – Quadro da População Curda Mundial .....	133
<b>Anexo 2</b> – Império Medo.....	134
<b>Anexo 3</b> – Mapa das Famílias e clãs curdos (1835) .....	135
<b>Anexo 4</b> – Subdivisões do Curdistão .....	136
<b>Anexo 5</b> – Zonas de Exclusão do Iraque.....	137

## INTRODUÇÃO

O Curdistão e o povo curdo são a temática subjacente à presente dissertação. Num esforço para perceber a história da maior etnia do mundo sem pátria, foi dedicada a primeira parte deste trabalho ao estudo das origens deste povo, num esforço de contextualização que se inicia na Antiguidade, percorre os períodos Clássico, Medieval e Moderno, chegando à Primeira Guerra Mundial.

Na segunda parte iniciamos o estudo específico do caso iraquiano. Com efeito, trata-se da única experiência de autonomia curda que resistiu e permanece na actualidade, pelo que suscita o interesse de uma análise mais aprofundada.

A génese do Curdistão Iraquiano encontra-se no final da Primeira Guerra Mundial e na divisão artificial de fronteiras definida pelos Aliados. Com efeito, é neste cenário que o Curdistão se subdivide por vários países, um dos quais será o novo Iraque. Das ilusões criadas pelo Tratado de Sèvres à dura realidade do Mandato Britânico, o povo curdo do Iraque experiencia momentos únicos de exultação e desânimo.

Nesta caldeira de experiências assomam, necessariamente, os grandes líderes e as grandes personalidades controversas como Mulla Mustafa Barzani. Será também neste teatro que se joga o xadrez político internacional das alianças e traições.

No final da segunda parte, é abordada a guerra Irão/Iraque, momento particularmente delicado para o povo curdo, no decurso do qual foram alvo das operações militares particularmente agressivas (Operações Anfal) que levaram ao extermínio e fuga de milhões de curdos.

A terceira parte desta exposição centra-se na constituição da autonomia curda em território iraquiano, consubstanciada, objectivamente, numa estrutura que conta com poder executivo e legislativo, não obstante depender formalmente do governo federal do Iraque. Na realidade, o Curdistão no Iraque funciona actualmente como um Estado *de facto*.

Para contextualizar a emergência de um “Estado Curdo” no Iraque, importa realizar uma análise das consequências das guerras do Golfo e do jogo político internacional no

---

cenário do Curdistão Iraquiano, que se desenvolve paralelamente ao relacionamento PUK e KDP, forças políticas centrais neste universo.

Finalmente, apresentamos a actualidade, caracterizada pela repetição de um padrão sistematicamente centrado numa pertença tribal ou de clã que, não obstante a aproximação à urbanidade, se mantém em largos sectores da sociedade curda.

Relativamente à escolha deste tema, ela resulta sobretudo da opção mais genérica de explorar assuntos menos estudados e conhecidos, com interesse humano e dimensão internacional. Na realidade, o povo curdo é uma incógnita, uma dúvida que importa esclarecer e perceber.

Trata-se de aprofundar o conhecimento acerca de um assunto praticamente inexplorado que se desenvolve numa parte do mundo, particularmente interessante para o estudo das Relações Internacionais com o Mundo Árabe e Islâmico. Efectivamente, o povo curdo assume a diferença num painel étnico, de predomínio árabe e persa, com uma história associada de revolta e perseguição.

O Curdistão, a sua história e, mais ainda, a perspectiva de sucesso de uma experiência de autonomia que se desenvolve na actualidade, parecem motivações suficientes para a escolha de um tema para a dissertação de mestrado.

Do ponto de vista dos objectivos deste trabalho, pretende-se:

- apresentar uma história, necessariamente resumida do Curdistão, mas que aborde os momentos centrais da evolução do sentimento nacionalista;
- identificar períodos chave da história curda que remetem para a unidade, ou pelo contrário para a desagregação;
- identificar processos de identificação étnica;
- perceber e avaliar a experiência do Curdistão Iraquiano como possibilidade de definição de um novo espaço político;
- avaliar prospectivamente o futuro do Curdistão no Iraque, como potenciador de um fenómeno unificador

---

Atendendo aos objectivos propostos e perante um tema relativamente desconhecido, a metodologia adoptada passou pelo levantamento exaustivo de toda a documentação disponível acerca do assunto, bem como de Universidades detentoras de “centros de estudos curdos”, com vista a encetar qualquer tipo de colaboração.

Neste contexto e face à escassez de documentação portuguesa, foi contactado o Centro de Estudos Curdos da Universidade de Exeter que, na pessoa do Professor Gareth Stansfield, forneceu algumas indicações bibliográficas, valiosas para o desenvolvimento do trabalho académico.

Paralelamente, a deslocação ao Centre d'Études Kurdes, em Paris, permitiu também aceder a um vasto conjunto de publicações.

Efectivamente, a dissertação baseia-se exclusivamente num trabalho de pesquisa documental, sem qualquer suporte empírico. Neste contexto, importa referir que no início deste projecto se perspectivou a possibilidade de uma deslocação ao Curdistão Iraquiano com o objectivo de observar e contactar directamente com a realidade. Contudo, por questões de segurança, tal não foi possível.

Apesar do teor claramente teórico da dissertação, os objectivos propostos foram alcançados, não obstante a evidência do imenso campo de trabalho ainda por explorar. Com efeito, este trabalho fornece um conjunto de pistas para o estudo de vertentes particularmente interessantes da vivência curda e, neste sentido é entendido como o princípio, e não o final do caminho.

Entende-se que esta dissertação pode servir como ponto de partida para todos aqueles que desejem começar a explorar este assunto, na medida em que, para além da perspectiva histórica, permite compreender a actualidade do povo curdo no Iraque.

## I CAPÍTULO - ORIGENS

### 1. O Curdistão e os Curdos

Definir com clareza as origens de um povo é pela sua natureza uma tarefa difícil que, neste contexto, assume contornos particularmente complicados, na medida em que sendo nativos de um espaço geográfico que se convencionou denominar Curdistão, os curdos são, na realidade, o produto de milhares de anos de contínua evolução, assimilação de culturas e migrações introduzidas numa região determinada (Stansfield, 2003).

Com efeito, o Curdistão foi desde sempre a pátria curda, contudo, importa esclarecer qual o território de que estamos a falar. Atendendo a esta dificuldade inicial consubstanciada na necessidade de clarificar o nosso objecto de estudo, adoptámos a definição da Enciclopédia Islâmica “*All territories where the Kurdish people have resided and continue to reside until the present time are called Kurdistan.*” (cit. in Mella, 2005, p. 21).

Na realidade, pelo facto de não existir como um Estado independente, com fronteiras claramente definidas, o Curdistão é definido genericamente como o conjunto dos territórios nas quais os curdos constituem, uma maioria étnica. Contudo, este espaço geográfico não se manteve constante ao longo dos séculos. O Norte do Curdistão, por exemplo, ocupa actualmente quase 50% do que era tradicionalmente a pátria Arménia, ou seja a região costeira e o Norte do Lago Van na moderna Turquia. Paralelamente, vastas áreas do Curdistão, ao Sul das montanhas de Zagros<sup>1</sup>, foram sendo gradualmente perdidas devido às vagas migratórias em direcção ao Noroeste e à metamorfose étnica de muitos curdos em Lurs<sup>2</sup> (Natali, 2005).

A partir do séc. XVI o Curdistão foi aumentado por dois grandes enclaves, compostos sobretudo por curdos deportados. Trata-se do Enclave Central da Anatólia –

---

<sup>1</sup>Cordilheira montanhosa que se estende desde o Cáucaso até ao Golfo Pérsico numa extensão aproximada de 1.500km percorrendo o Curdistão e acompanhando a actual linha de fronteira Irão/Iraque até ao Estreito de Ormuz.

<sup>2</sup> O povo Lur é nativo do Luristão/Lorestão, actualmente uma província do Irão que faz fronteira com o Sul do Curdistão.

---

---

genericamente inclui a área à volta das cidades de Yunak, Haymana e Cihanbeyli na Turquia e se estende até aos distritos montanhosos da Anatólia Norte/Central - e do Enclave do Norte Khurasan – localizado na parte ocidental do Irão e centrado nas cidades de Quchân e Bujnurd (Mella, 2005).

Podemos afirmar que o Curdistão actual se desenvolve simultâneamente em dois palcos: num território contínuo, ocupando áreas da Turquia, Iraque, Irão, Síria, República da Arménia e do Azerbaijão e conta ainda com dois enclaves, resultantes da ocupação maciça de determinada região por força das deportações em massa realizadas. Relativamente, ao que actualmente se designa por Curdistão, adoptámos, do ponto de vista metodológico, a divisão do território estabelecida por Merhadad Izady (1992), que podemos sumarizar do seguinte modo:

**Curdistão Sul** – Região fundamentalmente centrada na cidade de Kermanshah no actual Irão. Trata-se de uma área urbanizada e com uma população cosmopolita. Os seus habitantes têm um forte sentido história, enformada sobretudo pelo contacto com os Persas nos últimos cinco séculos. Nesta região falam-se os dialectos *Gorani* e *Laki*<sup>3</sup>, sendo também considerada o centro da religião *Yarsan*<sup>4</sup> ou *Ahl-e Haqq*.

**Curdistão Central** – Circunda e envolve a cidade de Arbil, no Iraque. Tendencialmente orientado para a Mesopotâmia, mantém uma vocação urbana. Trata-se da região menos montanhosa e também a mais quente de todo o Curdistão pelo que é frequentemente referida como “*garmasir*” o que significa “país quente” na língua curda.

O **Curdistão Central** e do **Sul** são em muitos aspectos extensões um do outro, apesar dos cinco séculos de domínio persa no Sul. O Islão sunita domina o Curdistão Central, não obstante conviver com o xiismo, alevismo<sup>5</sup>, yezidismo<sup>6</sup> cristianismo e judaísmo. Todos os maiores dialectos curdos são ali falados, dando a sensação que esta região mantém uma ligação natural.

---

<sup>3</sup> Gorani e Laki são sub-dialectos da língua curda.

<sup>4</sup> A religião Yarsan, também conhecida por Ahl-e Haqq (povos da verdade, em curdo) é considerada uma ordem xiita, heterodoxa. À semelhança dos Yazidis acreditam na reencarnação e na transmigração das almas, pelo que, são considerados por muitos muçulmanos como estando fora do Islão.

<sup>5</sup> O alevismo, normalmente considerada uma seita herética pelos muçulmanos Sunitas Ortodoxos, tem práticas diferentes do Islão tradicional. As orações são realizadas nas “cemevis” – casa de oração – e não nas mesquitas (porque foi numa mesquita que Ali foi assassinado), as orações são feitas em conjunto com as mulheres e defendem a igualdade dos sexos.

<sup>6</sup> Os Yezidis são uma religião de tipo sincrético, que mistura elementos do Zoroatrismo e Cristianismo.

---

**Curdistão Oriental** – Não obstante estar centrado na cidade de Mahabad, no Irão, largas porções do Curdistão Oriental, particularmente a Sul do eixo Bijar-Marivan (cidades da Província do Curdistão, no Irão), integravam culturalmente o Curdistão Sul. O *kurmanji*<sup>7</sup> é praticamente o único dialecto falado e o Islão Sunita, a religião da vasta maioria. Nota-se uma grande clivagem entre o campo e a cidade, enquanto urbes como Bijar e Marivan têm o sentimento e a cultura mais aberta do Curdistão Sul, o campo é muito conservador e poderoso.

**Curdistão Norte** – Região centrada na cidade de Bayazid, na Turquia. Trata-se da mais dura e inóspita terra de todo o Curdistão, com largas porções desta subdivisão, particularmente as zonas costeiras junto ao Lago Van e a zona Norte a pertencerem historicamente à Arménia. Esta região contou no passado com uma agricultura forte e uma boa base urbana, orientada para a economia comercial que foi devastada por cinco séculos de guerras, deportações e massacres. Os seus habitantes são fortemente tribais e os menos desenvolvidos economicamente e tecnologicamente do Curdistão. Apesar da grande cidade de Van ser a maior da região, é muito enganador apontar uma urbe como centro do Curdistão Norte, porque efectivamente não há grandes cidades dignas de registo, mas apenas numerosas ruínas das grandes cidades passadas. O Curdistão Norte é a região dos grandes centros culturais passados, de resto foi numa pequena cidade Bayazid (na Turquia), anteriormente um grande centro cultural, que nasceu Ahmad Khâni<sup>8</sup>, talvez o maior poeta curdo e autor do épico nacional “Mem o Zin<sup>9</sup>”.

**Curdistão Ocidental** – Centrado em Dyarbakir na Turquia, estende-se desde a Costa do Mediterrâneo (próximo de Iskenderum<sup>10</sup>) até às montanhas Munzur<sup>11</sup> a Norte de Tunceli (antiga Dersim, na Turquia). O clima é bom e a agricultura produtiva. As urbes são grandes e muito populosas com o olhar claramente voltado a Ocidente. Nesta região contam-se muitos seguidores do alevismo numa percentagem similar à dos sunitas. Linguisticamente a área encontra-se dividida entre os dialectos *dimili*<sup>12</sup> e *kurmanji*. O Curdistão Ocidental está fisicamente isolado do resto do Curdistão apesar das suas

---

<sup>7</sup> É um dos dialectos da língua curda.

<sup>8</sup> Grande poeta curdo que viveu entre 1651-1707.

<sup>9</sup> O drama épico foi escrito em 1694 e incorpora uma grande variedade de acontecimentos mitológicos e históricos da vida nacional dos curdos, idealizando as suas aspirações nacionais.

<sup>10</sup> Antiga cidade de Alexandreta, na Turquia.

<sup>11</sup> Estas montanhas integram o complexo das montanhas de Taurus, a partir das quais os rios Eufrates e Tigre descem até ao Iraque.

<sup>12</sup> Dialecto curdo.

---

longas fronteiras com o Norte do Curdistão, porque as zonas montanhosas que os dividem são avassaladoras.

**Enclave de Khurasan** – Localiza-se no Nordeste do Irão, na província de Khurasan. Deve a sua existência às deportações, sobretudo do Curdistão Ocidental e do Norte no decurso dos séculos XVI, XVII e XVIII, ordenadas pelos monarcas Safávidas.<sup>13</sup> Este enclave ultrapassa a fronteira do Irão e entra na República do Turquemenistão. Anteriormente quase toda a população curda do enclave falava *kurmanji*, contudo, a influência persa e xiita tornaram este povo uma miscelânea de culturas. Existem ainda algumas pequenas comunidades de falantes *laki*<sup>14</sup>, originárias do Sul do Curdistão, deportadas durante o governo da dinastia Afsharida<sup>15</sup>, em meados do século XVIII.

**Enclave Central da Anatólia** – Esta região tem duas personalidades. O lado Sul é árido e inóspito (Oeste do Lago Tuz Golu - Sul de Ancara) com diversas cidades empobrecidas. A parte Norte é por contraste muito rica do ponto de vista agrícola e com muita população centrada num quadrângulo que podemos definir delimitado pelas cidades de Tokat, Yozgat, Çorun e Amasya (Turquia). A parte Sul do Enclave deve a sua existência às mesmas deportações dos séculos XVI e XVII que criaram esta comunidade, enquanto o Norte é sobretudo resultado de uma natural e contínua migração de curdos para a região. A maioria dos curdos da região fala *kurmanji*, mas o *dimili* também é falado por 10% da comunidade. Do ponto de vista religioso são maioritariamente sunitas.

Globalmente, podemos afirmar que o Curdistão não é uma entidade política definida, nem um Estado, mas uma área aproximada de 191.600 km<sup>2</sup> que atravessa as fronteiras de vários países (Stansfield, 2003).

Relativamente à população curda residente em cada um dos países do Médio Oriente, onde se localiza o Curdistão, não existem dados oficiais fidedignos, sobretudo por força das limitações impostas pelos governos que tutelam a área. Na Turquia, por exemplo, somente os curdos que não falam turco são contabilizados para efeitos do recenseamento da população e no Irão nem sequer se encontram registados como minoria (McDowall, 1992). Atendendo ao exposto, percebemos como é fácil manipular

---

<sup>13</sup> Dinastia xiita iraniana que governou o Império Persa de 1501 a 1736.

<sup>14</sup> Considerado um dialecto curdo do Sul. É também classificado como uma língua irânica.

<sup>15</sup> (1736-1796) Dinastia que governou o Império Persa durante o século XVIII, sucedendo aos Safávidas.

---

os valores consoante os interesses, de qualquer modo, alguns autores adiantam desde há alguns anos, números aproximados da população curda mundial.<sup>16</sup>

Na realidade, é praticamente impossível obter um consenso, contudo, não obstante as diferentes estimativas acerca do seu número, é pacífica a asserção de que os curdos são a maior etnia do mundo sem pátria (Stansfield, 2003).

## **2. Os Curdos – Breve Abordagem Histórica**

### **2.1. Antiguidade (3.000 a.c. a 400 a.c.)**

Segundo Yldiz, *“The kurds are native inhabitants of their land and as such there are not strict beginnings for kurdish history and origins”* (Yldiz, 2007, p.7).

A mais antiga evidência da existência de uma cultura unificada nas montanhas do Curdistão remonta há 8.000 anos e corresponde à Halafita. (Izady, 1992), denominação que resulta do monte Halaf no Curdistão Ocidental, próximo de Mardin<sup>17</sup>. Reade determinou a fronteira da cultura halafita que coincidia quase exactamente com a área que os curdos ainda hoje chamam de “casa” – desde Kermanshah no Irão até Adyaman na Turquia, no sentido Leste/Oeste e desde Afrin, perto do Mar Mediterrâneo até à envolvente Norte do Lago Van na Turquia, no sentido Sul/Norte (Reade, 1991).

De acordo com os estudos arqueológicos, o período Halafita terminou em 5300 a.c. com a chegada de um novo povo, os Ubaidian<sup>18</sup>. A sua cultura ou dos Proto-Euphratians, como também é designada, produziu alguma híbridez nas montanhas e dominou a região no próximo milénio. Trata-se de um grupo pouco conhecido que nos deixou um reduzido legado que muitos sintetizam no baptismo dos rios Tigre e Eufrates, bem como alguns nomes das maiores cidades da época, que hoje se reconhecem como Sumérias<sup>19</sup> (Izady, 1992).

---

<sup>16</sup> Ver Anexo 1.

<sup>17</sup> Cidade que se localiza na actual Turquia.

<sup>18</sup> Denominação que deriva do monte al Ubaid no moderno Iraque.

<sup>19</sup> Sumérios – considerada a mais antiga civilização da humanidade localizava-se no Sul da Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates (3200-2800 a.c.).

### 2.1.1. Os Hurritas

Finalmente em 4300 a.c surge uma nova cultura e muito provavelmente um novo povo, os hurritas que, definitivamente passaram a dominar as montanhas, preenchendo toda a mundividência local, legando às gerações vindouras um riquíssimo património. O seu domínio não obstante centrado no sistema montanhoso Zagros-Taurus-Pontus<sup>20</sup> alargou-se durante algum tempo aos planaltos da Mesopotâmia e do Irão, sem consequências temporais significativas (Izady, 1992). A sua língua, ou mais precisamente línguas, pertenciam muito possivelmente à família das línguas caucasianas do nordeste europeu, similar ao actual checheno e georgiano (Diakonov & Starostine, 1986).

Evidências paleo-linguísticas e arqueológicas demonstraram que as migrações hurritas resultaram numa homogeneização linguística do Curdistão (Dyson, 1989), o que rapidamente se traduziu na emergência de reinos poderosos no território curdo, culminando com a unificação das comunidades de Zagros pelos Qutils, tribo de curdos hurranizada (Izady, 1992).

O legado dos hurritas para a actual cultura curda é fundamental e encontra-se manifesto designadamente na religião curda, na mitologia, nas artes marciais e até na genética. Quase três quartos dos clãs curdos e também cerca de metade das cidades são de origem hurrita, permanecendo até aos nossos dias designações como Bukhti, Tirikan, Bazayni, Bakran, Mand e nomes de cidades como Mardin, Ziwiya e Dinawar. No final do período hurrita, o Curdistão parece ter sido culturalmente e etnicamente, homogeneizado sob a forma de uma única civilização e sob uma identidade (Izady, 1992). Em 653 a.c., os Babilónios passaram a utilizar o termo Qutil para designar todas as montanhas curdas e os seus habitantes, incluindo os Medos que, por esta altura já tinham alargado a sua influência na região.

Contudo, é a vitória do Rei Assírio Tiglath-Pilaser (114-1076 a.c.) que normalmente se considera como a mais antiga memória da denominação “curdos”, não exactamente deste modo mas como “Kurti” ou “Qurtie”, identificados geograficamente com o Monte

---

<sup>20</sup> Zagros-Taurus-Pontus são cordilheiras montanhosas referenciais para a geografia do Curdistão.

---

Azu/Hazu. Esta localização ainda era referenciável até há pouco tempo, tratando-se exactamente da cidade de Kurti no Monte Hizan, região ao Sul do Lago Van, local onde encontrava a casa principesca dos curdos quando o historiador Sharaf-al-Din Bitlisi celebrou a história Sharafrâma em 1597 d.c.<sup>21</sup>.

### 2.1.2. As invasões Indo-Europeias

A grande avalanche das tribos Indo-europeias só chegou ao Curdistão em 1200 a.c., não obstante as iniciais vagas terem começado em 2000 a.c.. O Norte foi ocupado pelos *Haigs*, conhecidos entre nós como Arménios, enquanto o resto das montanhas foram ocupadas por diversas tribos irânicas como os Medos, Persas, Citas, e Sármatas<sup>22</sup> (Roaf, 1990).

Os Medos são o invasor ariano mais significativo da história curda. O seu aparecimento a partir da capital Ecbatana (moderna Hamadan, Irão) em 723 a.c. coincide, designadamente, com o início da queda do reino hurrita dos Mannaeans (Izady, 1992). O primeiro governante Medo conhecido foi Deioces (727 a 675 a.c.) que desenvolveu um programa de unificação dos habitantes do Curdistão contra as forças imperiais Assírias. Um dos elementos cruciais nesta época foram as técnicas de guerrilha e o uso de milícias, estratégia que permanece até aos nossos dias nos famosos *peshmergas*<sup>23</sup> curdos. (Diakonoff, 1985). O último governante Rshti-Veja Azhi Dahâk (584-549 a.c.) perdeu o território para “Ciro o Grande”, fundador do Império Persa Aqueménida<sup>24</sup>, contudo, o reino político dos Medos termina somente na metade do século VI a.c. e a sua religião e civilização dominam o Irão até à época de Alexandre o Grande.

Normalmente ignorando o legado orgulhoso dos estados hurritas e até o império ariano dos Mitani, os modernos curdos apreciam particularmente os Medos, muitas vezes apelidados de seus antepassados (Natali, 2005). Depois da invasão ariana, o Curdistão

---

<sup>21</sup> Primeira obra sobre a história curda e o seu povo escrita em 1597 pelo príncipe Sharaf al-Din Bitlisi (1543-1599). Na Sharaframa a história da nação curda é apresentada como unificada desde há 400 anos numa cultura comum, etnicidade nacional e pátria definida.

<sup>22</sup> Sármatas – povo que foi localizado por Heródoto vivendo junto à fronteira Oriental da Cítia. Era um povo irânico que manteve relações com os Cítias.

<sup>23</sup> Termo utilizado pelos curdos para designar os guerrilheiros. Significa literalmente “os que enfrentam a morte”.

<sup>24</sup> O Império Persa Aqueménida (549 a 330 a.c.) foi fundado pelo Rei Aquemenes da Pérsia. O seu apogeu surgiu com Ciro II que subjugou a Media e todas as tribos arianas da área actual do Irão, fundando o Império Persa. Em 330 a.c. o último rei Aqueménida, Dário III foi assassinado.

---

continuou a receber novos povos e influências culturais, apesar de não serem suficientes para alterar a identidade e etnia curda.

## 2.2. Período Clássico (500 a.c. a 600)

Este período da história curda marca a homogeneização e consolidação da moderna identidade nacional. O termo *kurd* é finalmente definido e aplicado a todos os segmentos da nação. Depois de um milénio de domínio ariano, os reinos curdos ressurgem após três séculos de eclipse sob o jugo Aqueménida e Seleucida<sup>25</sup>. Foi exactamente no dealbar da Era clássica que o general e historiador grego Xenofonte (430-355 a.c.) se cruzou com os curdos, quando liderando um exército de 10.000 homens e decidiu atravessar o Curdistão em 401 a.c. Neste contexto, denomina os habitantes locais de *kardokhoi*, acrescentando que apesar de viverem no coração do Império Persa Aqueménida.

*“...The Kardokhoi people will never submit to the persians or obey them. One of the Persian kings had once marched on them with a huge army of one hundred and twenty thousand soldiers and the Kardokhoy people had destroyed them completely” (cit. in. por Mella, 2005, p. 57).*

Pouco depois de Xenofonte, o geógrafo Estrabão (63-24 a.c.) escreveu no III sec. a.c. *“The Kurtioi of Persis, and the Mards of Arménia who call themselves by the same name, are of some character” (cit.in. Izady, 1992, p. 35).*

O historiador Polybius<sup>26</sup> em 220 a.c. também referencia os curdos a quem chama *“Kurti”*, como habitantes da Media e Anatólia Oriental. Já Plínio o Velho (23-79d.c.), reflectindo acerca da gradual e orgânica assimilação das diferentes etnias no grupo dos curdos, tenta conciliar o que lhe pareceu ser um nome familiar para este povo. Assim, enumerando as nações do mundo conhecido, o historiador romano afirma: *“...joining on to Adiabene (Central Kurdistan centered on Erbil) are the people formerly called the*

---

<sup>25</sup> Depois da morte de Alexandre o Grande, sem sucessão, o império foi dividido pelos seus generais. Um deles, Seleuco deu origem ao Império Seleucida (305 a 63 a.c.). Estabeleceu-se na Babilónia e na parte Oriental do Império de Alexandre, incluindo a Anatólia, fundou uma nova capital em Antioquia e uma outra em Seleucia do Tigre.

<sup>26</sup> Historiador e geógrafo da Grécia Antiga, famoso pela sua obra *“Histórias”* (203 a.c – 120 a.c.).

---

*Carduchi (the Kardukh) e Agon Cardueni past whom flows the river tigris...*” (cit .in. Izady, 1992, p.35).

O século IV a.c. com a queda dos Aqueménidas às mãos de Alexandre o Grande marca definitivamente o início do período clássico. Paralelamente, o Império Seleucida sentia no século III a.c. uma perda consecutiva dos seus domínios no Ocidente às mãos do novo Império de Pártia<sup>27</sup>. Neste contexto, dois terços do Curdistão Oriental foram dominados pelo novo Império.

Ao mesmo tempo que o Curdistão Oriental imergia na Federação Pártia, no Curdistão Ocidental assumem particular importância 3 reinos curdos – Capadócia, Comagene e Ponto<sup>28</sup> - que estendem os seus domínios até ao mar Egeu e foram necessários três generais romanos para os submeter.

Com a expansão das fronteiras da República Romana e da Federação Pártia em breve ambos os Impérios se encontraram no Eufrates (57 a.c.) seguindo-se um século de guerras sangrentas que dilaceram a região e estabelecem definitivamente o Eufrates como fronteira entre os dois Impérios, caindo grande parte do Curdistão Ocidental sob o domínio romano (Mella, 2005).

O fundador do Império Persa Sassânida<sup>29</sup>, Ardacher I, conseguiu derrotar a Federação Pártia em 224 d.c. e rapidamente reuniu sob a liderança do reino de Kerm (moderna Kermanshah) um impressionante conjunto de principados e reinos curdos. O Imperador teve de fazer uma guerra de dois anos contra os curdos até obter a total suserania da região que, conseguiu unicamente, através de acordos. Neste contexto, recolocou o príncipe curdo Kaius com um reino semi-independente no Curdistão Central e do Sul até 380 d.c., data em que Adasher II removeu o último membro curdo desta dinastia.

Depois da destruição da Casa de Kaius em 380 d.c. e até à queda dos Sassânidas em 651, nenhuma entidade curda é conhecida como tendo governado autonomamente ou

---

<sup>27</sup> (257 a.c. – 224 d.c.) Também conhecido como Império Arsácida foi a potência dominante no Planalto Irânico a partir do III séc. a.c.

<sup>28</sup> Actual Turquia.

<sup>29</sup> O Império Persa Sassânida (224 – 651 d.c.) foi fundado por Ardacher I, descendente de uma linhagem de sacerdotes zoroastras que governava a província de Pars (berço do Império Persa). O seu avô materno, Sassan, sacerdote, deu origem à denominação da dinastia. Ardacher anexou as províncias da Pártia e foi coroado em 226 d.c. Imperador da Pérsia, dando início a 400 anos de governo Sassânida.

---

com independência o Curdistão. Os curdos tiveram que esperar que as forças árabes do Islão destruíssem os Sassânidas e afastassem os Bizantinos<sup>30</sup> para poderem estabelecer uma nova casa (Izady, 1992).

### 2.3. Período Medieval (600 a 1500)

Trata-se provavelmente do mais vibrante período da história curda, marcado designadamente pelo ressurgimento do seu poder político durante os séculos VII, VIII e IX, após uma fase de declínio de três séculos, durante os quais submergiram sob a governação Sassânida, Persa e Bizantina. Posteriormente, mais exactamente nos denominados *séculos curdos* ( X, XI e XII), atingirá o seu clímax (Izady, 1992).

Com efeito, através de uma estratégia suportada em vagas migratórias estáveis e conquistas militares poderosas, o poder político curdo estendeu-se da Ásia Central à Líbia e ao Iémen. Estabeleceram dinastias poderosas que defenderam o coração do Médio Oriente dos invasores estrangeiros, designadamente dos Cruzados, produzindo a Era de ouro da cultura curda, no decurso da qual se revelaram nos mais diversos domínios. Desde a história, à filosofia, música, arquitectura, matemática e astronomia, encontramos neste período, alguns dos mais famosos curdos da história<sup>31</sup> (Nebez, 2004).

Para além da dimensão cultural e do progresso do conhecimento em geral, este período foi também o culminar dos movimentos religiosos que tinham começado no final da dinastia Sassânida sob a governação de Kavadh I<sup>32</sup> (449-531), quando surgiu uma nova seita teorizada por Mazdak<sup>33</sup> e apoiada pelo suserano. Na senda Mazdakista surgiram dois “heróis”, Babak e Nars, elementos importantes no quadro da liderança de algumas revoltas curdas (Nebez, 2004).

---

<sup>30</sup> Império Bizantino ou Império Romano do Oriente (330-1453). A sua denominação encontra-se relacionada com a opção do Imperador Romano Constantino construir sobre a antiga cidade grega de Bizâncio uma nova capital para o Império com a denominação de Constantinopla.

<sup>31</sup> Os historiadores Abul-Fidas e Ibn Athir, o naturalista Abu Hanifa al Dinawari; Os filósofos al-Suhrawardi e Badi al-Zaman al-Hamadani O explorador Ibn Fadhan. Os musicólogos Safia al-Din Urmawi e Muhammad al-Khatib Arbilis.

<sup>32</sup> Imperador Sassânida que governou de 488 a 531.

<sup>33</sup> Era um reformador político e activista religioso que obteve poder e influência sob a suserania Sassânida. Tratava-se de um padre Zoroastra que afirmava ser um Profeta de Deus e ter uma visão reformada e purificada do Zoroastrismo, não obstante ser considerado um herege pelo clero zoroastra. Do ponto de vista social defendia que o dinheiro dos ricos deveria ser distribuído pelos pobres.

---

Babak anunciou em 817 ser uma imagem da divindade associando-se à rebelião “Khorramdin<sup>34</sup>” que tinha eclodido na Pérsia quando os Abássidas<sup>35</sup> derrubaram o califado Omíada<sup>36</sup>. Babak organizou a revolta à qual se associou Nars no Curdistão Sul, contudo, os exércitos abássidas derrotaram as suas tropas em 833. O curdo ter-se-á refugiado em territórios bizantinos ajudando a constituir o contingente de combatentes curdos do Imperador Teophilus. A força militar curda assim criada invadiu o califado em 838 com o objectivo de auxiliar a insurreição Khorramdin. Depois da derrota de Babak, no mesmo ano, Nars e os seus seguidores foram instalados pelos Bizantinos, no reino de Ponto, na actual Anatólia, para que pudessem estar junto do seu povo (Mella, 2005)

A religiosidade e o advento do Islão no século VII são a marca deste período que perpassa o Curdistão e o faz emergir da obscuridade em que estava mergulhado. O primeiro contacto com os exércitos árabes efectiva-se durante os finais da conquista da Mesopotâmia em 637. As tribos curdas foram um importante elemento no Império Sassânida e um grande apoio na luta contra os muçulmanos (em 639 e 644), mas, quando se tornou claro que o Império estava destinado a fracassar, os líderes curdos submeteram-se aos exércitos árabes e à nova religião (McDowall, 2007).

As tribos curdas apoiam o governo em algumas ocasiões e os rebeldes noutras, numa estratégia que responda às suas necessidades imediatas, por exemplo apoiaram o Califa Marwan II, último da dinastia Omíada, contra o desafio do seu primo Ibrahim Ibn al-Walid em 744<sup>37</sup> e lutaram com Mamun no seu ataque ao Califado contra o seu irmão al-Amin e contra Bizâncio. Era também frequente que as tribos curdas estivessem em rebelião algumas vezes no seu interior e outras vezes com grupos dissidentes. Com efeito, nesta época as revoltas curdas sucedem-se (McDowall, 2007).

---

<sup>34</sup> A rebelião Khorramdin eclodiu na Pérsia depois do assassinato de Abu Muslim of Khorassan em 755 que depois de ter auxiliado os Abássidas a derrubar o Califado Omíada, foi por eles traído, do que resultou a revolta.

<sup>35</sup> (750-1258) O califado Abássida sucede ao Califado Omíada. Composta por 37 califas, a dinastia dos Abássidas foi iniciada com Abu al-Abbas as-Saffah. O seu sucessor, Al-Mansur (754-775), mudou a capital do império em 762 para Bagdade

<sup>36</sup> (661-750) O Califado Omíada é iniciado em 661 por Muamiya que termina com o carácter electivo do Califado promovendo a hereditariedade. A dinastia dos Omíadas desloca o centro político do Islão de Medina para Damasco que foi capital da dinastia até 750.

<sup>37</sup> Depois da morte do Califa Yazid III, que se suspeita ter sido envenenado pelo seu irmão e sucessor Ibrahim ibn al-Walid, o seu primo Marwan, governador da Arménia e do Azerbaijão, decidiu depôr o novo Califa, derrotando-o na batalha de Ayn al-Yarr (744). Dois meses depois de assumir o Califado Walid foi substituído pelo seu primo que viria a ser Marwan II, o último Califa Omíada.

---

Mesmo quando não estavam em estado de revolta muitas tribos eram capazes de atingir a independência funcional, ainda que fossem obrigados a dar reconhecimento formal ao governo central e aos nomeados locais. Paulatinamente o eclipse do poder Sassânida e Bizantino sob o jugo do Califado muçulmano e o seu subsequente enfraquecimento permitiu que os principados e administradores curdos estabelecessem estados independentes (Izady, 1992).

Com o advento do Islão no séc. VII os energéticos emigrantes curdos acederam ao poder também em reinos e principados fora do Curdistão. Com efeito, este êxodo formatou o curso da História do Islão nesta área, desde Khurasan até ao Mediterrâneo, durante três séculos, começando no séc. X. Enquanto as terras irânicas do Oriente, Ásia Central e Afeganistão eram governadas pelas dinastias que falavam persa o lado ocidental da terra irânica e mais tarde o *Crescente Fértil* tinham-se tornado o domínio exclusivo de diversas dinastias curdas independentes (Mella, 2005).

Em favor do enriquecimento do poder dos califas, os curdos desempenhavam já um papel decisivo no domínio das artes, da história e da filosofia, começando a afirmar desde meados do século IX a sua própria força política. Em 837 a.c., um senhor curdo de nome Rozeguite funda nas margens do Lago Van a cidade de Akhat e ali faz a capital do seu principado, teoricamente vassalo do califa, mas na prática independente.

Na segunda metade do século X o Curdistão é partilhado entre quatro grandes principados curdos. No Norte os Chadaditas<sup>38</sup> (951-1174), ocupando partes da actual Arménia e Arran (Azerbaijão) e os Rawadidas<sup>39</sup> (955-1221) em Tabriz e Maragheh no Leste os Hassanwahidas<sup>40</sup> (959-1015) e os Annazidas<sup>41</sup> (990-1117) em Kermanshah, Dinawar e Khanaqin e no Oeste os Marwanidas<sup>42</sup> (990-1096) de Dyarbakir (Izady, 1992).

---

<sup>38</sup> Dinastia curda que governou a partir de Dvin, capital medieval da Arménia. Tornaram-se vassalos dos seljúcidas de quem receberam a cidade de Ani como prémio. Entre 1047-1057 estiveram envolvidos em várias guerras com Bizâncio.

<sup>39</sup> Principado curdo, fundado por Muhammad ibn Husain em meados do séc.X. centrado no Azerbaijão.

<sup>40</sup> Dinastia fundada por Hasawayh Bin Husayn da tribo curda Barzikani. O principado governava a região do Irão ocidental e a Alta Mesopotâmia.

<sup>41</sup> Dinastia curda que governou a região que actualmente compreende a fronteira Irão/Iraque. Foi fundada em 990 por Abdul-Fath Mohammad Bin Annaz.

<sup>42</sup> Um curdo chamado Badh da tribo histórica com o mesmo nome estabeleceu em 983 uma dinastia que governou a área das imediações da cidade de Akhat na margem Norte do Lago Van que veio a ser

### 2.3.1. Invasões Seljúcida, Mongol e Timúrida

Em 1037, os turcos seljúcidas<sup>43</sup> invadem o mundo islâmico e, depois de terem conquistado o Irão e imposto o seu jugo ao Califa de Bagdade, anexaram os principados curdos.

Em 1150 d.c. o sultão Sandjar, o último dos grandes soberanos seljúcidas cria uma província do Curdistão. Até esta data a região era chamada pelos geógrafos gregos de Media e pelos árabes de *Djibal* (montanha), foi necessário um sultão turco atribuir-lhe uma dignidade própria de região (Yldiz, 2007). A província do Curdistão de Sandjar tinha como capital a cidade Bahar (Primavera), localizando-se perto da antiga Ecbatane, capital dos Medos. Compreendia as aldeias de Sindjar e de Chehrizar no Oeste da montanha de Zagros e as de Hamadan, Dinaver e Kermashah no Leste desta Cordilheira. Subjacente a esta denominação percebia-se uma parte meridional de um Curdistão étnico. Uma civilização autóctone, brilhante, desenvolvia-se em volta de uma cidade Dinaver.

Apenas uma dúzia de anos depois do desaparecimento do último grande seljúcida, uma dinastia curda, a dos Ayubidas (1169-1341) fundada pelo famoso Saladino emerge e assume a liderança do mundo muçulmano durante mais de um século até às invasões turco-mongóis do século XIII. Fundador do Império, recapturou a Terra Santa e derrubou o Rei Ricardo Coração de Leão, expandindo o seu domínio ao Egipto, Iraque, Síria, Terra Santa, Arábia e Yemen. Os Ayubidas governaram esses territórios desde 1169 até ao século XIV, época em que o Curdistão emergiu como entidade geográfica, com a supremacia de uma dinastia curda sobre o mundo muçulmano (Mella, 2005).

Em 1217 os Khwarazmians<sup>44</sup> começaram a invadir o Curdistão, zona de passagem obrigatória para os que atravessavam o Leste/Este e só abandonaram o território em

---

conhecida como Marwanid. O seu reino não foi derrotado senão em 1847, quando os Otomanos impuseram uma governação directa na área e afastaram o último príncipe curdo da casa Badh.

<sup>43</sup> Tribo nómada liderada por Seljuque que se instalou nas imediações de Bucara (actual Uzbequistão) no final de 900. Em 1071, outro líder, Alp Arslan derrotou o Império Bizantino. Os Seljúcidas avançaram e fundaram o que viria a ser o Império Turco. Em 1078 tomaram Jerusalém, dando origem às Cruzadas.

<sup>44</sup> (1077-1231) Dinastia sunita muçulmana de origem turca mameluca. Governaram uma região que corresponde ao actual Uzbequistão, primeiro como vassalos do seljúcidas e depois como governantes

---

1231 quando um invasor mais temível apareceu, os mongóis. Com efeito, antes que o ano acabasse, os curdos sentiram o paladar da guerra mongol com o saque de Diyarbakir, sem nenhum sobrevivente. As chacinas mongóis prosseguiram nos anos de 1235-36 em toda a região, devastando alguns dos principados curdos. O exército de Hulagu Khan (neto de Gengis Khan) foi responsável designadamente pela conquista de Bagdade aos Abássidas, eliminando muitas tribos curdas na sua passagem. Contudo, mesmo a invasão Mongol das terras orientais do Médio Oriente não diminuiu a autonomia curda até porque as suas entradas no Curdistão foram breves e superficiais estando o território longe dos seus objectivos (McDowall, 2007).

Um século e meio depois dos Mongois, o Curdistão sofreu outra enorme devastação. Em 1393 Tamerlão<sup>45</sup>, fundador do Império Timurida<sup>46</sup> conquistou Bagdade e dirigiu-se para o Norte, para Mosul. Enquanto prosseguia na sua conquista para Ocidente deixou o Curdistão à mercê do seu filho Jalal al Din Miranshah que saqueou os maiores centros da região: Diyarbakir, Mardin, Tur Abdin e Husnkayf. Em 1401, depois de uma revolta curda, Tamerlão saqueou Arbil, Mosul e Jazir Bin Umar.

Num contexto claramente desfavorável, as tribos curdas apoiaram os governos locais contra inimigos externos, encontrando-se também muitas vezes em revolução interna. Mantendo um padrão nominal de aparente submissão ao governo central, fosse ele Persa, Árabe ou Turco, assumiram paralelamente a necessidade de uma cada vez maior independência local (McDowall, 1992).

#### **2.4. Período Moderno – (1497-1918)**

Este período da história curda representa um declínio em todos os aspectos da sua vida nacional, com a possível excepção da literatura. De uma enérgica e razoavelmente coerente sociedade curda no início deste período, tornou-se na mais devastada e atrasada sociedade do Médio Oriente no final do séc. XIX (Izady, 1992).

---

independentes até às invasões mongóis do séc. XIII. A dinastia foi fundada por Anush Gharchai, antigo escravo dos sultões seljúcidas que foi nomeado governador de Khwarezm. O seu filho tornou-se no primeiro Shah hereditário de Khwarezm.

<sup>45</sup> (1336-1405) Foi o último dos grandes conquistadores nómadas da Ásia Central de origem Turco-Mongol. Com a ajuda de um vasto exército, construiu um poderoso e agressivo império que contudo, não resistiu à sua morte.

<sup>46</sup> Império Timúrida – Dinastia muçulmana sunita da Ásia Central de ascendência turco-mongol, fundada por Tamerlão no séc. XIV.

---

Merdadh Izady (1992) considera duas causas fundamentais para este declínio, a divisão do Médio Oriente em dois Impérios, o Persa e o Otomano, associado ao isolamento económico do Curdistão em resultado da mudança das rotas internacionais de comércio, designadamente por força da descoberta do “caminho marítimo para a Índia” por Vasco da Gama.

Na realidade o forte trânsito de rotas e de bens e tecnologia entre a Europa e o Oriente deixou subitamente de passar pelo Curdistão que, rapidamente, se tornou uma irrelevante região montanhosa. Com efeito, não só se perdeu a actividade comercial como toda a sua infraestrutura de suporte, designadamente as estradas e, no limite, a necessidade de definir “Estados” para manter o fluxo comercial.

Contudo, do ponto de vista político importa salientar que o equilíbrio entretanto instalado entre o novo Império Safávida e os Otomanos criou condições para uma estrutura mais estável no Curdistão. Com efeito, foi definido na época o padrão geral das relações políticas entre o Estado e a periferia curda para os próximos trezentos anos (Natali, 2005).

O Império Otomano (apesar da sua origem nómada) voltou as costas ao tribalismo e criou conscientemente uma forma altamente centralizada de poder paralela a uma estrutura formal e cívica. Criando um exército estável, uma abrangente e eficiente burocracia, incorporou e fortaleceu as instituições sunitas dentro do Estado.

Com este objectivo, o Império decidiu registar as tribos existentes, centrando-se inicialmente na Anatólia Central e na Trácia, progredindo paulatinamente para Leste onde as tribos turcomanas eram causa de preocupação. No princípio do séc. XVI estas tribos colocavam sérios desafios aos Otomanos, resistindo às tentativas de formatação e deslocação para outras regiões, bem como a todas as tentativas de controlo e de imposição de impostos, encorajando frequentemente os camponeses a abandonar as terras.

Muitas tribos turcomanas do Leste da Anatólia eram partidárias de uma forma heterodoxa e extrema do Islão xiita liderada pela Ordem Safávida no Azerbaijão.

---

Conhecidos como Qizilbash<sup>47</sup> ou “cabeças vermelhas” devido aos seus barretes de feltro encarnado, mostravam todo o sinal de se consolidarem como uma séria ameaça ao governante sunita Otomano. Uma vez que os turcomanos, incluindo os Qizilbash ainda se moviam intermitentemente para Ocidente, as fronteiras das terras Otomanas na Anatólia Central estavam vulneráveis.

Os Otomanos já tinham visto aparecer nos finais do séc. XIV duas dinastias rivais turcomanas na região entre Diyarbakir, Van e o Azerbaijão: os xiitas Qara Qyunlu<sup>48</sup> (ovelhas negras) e os sunitas Aq Qyunlu<sup>49</sup> (ovelhas brancas). Em 1502 o líder Safávida Ismail derrubou Aq Qyunlu e estabeleceu a sua dinastia em Tabriz, autoproclamando-se Xá. Três anos depois com um exército composto exclusivamente por Qizilbash avançaram para Ocidente, dominando áreas curdas até Marash (cidade a Ocidente de Diyarbakir) em 1507, e Mosul e Bagdade em 1508. Entretanto, o Sultão Otomano Selim I<sup>50</sup> recém-chegado ao poder, decidiu destruir o seu arquinimigo e os seus leais qizilbash, o primeiro grande confronto ocorreu exactamente na batalha de Chaldiran<sup>51</sup> em 1514, na qual inflingiu uma grande derrota ao imperador Safávida entrando no território inimigo até Tabriz (Izady, 1992). Esta batalha foi um marco histórico, estabelecendo um ponto de equilíbrio no relacionamento entre os dois impérios, designadamente entre a Anatólia Otomana e o Azerbaijão Safávida, situação que permitiu ao Curdistão viver um período de relativa estabilidade. Não obstante, em alguns momentos, as fronteiras terem sido alteradas por Otomanos e Safávidas, mantiveram-se relativamente próximas da linha

---

<sup>47</sup> Os Qizilbash constituíam um grupo militante xiita duodecimano (acreditava nos doze imãs) que levou o Xá Ismail ao poder e ajudou assim a fundar a Dinastia Safávida na Pérsia. O nome é alusivo ao gorro vermelho com doze pregas (doze imãs do xiismo) que usavam, denominado, em fârsi, *Tāj-e Heydar* ( em português, "coroa da Heydar", sendo Heydar o mestre sufi do grupo).

<sup>48</sup> Também conhecidos por “Ovelhas negras” eram uma federação tribal que governou um território que compreendia a Arábia, o Azerbaijão, o Irão Ocidental, a Turquia Oriental e o Iraque desde 1375 até 1468.

<sup>49</sup> Também conhecidos por “Ovelhas brancas”, são uma federação tribal turcomana sunita. O seu fundador Uzun Hassan casou-se com uma princesa bizantina. Existem na Anatólia desde 1340 e são inimigos dos “ovelhas negras (1378-1502). O seu último rei, Murad ibn Ya‘qub foi deposto em 1508 pelo Xá Safávida Ismail I.

<sup>50</sup> Selim I (1470-1520) foi Sultão entre 1512 e 1520, sendo que o mais marcante no seu percurso político foi a vitória de Chaldiran.

<sup>51</sup> Batalha de Chaldiran – teve lugar em 23 de Agosto de 1514 e opôs o Sultão Selim I ao Xá Ismail que foi derrotado.

---

definida pelo Sultão Selim após Chaldiran, contudo o limite só foi formalmente estabelecido pelo Tratado de Zohab<sup>52</sup> em 1639 (Yldiz, 2007).

Estes acontecimentos revelaram-se essenciais para a história do Curdistão que se tornou objectivamente a fronteira entre os dois Impérios. Assim, Otomanos e Persas tinham de avaliar até onde podiam avançar nas fronteiras enquanto os chefes curdos tinham a tarefa de escolher qual o Império era mais sensato reconhecer, equilibrando o desejo de máxima liberdade e ausência de interferência governamental contra os benefícios locais (McDowall, 2007).

#### **2.4.1. Os Otomanos e os Curdos**

O Sultão Selim rapidamente percebeu que tinha um número insuficiente de homens para garantir o território conquistado, optando pelo pragmatismo em vez da brutalidade. O seu conselheiro curdo, terá tido concerteza um papel fundamental nas suas opções, Idris Bitlisi<sup>53</sup> (avô do autor da 1ª história curda) estava na rara posição de gozar da confiança do Sultão e dos governantes curdos.

Bitlisi persuadiu o Sultão Selim a dar-lhe liberdade para vencer os principes e chefes curdos e equipado com decretos em branco, reintegrou governantes demitidos pelo Xá Ismail, confirmando alguns chefes numa semi ou virtual independência em troca do seu reconhecimento pela suserania Otomana. A formalização dos Emirados curdos alterou fundamentalmente as configurações dos grupos curdos, em particular porque deu aos Emires uma maior autoridade.

No total foram criados dezasseis governos ou emirados durante alguns anos e, em cada um, Bitlisi ou os seus sucessores parecem ter negociado termos individuais de independência. A área dos estados vassalos provavelmente cobriu não mais do que 30% do Curdistão, mas tornou-se certamente para os curdos, o balanço ideal entre localismo e governo imperial. Ao lado dos emirados (*hukumats*) independentes dentro do sistema administrativo Otomano, também existiam *sanjaqs* (condados) sob a hereditariedade

---

<sup>52</sup> Tratado de Zohab – acordo assinado entre os Persas Safávidas e o Império Otomano em 17 de Maio de 1639 que definiu a fronteira entre os dois Impérios.

<sup>53</sup> Idris Bitlisi or Idris-i Bitlisi, líder religioso curdo e Administrador Otomano que nasceu por volta de 1452-1457, muito provavelmente em Diyarbakir. À semelhança do seu pai começou a sua carreira no Tribunal de Aq Qyunlu ao serviço de Yakup Bey, filho de Uzun Hasan (fundador da dinastia). Mais tarde atrai a atenção do Sultão Otomano a quem serve até ao fim da sua vida.

---

dos governantes curdos, bem como *sanjaqs* directamente administrados por funcionários nomeados pelo Império.

No início a política de Bitlisi deu resultados e as forças curdas sob o seu comando tiveram um papel crucial na defesa e retoma de Dyabarkir em 1515 depois de um cerco de 18 meses bem como a captura de Mardin e outras cidades no Norte de Jazira. Apesar dos Safávidas terem perdido o controle no Leste/sul da Anatólia depois de Chaldiran, não perderam o Iraque tão facilmente. Em 1530, o Xá Tahmasp<sup>54</sup> recapturou Bagdade e Safávidas e Otomanos encontraram-se em guerra novamente.

Os acontecimentos destrutivos desta Era precipitaram um novo conceito, o Movimento Pan-Curdo, consubstanciado na ideia de uma nação que seria governada por um governo nacional dedicado ao bem-estar, segurança e sobrevivência cultural deste grupo étnico no Médio Oriente (Izady, 1992).

A primeira história pan-curda “Sharafnâma” escrita pelo príncipe de Bitlis, Sharaf Khân (1596/97) reproduz exactamente este sentimento. No quadro de uma tentativa de reconstrução da “História da Nação Curda”, o autor lamenta o destino dos curdos e da sua nação, referindo intermitentemente a ideia de um rei curdo. Com efeito, referindo a ausência de um monarca afirma que a causa para a desunião do seu povo está relacionada com uma maldição lançada pelo Profeta. Sharaf refere que Muhammad desconcertado pelo aspecto odioso e bélico de um nobre curdo de nome Baghdawz, enviado pelo Sultão do Turquistão com o objectivo de firmar uma aliança, perguntou-lhe qual a sua origem e clã, ao que ele retorquiu “*I am of the Kurdish Nation*”. Então, o Profeta terá afirmado o seguinte: “*...May the pure, exalted almighty not favor this nation with unity, for otherwise, they shall give the world to ruin*” (Sharaf al-Din Bitlisi, 2005, p. 44).

Um século mais tarde, em 1694, o lírico curdo Ahmad Khâni observa no épico “Mem o Zin”: “*...Behold! From Arabia to Georgia is the Kurdish home. But when the Persian Ocean and the Turkish seas get rough, only the Kurdish country is spattered with blood*” (cit. in Izady, 1992, p. 52). Khani culpa abertamente a pouca sorte dos seus

---

<sup>54</sup> Xá Tahmasp (1513-1576). Governante da dinastia Safávida que assumiu o trono da Pérsia em 1524. Foi no seu governo que o Iraque foi definitivamente conquistado pelo Império Otomano.

---

compatriotas apanhados no meio das armas Safávidas e Otomanas e, atendendo à desunião das casas curdas da época, o poeta apela à unidade sob a tutela de um único rei.

Com a diminuição das hostilidades Perso-Otomana a partir de meados do séc. XVII, este protótipo de moderno nacionalismo entre os intelectuais curdos caiu entretanto em desuso. Os níveis baixos de cultura e de literacia aliado à extinção de uma vibrante classe média urbana criou um vazio entre estes iluminários e os compatriotas nómadas das gerações seguintes (McDowall, 2007).

Na segunda metade do século XVIII assistimos ao princípio do fim do Império, verificando-se as primeiras incursões europeias. A superioridade tecnológica do invasor tornou-se visível, particularmente no campo militar mas também no âmbito comercial os europeus, designadamente holandeses, ingleses e franceses, dominavam o Levante. A maior humilhação veio exactamente da fronteira Norte do Curdistão, mais exactamente da Rússia, que inflingiu ao Império grandes derrotas, designadamente a destruição da sua armada por um ataque anglo-franco-russo em Navarino (1827), no prelúdio da independência grega, concedida em 1830 (Natali, 2005).

A invasão russa renovada em 1828, com os diversos ataques às fronteiras Otomana, tinha conseguido objectivar uma penetração territorial até Erzerun (cidade do Leste da Turquia, na Anatólia Oriental), conquista significativa, não obstante a devolução dos territórios ter sido definida pelo Tratado de Edirne<sup>55</sup>. A guerra tinha adquirido novos contornos em que, não somente os Arménios Otomanos tinham assistido à conquista de Kars (estandarte cristão arménio) pelos russos, como as tribos muçulmanas curdas tinham contribuído com homens para a constituição de um regimento russo para lutar contra o Sultão (McDowall, 2007).

Os territórios Otomanos no século XVIII eram caracterizados por uma sujeição nominal, mas com uma efectiva independência. Com efeito, em toda a Anatólia e mais especificamente no Curdistão, os lordes locais eram chefes militares e tinham feudos com posse hereditária, não aceitando a submissão ou pagamento de impostos. Quando o

---

<sup>55</sup> Tratado que define a independência da Grécia foi assinado em Edirne em 1829.

---

Império decidiu finalmente levar os curdos à submissão em 1830, responderam indignados reclamando a sua independência (McDowall, 2007).

#### **2.4.1.1. Casa de Soran**

Trata-se de um Emirado curdo fundado em 1399 por Kulos (líder tribal). Abrangia um território que podemos referenciar como a parte Noroeste do Curdistão. A sua capital foi na maior parte do tempo, a cidade de Rawanduz, sendo certo que antes da proclamação da independência, tinha o estatuto de Emirado autónomo dentro do Vilayete<sup>56</sup> de Sharazur (McDowall, 2007).

Com Mir Muhammad<sup>57</sup> o Emirado atinge o seu apogeu, tendo mesmo declarado a independência em 1816. O novo líder chegou ao poder depois de ter deposto o seu pai em 1814 e ordenado a morte dos seus tios e primos com vista a eliminar todos os potenciais candidatos ao Emirado. Com o território estabilizado, para além de reivindicar a libertação do território do jugo Otomano, atacou e submeteu as tribos das imediações (Shirwan, Baradust, Surchi, Khuhnaw e Mamadash). Neste périplo também reconquistou a cidade de Harir, antiga capital de Soran que estava nas mãos da Casa de *Baban*<sup>58</sup> reabrindo um conflito que o seu pai tinha conseguido acalmar alguns anos antes (Mella, 2005).

Seguidamente, definiu como objectivo a conquista do Emirado de Badinan<sup>59</sup>, destruindo e liquidando milhares de homens, mulheres e crianças Yezidis. As autoridades Otomanas estavam cientes desta situação mas não tinham forças locais suficientes para lidar com o problema. Estavam ainda preocupadas com a tomada da Síria e invasão da Anatólia pelo Paxá Ibrahim e temiam que Mir Muhammad estivesse em contacto com as forças egípcias (Nebez, 2004).

Neste quadro conturbado, Mir Muhammad subiu o Tigre atacando o Emirado do *Bothan*, tendo depois regressado a Amadya onde Mohammad Said tinha reconquistado

---

<sup>56</sup> Divisão administrativa do Império Otomano.

<sup>57</sup> Substituiu o seu pai como governador de *Soran* em 1814.

<sup>58</sup> Caracterizada na pág. 24.

<sup>59</sup> Badinan ou Bahdinan (1376-1843) era um dos mais importantes emirados curdos. Fundado por Baha-al-Din, no século XIII-XIV. A capital do Emirado foi durante muito tempo Amedi. Estava centrado na cidade de Amadya, actualmente Dahuk no Curdistão Iraquiano.

---

o poder e novamente o derrotou. Anexou depois Badinan e Rawanduz, eliminando os Emires (Izady, 1992). Em 1834 os Otomanos enviaram o Paxá Rashid Muhammad para restaurar a paz e finalmente, o líder curdo foi submetido com a promessa de que lhe seria concedido um salvo-conduto até Istambul e ali seria confirmado príncipe (Mella, 2005).

#### **2.4.1.2. Casa de *Bothan***

Badr Khan chegou ao Emirado de *Bothan* em 1820, quando tinha cerca de 18 anos. A sua sucessão levantou alguns problemas internos e terá sido por esse motivo que se manteve calmo, consolidando o poder dentro do seu domínio. Submisso à autoridade Otomana, evitou o alastramento das acções punitivas de Paxá Rashid na região, entre 1834-1836. Em 1839 foi-lhe atribuído um cargo oficial de exército Otomano com o objectivo de mobilizar as forças tribais numa batalha eminente com as forças egípcias de Paxá Ibrahim (McDowall, 2007).

Em 1842, anunciou a independência do Curdistão relativamente aos Otomanos e derrotou-os em todas as campanhas militares. Construiu uma fábrica de armas e munições em Jazeera, emitiu moeda com o seu nome e a autoridade do seu governo chegou a Mosul, Rawanduz, Urmia e Diarbakir. Posteriormente foi atraído para Leste, porque a queda de *Soran* e *Badinan*, bem como a fraqueza do Emirado de Hakari ofereciam a oportunidade de engrandecer o *Bothan* sem afrontar directamente o Sultão Otomano.

Foi exactamente no Emirado de Hakari (Turquia) que Badr Khan realizou duas campanhas (1843 e 1846) contra os Cristãos Assírios Nestorianos, massacrando cerca de 70.000 pessoas, entre as quais a mãe e dois irmãos de Mar Shimun<sup>60</sup>, líder espiritual deste grupo. Depois dos massacres de 1834 e 1836, somente os protestos da França e do Reino Unido levaram o Sultão Otomano a intervir, mas só em 1845, na sequência da traição do seu sobrinho, Badr Khan se rendeu e foi exilado para Creta (Mella, 2005).

Badr Khan manteve-se para muitos curdos como um dos mais ilustres representantes de todas as dinastias curdas. Era corajoso e ambicioso, mas imprudente no que respeita

---

<sup>60</sup> Mar Shimun XVII (1820–1860)

---

designadamente às questões religiosas. Para Izady (1992) a sua importância reside no facto de ter sido o último chefe supremo a apresentar um sério desafio para os Reformadores Otomanos.

#### **2.4.1.3. Casa Baban**

Baban (1649-1850) era um principado curdo. O seu fundador foi Faqi Ahmad, contudo, o papel central é normalmente atribuído ao seu sucessor Baba Suleiman (1670-1703) que estendeu o território e alargou os horizontes *Baban* até Kirkuk e algumas áreas do Curdistão Oriental. O quartel-general da Casa *Baban* estava inicialmente centrada em *Qara Cholan* e mais tarde mudou-se para a nova cidade de Suleimania durante o reinado de Paxá Mahmud, em 1781. Durante o séc. XVIII, os Baban atingiram a supremacia sobre toda a região montanhosa entre os rios Dyala e Zab e eram suficientemente fortes para lutar em pé de igualdade com os *Ardalans*.

A fidelidade aos Otomanos não foi linear nem permanente, até porque o controle exercido por Bagdade era diminuto e a chegada ao poder do Xá Nadir na Pérsia (1730) persuadiu alguns *Baban* a mudar de lado. Efectivamente, em 1743, Salim Baban obteve a sua nomeação através do Xá, contudo, foi derrotado passados sete anos por uma força Curdo-Otomana e o candidato da Otomano instalado no poder (Paxá Suleiman – 1754/1765).

Em 1810 o líder Baban – Abd al Rahman – era um rei virtual, mas o seu filho (Paxá Mahmud), pelo contrário fez uma gestão inteligente do relacionamento com os dois impérios. Quando as forças Otomanas avançaram sobre o território em 1818, as tropas persas atravessaram a fronteira em seu auxílio, para serem afastadas novamente, um ano depois, por Abd Allah (tio do Paxá Mahmud) mas, apesar disso, Bagdade aceitou a exigência persa de que Mahmud fosse recolocado em Suleimania (Izady, 1992).

As alianças alteravam-se a uma velocidade alucinante, senão veja-se: Mahmud brevemente e a muito custo depôs Abd Allah, de Suleimania, mas as tropas persas e os *Ardalans* recolocaram-no no poder. Posteriormente, Mahmud abandonou os Otomanos pela aliança Qajar e depôs Abd Allah. Tudo isto ocorreu entre 1821-23 e a paz foi teoricamente estabelecida pelo Tratado de Erzerum, com Mahmud novamente em

---

Suleimania e Abd Allah satisfeito com Koi Sanjaq (Mella, 2005). Até 1850 os Babans mantiveram uma caprichosa e imprevisível presença na política regional.

#### **2.4.1.4. A ascensão dos Xeiques e a importância das ordens religiosas Sufis**

Na sociedade curda tribal, o vazio de poder levou a uma crise generalizada com disputas entre as várias lideranças e mesmo dentro de cada família.

*“...the old amirs and paramounts, because they were seldom blood relatives of the confederation, save for their own immediate family, had been able to act as mediators, with authority if not always impartiality. All that was gone. In due course they were replaced in their role of mediators and unifying leaders by religious Shaykhs”*  
(McDowall, 2007, p. 50).

Durante alguns séculos, os Xeiques, as ordens sufis ou tariqas foram particularmente influentes na sociedade e nas tribos curdas. O seu aparecimento data dos finais do séc. XII, fruto do pensamento de homens como o xeique Safi al Din Ardabil<sup>61</sup>, fundador da Ordem Safavia, ele também um curdo, e que culmina 170 anos mais tarde com a fundação da Dinastia Safávida.

As irmandades ou ordens eram olhadas com desconfiança pelas autoridades uma vez que eram independentes das instituições formais do Estado, e estavam frequentemente associadas a movimentos considerados perigosos para a defesa do *status quo*. Os Qizilbash, por exemplo, estavam relacionados com a tariqa Bektashi<sup>62</sup> tão orientada para o extremismo xiita, que quase não era considerada muçulmana.

A tariqa predominante no Curdistão no início do séc. XIX era a Qadiria, irmandade do místico e santo do séc. XII, Abd al Qadir Gailani (1077-1166) seu fundador. Contudo, com o aparecimento de Shaykh Mawlana Khalid<sup>63</sup>, a ordem Naqshbandi renasce e rapidamente ultrapassou a Qadiria, no Curdistão. Defendendo a tese de que os seus

---

<sup>61</sup> Safi al Din Ardabil (1252-1334) foi o herdeiro espiritual e genro do grande mestre sufi Sheik Zahad Gilani, líder da Ordem Zahidi que foi renomeada Safavia pelo seu sucessor, exactamente Safi al Din.

<sup>62</sup> Fundada no séc. XIII pelo Santo Haji Bektashwali.

<sup>63</sup> Sheik Mawlana Khalid, nascido na tribo Jaf de Sharizur em finais de 1770. Parece ter estudado com ambas as dinastias Qadiria (Barzinjis e Neri) antes de viajar para Damasco quando fazia o haji (peregrinação a Meca) em 1805. Foi para a Índia em 1810 e com o Sheik Naqshbandi Mujadidi parece ter vivido uma experiência particularmente profunda e criou a sua própria orientação, reclamando o conhecimento do futuro e a capacidade para preservar a vida do mal e estabelecer contacto com os espíritos.

---

seguidores se podiam tornar xeiques e treinar novos califas (seguidores), criaram a situação ideal para todo o clero ambicioso e revivalista (Bruinessen, 1988). Depois da partida de Khalid para Damasco, no final da sua vida, três famílias de xeiques tornaram-se centrais na vida do Curdistão: Os Saids de Neri, os Barzanis e os Barzinjis.

O Xeique Ubayd Allah de Neri<sup>64</sup>, ainda por muitos considerado o primeiro nacionalista curdo, invadiu a Pérsia em 1880, afirmando que agia em nome da nação curda e enviou uma mensagem ao Cônsul Britânico, com o seguinte teor:

*“...the Kurdish nation is a people apart. Their religion is different, and their laws and customs are distinct....the chiefs and rulers of Kurdistan, wether Turkish or Persian subjects, and the inhabitants of Kurdistan, one and all are united and agreed that matters cannot be carried on in this way with the two governments, and that necessarily something must be done, so that European governments having understood the matter, shall inquire into our state, we also are a nation apart, we want our affairs to be in our own hands”* (citado por McDowall, 2007, p. 53).

De facto, a rebelião iniciada teve origem no seu segundo filho, Abd al Qadir, representante do pai na fronteira com o Irão e também Governador de Urumiya. O acto de revolta terá sido despoletado por um tratamento demasiado severo dispensado a um determinado número de chefes tribais pelas autoridades locais, sem qualquer consulta. Quando os habitantes da cidade de Miandoab (Irão) mataram os seus enviados e recusaram a rendição, as forças de Qadir liquidaram 2.000 homens, mulheres e crianças.

Por seu lado, Ubayd Allah atravessou a fronteira em meados de Outubro de 1880 e chamou os turcomanos para se juntarem à luta contra o Irão, declarando repetidamente que, quando esta questão estivesse resolvida se voltaria para a Turquia. O seu Califa por outro lado, dizia que a Turquia apoiava um ataque curdo ao Irão.

O líder da revolta argumentava desejar um principado independente, contudo, a sua verdadeira preocupação era a expansão crescente da tribo inimiga Shikak, que ele queria aniquilar. Relativamente aos europeus, particularmente os britânicos, Ubayd Allah queria o seu apoio moral com vista ao avanço para o Oriente, para além do Curdistão (McDowall, 2007).

---

<sup>64</sup> Líder da tribo de Neri que dominou o Curdistão no séc. XIX.

---

No final de Outubro de 1810 Abd al Qadir tinha diminuído o seu exército em 20.000 homens e Ubayd Allah tinha atacado Urumia com apenas 6.000 homens. Contra as expectativas dos invasores, a cidade resistiu quebrando o espírito dos atacantes, até que, cerca de 12.000 tropas persas avançaram e vingando-se sobre a população não xiita. O xeique foi exilado, primeiro para Istambul, e depois fugiu em 1882 para Hijaz, cidade onde morreu no ano seguinte.

#### **2.4.1.5. Breve Identificação Étnica sob o Império Otomano**

Durante o período Imperial era a religião e não a etnicidade que definia a identidade do grupo. Baseados no código da Charia<sup>65</sup> do Islão Sunita, o Império Otomano era governado pelo califa-sultão que servia como líder espiritual das comunidades muçulmanas. A ideologia sunita muçulmana assumiu um papel central nas instituições centralistas do Estado e o sistema educativo foi definido pela jurisprudência islâmica e não pela doutrina ou pelo nacionalismo.

Neste contexto, as autoridades Otomanas utilizaram o sistema *millet*<sup>66</sup> para organizar as diversas etnias, línguas, religiões e populações tribais numa única comunidade política. Apesar de reconhecerem todos os grupos como Otomanos, os *millets* diferenciavam as populações de acordo com a sua afiliação religiosa (Bozarslan, 1988). Ou seja, a etnicidade contava alguma coisa, uma vez que o *millet* muçulmano reagrupava as populações de acordo com as suas distinções linguísticas: turco, árabe, curdo, albanês e línguas balcãs-caucasianas.

Nos censos Otomanos realizados entre 1881-1893, Aleppo, Damas e Bagdade foram classificadas como províncias muçulmanas com territórios árabes. Na realidade, os turcos Otomanos promoveram a noção de uma Anatólia Turca e os nacionalistas turcos referiam-se à fronteira de Mosul como a zona de *turkishness*.

Para reconhecer as particularidades etnolinguísticas das comunidades muçulmanas, a elite Otomana reconheceu formalmente os curdos como a “*boz millet*” (nação cinzenta) e os turcomanos como “*kara millet*” (nação negra). Ainda dentro deste sistema, os

---

<sup>65</sup> Charia – Lei Islâmica que contempla um conjunto de fontes da jurisprudência islâmica. A primeira é o Alcorão, a segunda a Suna (ditos e exemplos da vida do Profeta), o *ijtihad* e finalmente o *ijma* consenso da Umma (comunidade dos crentes).

<sup>66</sup> Sistema Otomano de hierarquização social baseado na pertença étnica e religiosa.

---

grupos cristãos usaram a etnicidade para identificar as distinções entre os grupos ortodoxos.

Ainda assim, a elite Otomana sublinhou os aspectos religiosos da identidade para gerar um sentimento de solidariedade no império. A província Mosul compreendia grupos curdos, árabes e turcomanos, contudo, era referido como uma Vilayet muçulmana. Os curdos dirigiam madrassas independentes que ensinavam literatura curda mas tinham as mesquitas ao lado (Bruinessen, 1998). O objectivo era preparar os estudantes para uma posição mais elevada de *meleti* ou de *mullah*<sup>67</sup> nas cidades do Curdistão e não para serem uns nacionalistas politizados.

Este sistema de identificação socio-política formalizado no “Akdi Zimmel<sup>68</sup>” privilegiava os dominantes muçulmanos sunitas sobre os grupos não muçulmanos. Os Curdos educados nas madrassas curdas tal como o eminente Naqshbandia Xeiuke Mawlana Khalid (1773-1826) mantiveram o intercâmbio com Istambul, Damasco e Bagdade (Zarcone, 1998). Outros grupos não foram tão afortunados. Apesar das comunidades não sunitas terem um contrato tácito com o Império, os Druzos<sup>69</sup> tinham um estatuto privilegiado no Líbano, enquanto os Alevi, Yezidis e os Ismaelitas<sup>70</sup> eram sujeitos a discriminação fiscal. “*Sunni kurds attained prestigious military and political positions; however Alevi Dedes were neglected in Ottoman affairs.*” (Natali, 2005, p. 4).

O Sultão Otomano definiu um modo de controlo sobre as tribos que determinou o fim da hereditariedade na governação local, passando a ser um cargo de nomeação. Quando as *Reformas Tanzimat*<sup>71</sup> começaram os curdos tinham já perdido a maior parte do seu poder e prestígio relacionado com os principados, o último dos quais tinha caído em 1850 (*Baban*). Contudo, continuariam a usufruir de uma autonomia módica na região, porque em contraste com as províncias não curdas, a elite Otomana não substituiu os

---

<sup>67</sup> Hierarquia clerical muçulmana.

<sup>68</sup> Tratava-se de um acordo entre infieis e muçulmanos no qual os não muçulmanos acordavam no seu estatuto de inferioridade e concordavam com algumas condições.

<sup>69</sup> Comunidade religiosa que surgiu a partir dos Ismaelitas no séc. XI e incorporou elementos gnósticos, neoplatónicos e outras filosofias.

<sup>70</sup> É uma doutrina religiosa considerada como um ramo do xiismo. Os adeptos do ismaelismo são também denominados como septimâmicos na medida em que apenas reconhecem os sete primeiros imãs do islão xiita.

<sup>71</sup> Reformas Otomanas que decorreram entre 1839 e 1876 com vista a lutar contra os nacionalismos e forças que ameaçassem o Estado.

---

emires curdos por governadores nomeados, situação que levou ainda a um maior caos no Curdistão e à oportunidade para os xeiques curdos preencherem o espaço como mediadores do conflito.

O vácuo de poder criado pelo declínio dos últimos principados curdos, a reverência religiosa relativamente às famílias e a ausência de uma hierarquia clerical no “establishment” sunita fortaleceu o domínio curdo. Os chefes tribais mantiveram o seu poder, apesar do processo de centralização que ocorria no resto do Império (Nezan, 1993).

Mesmo depois das *Reformas Tanzimat*, o Império não fez nenhum esforço para alterar a estrutura tradicional do poder no Curdistão. Na segmentada sociedade curda de base agrária, suportada nos papéis de Aga, xeique e chefe (hierarquia tribal), estes eram muitas vezes detidos pelo mesmo indivíduo, aumentando a influência das comunidades locais sobre o governo central. As políticas centralizadoras de Abdul Hamid II (1842-1918) reforçaram o papel dos xeiques curdos e chefes tribais, assegurando que o estatuto tradicional curdo, e não a burguesia urbana, manter-se-iam proeminentes na sociedade.

Em muitas partes do Império, o Califa fortaleceu as cidades, contudo, no Curdistão a situação era diferente e apesar do governo tentar remover a propriedade colectiva, pelos finais do séc. XIX, muitos proprietários ainda predominavam na Macedónia, Curdistão e algumas províncias árabes. Alguns lavradores curdos e arménios perderam os seus direitos tradicionais, contudo, a maioria enriqueceu registando os terrenos perdidos pelos outros em seu nome (Issawi, 1980).

Não obstante grande parte dos terrenos cultiváveis terem sido devastados, algumas regiões curdas beneficiaram com esta crise. Por exemplo durante o período da Reforma o valor da terra aumentou 75%, beneficiando os produtores de algodão em Adana e Izmir, bem como as regiões de crescimento de trigo de Erzerum e Diyarbakir, referenciados como “Celeiro do Curdistão” (McDowall, 2007).

#### **2.4.2. O Império Qajar e os Curdos**

A Pérsia, à semelhança do Império Otomano, sofreu um enfraquecimento generalizado do seu poder durante o séc. XVIII, que conduziu ao colapso da Dinastia Safávida em

---

1735. Depois de cerca de 60 anos de incerteza política e turbulência geral, a dinastia Qajar estabeleceu-se finalmente, em 1794, tendo na sua origem um grupo tribal que apreciava as suas raízes, procurando imitar os requisitos de uma monarquia absoluta (McDowall, 1992).

O sentimento de insegurança levou muitos a procurar o refúgio junto das suas tribos que passaram a representar uma parte significativa da população durante o séc. XVIII. Controlar estes grupos era uma preocupação para o Império Qajar, até porque, desejavam restaurar a ideia da “Unidade no Irão”, depois da fragmentação do Estado registada no século anterior.

Atendendo à proximidade de Zagros com Isfahan e depois Teerão (capitais do Império) seria de esperar que as tribos curdas fossem as primeiras a sofrer com as tentativas de eliminação Qajar. Contudo, muitos chefes curdos tinham optado pela Suserania Otomana, não só por se tratar de uma liderança sunita mas também, pela razão mais pragmática de Istambul ser mais longe, logo mais fácil fugir ao pagamento de impostos e obrigatoriedade de serviço militar. Com efeito, tentar fazer submeter os curdos das fronteiras remotas, tal como os Hakari<sup>72</sup>, era verdadeiramente uma tarefa difícil até porque, tratando-se de semi-nómadas, rapidamente atravessavam a fronteira, sendo que, do outro lado, existia sempre um Império pronto a recebê-los (McDowall, 2007).

Os Qajars foram capazes de resistir e sobreviver apesar do relativo aumento de poder militar das tribos durante o séc. XVIII, sobretudo, porque elas nunca se conseguiram articular contra o Império. Mas, não obstante a incapacidade da liderança tribal, o Império teve de reconhecer alguns chefes e realizar diversos acordos de pacificação. Este foi o caso dos Walis<sup>73</sup> de Ardalan, importante apoio para a tomada de poder Qajar na década de 1790 mas que, apesar da lealdade provada ao Xá sofreram diversos ataques estratégicos do Império que, frequentemente, utilizou a sua influência e poder para alterar a linha directa de sucessão, apoiando designadamente as pretensões de linhagens mais jovens (Natali, 2005).

---

<sup>72</sup> Emirado localizado na Turquia.

<sup>73</sup> Família que preside aos destinos da Casa de Ardalan tem o título de Wali.

#### **2.4.2.1. A Casa de Ardalan**

Ardalan era um antigo principado que, nos inícios do séc. XIV, se tinha estabelecido em largas faixas de território de ambos os lados de Zagros. Objectivando esta indicação de amplitude inicial, podemos referir que após as invasões turcomanas no início do séc. XIV, o principado teve de abandonar as localidades de Arbil, Koi, Sanjaq, Rawanduz, Harir e Amadiya que reconquistou no século seguinte. Somente com Chaldiran os territórios ficarão definitivamente demarcados.

Os governantes de Ardalan tinham de escolher entre o Império Persa e o Otomano mas, uma vez que o coração das suas terras estava do lado Oriental, a opção foi Qajar, não obstante a luta permanente, para manter as terras a Ocidente de Zagros. Em 1757 foram afastados do Planalto Fértil de Sherizur pelo Sultão Suleiman, retomando-o novamente em nome da Pérsia na viragem do século e até 1630. Finalmente, o tratado de Zohab (1639) confirmou Sharizur sob soberania curda.

Podíamos pensar que um principado sunita teria dificuldades de relacionamento com uma dinastia xiita crescente, mas só se registou um pequeno período de opressão no início do séc. XVIII quando os governantes se instalaram. Os líderes Ardalan trabalharam normalmente com o objectivo de cultivar a corte Imperial em Isfahan (para onde os Safávidas se mudaram em 1598) mantendo a ordem entre as tribos. Khan Ahmad Khan<sup>74</sup>, Wali de Ardalan no final do séc. XVI tornou-se um confidente do Xá Abbas (1587-1629) casando com a sua irmã. Ele acabou com duas grandes tribos no Norte, na área entre Rawanduz e Sanji Bulaq (os Bilbas e os Mukri) em nome do Xá Abbas e desta forma recuperou quase inteiramente os antigos domínios Ardalan. Contudo, existem limites para a lealdade e quando o exército Otomano se aproximou dos territórios ocidentais de Ardalan, Khan Ahmad Khan não teve quaisquer dúvidas em os apoiar, situação que levou à perda de todo o território a Leste de Zagros, mas que foi compensado com Kirkuk e Mosul (McDowall, 2007).

---

<sup>74</sup> Wali de Ardalan que reconquistou Rawanduz, Amadiya, Koi e Harir no início de 1600 e foi recompensado com o governo de todo o Curdistão Iraniano.

---

Os Ardalans foram provavelmente mais consistentes nas suas lealdades do que qualquer outro Emirado de fronteira. Em meados do séc. XVII os Safávidas tinham perdido o controle do Império, mas no Curdistão os Walis de Ardalan mantiveram-se os jogadores dominantes. Foram frequentemente nomeados governadores de todo o Curdistão dentro da esfera irânica, assegurando a lealdade e a ordem das grandes confederações nas zonas de fronteira como os Jaf, Mukri, Bilbas, Hawrami e os curdos Kalhur (Natali, 2005).

#### **2.4.2.2. Os Qajars e as confederações tribais curdas**

Nos finais do século XIX os governadores persas, frequentemente membros da família Qajar, encontravam-se num processo de substituição dos chefes curdos como governantes locais. A situação mais exemplar ocorreu ao Norte de Ardalan, mais exactamente na região a Sul e Oeste do Lago Urumia, onde ficava o território dos curdos Mukri, uma poderosa confederação tribal que providenciou ao Xá a melhor cavalaria. Em 1830 o Imperador Persa tentou lançar impostos sobre o território Mukri mas fê-lo com muito cuidado pois “*the persian crown had no hold whatever on their allegiance; and they are, at the same time, too powerful to be coerced into anything like tame submission (cit.in McDowall, 2007, p. 68)*”. Por exemplo na cidade de Sawj Bulaq existia um grande ressentimento pelo facto dos Qajars terem ensaiado uma substituição do chefe local Mukri, por um príncipe de Teerão, e o Império teve de recuar na sua posição, aceitando a escolha dos homens da tribo.

Do ponto de vista do Curdistão Irânico, os chefes tribais curdos, designadamente aqueles que viviam na região próxima de Urumia e Maku, estavam muito envolvidos nas questões de fronteira nos mais diversos domínios, criando tensões e desordens quando avançavam até à Turquia.

Paralelamente, a traição era um dado corrente da vivência curda, pelo que a insegurança era avassaladora. Para Leste, os Curdos sentiam os ventos da inimizade com a maioria xiita, sobretudo na região Oriental do Lago Urumia, com a sua expressão mais amarga no saque de Miandoab. Depois da revolução constitucional de 1906 esta oposição intensificou-se, com um crescente desagrado nacionalista para com as minorias não persas, especialmente aquelas que não eram xiitas.

#### **2.4.2.3. Os Qajars e a nova ameaça europeia.**

Os Qajars sempre sofreram ameaças dos seus vizinhos. Para além das sistemáticas tentativas dos Otomanos, Uzbeques e Turcomanos, a nova pressão vem dos poderes europeus, primeiramente a Rússia e o Reino Unido que, competiram em termos da influência no território, até 1914 (Natali, 2005).

No final do séc. XVIII a Rússia tinha adquirido grande parte do território persa do Rio Araxes. Com o objectivo de afastar os Russos, a Pérsia pediu auxílio à Europa para ajudar a reformar o exército, conseguindo mesmo recuperar partes do território enquanto o Czar esteve ocupado com Bonaparte. Com a finalidade de obter um acordo de paz em 1813, a Rússia comprometeu-se a reconhecer qualquer príncipe, nomeado pelo Xá, como seu parente. Em 1827 os Russos tomaram o que sobrava a Norte do rio Araxes (cidades de Erivan e Nakchivan e as áreas das tribos curdas) e foi definido o rio como fronteira no Tratado de Turkmanchai<sup>75</sup> desse mesmo ano (Natali, 2005).

#### **2.4.2.4. Revolução Constitucional de 1906**

Em 1905-06 a oposição tomou o controle de Teerão e obrigou o Xá a aceitar a criação de uma Assembleia Consultiva para elaborar uma Constituição.

Os chefes curdos tribais identificavam-se, na generalidade, com a monarquia e a estrutura hierarquizada em que se moviam, sendo portanto hostis ao movimento constitucional. Paralelamente, as populações curdas urbanas identificavam-se tendencialmente com os rebeldes, e mais ainda com o desejo de escapar ao governo corrupto e arbitrário dos proprietários, chefes e governantes (Natali, 2005).

No que concerne aos curdos de Kermanshah, sabe-se que estavam divididos em duas tribos maioritárias: os Kalhurs (sobretudo xiitas) e os Goran (completamente Ahl-i haqq) que, em conjunto, teriam aproximadamente 5.000 tendas, na década de 1890 (McDowall, 2007).

---

<sup>75</sup> Tratado que pôs fim à guerra perso-iraniana de 1926-1928.

---

Mas, entre as maiores tribos do Azerbaijão e de Kermanshah ficava um conjunto de tribos mais pequenas, sobretudo sunitas do outrora Ardalán, agora renomeado Província do Curdistão. O mais poderoso chefe na região era o Wali de Pusht-i Koh que conseguiu, na generalidade, evitar o confronto com o governo central escondendo-se no lado Ocidental de Zagros (McDowall, 2007).

Relativamente a Daud Khan, Ilkhan de Kalhur, sabe-se que era um homem de origens humildes mas de imparável ambição que chegou ao poder, matando todos os que se lhe atravessaram no caminho, incluindo o seu pai. Uma vez Ilkhan (Chefe), estudou os territórios vizinhos e, com vista a consolidar a sua posição, concluiu que precisava de forjar alianças com outras tribos (Izady, 1992).

Casou fora da sua tribo, sabendo-se que, em 1906 tinha 12 mulheres e o seu filho Jawan, já tinha 5. Estes casamentos tinham um propósito meramente político, mas, Jawan apaixonou-se pela filha do Ilkhan deposto, situação que punha em causa a legitimidade do seu pai. Neste contexto, pai e filho opõem-se numa batalha campal que teve lugar em 1906, durante a qual Jawan e os seus 800 homens mataram um irmão e outro filho de Daud, dirigindo-se de seguida para Kermanshah exigindo a deposição do actual Ilkhan e a nomeação do anterior. Os *mullahs*<sup>76</sup> locais conseguiram obter um acordo entre ambos que permitiu a Daud manter a sua posição e a Jawan casar-se com a sua amada (Izady, 1992).

Em 1908, Zahir al Mulk Zangara foi nomeado governador de Kermanshah e, Daud Khan, rapidamente, conseguiu um entendimento com ele, selado com o casamento de Jawan com a filha do governador. Daud foi nomeado *al asha'ir*, ou seja reconhecido como sénior entre os chefes tribais da província, e passou a ser o elemento chave no compromisso do governador com o Xá, na luta contra os Constitucionalistas, fornecendo 10.000 homens para a guerra.

No final do ano de 1909 um novo governador foi nomeado, Nizan al Saltar, que exigiu imediatamente o pagamento de impostos a Daud Khan, situação que conduziu a uma estratégia de alianças, na qual Daud pediu auxílio aos chefes tribais para lutarem contra

---

<sup>76</sup> Líderes religiosos.

---

o governador, sem sucesso, destruindo na sua retirada para a fronteira 180 aldeias Sanjabi (McDowall, 2007).

As intrigas e lutas inter-tribais prosseguiram mas, entretando, ocorre um facto de importância vital para a reestruturação do poder na região, Salar al Dawla<sup>77</sup>, acompanhado do Xeiue Naqshbandi de Tawila, levantaram a bandeira da revolta contra Teerão, conseguindo obter o apoio de Daud Khan, que nomeou governador de Kermanshah. Finalmente, em Setembro de 1911 foi derrotado pelos constitucionalistas. Daud Khan acompanhou Salar na sua marcha desesperada contra Teerão, no decurso da qual pereceu e al Dawla conseguiu fugir para o Luristão, pondo fim à revolta (McDowall, 2007).

#### **2.4.2.5. Breve Identificação étnica sob o Império Qajar**

À semelhança do Império Otomano, a identificação grupal no Império Persa Qajar era baseada no Islão, situação que imediatamente elevava os muçulmanos na hierarquia socio-política. A estrutura social tradicional e agrária era também prevalecente na Pérsia, favorecendo os curdos proprietários, tribais e guerreiros. Contudo, o Islão Persa era Xiita e detentor de um espaço político mais constante, situação que proporcionou aos curdos diferentes tipos de estruturas e oportunidades. Quando o sistema imperial tropeçou e uma moderna identidade persa começou a emergir, a ordem social Qajar manteve-se dominante.

Apesar de não existir um sistema *millet* formal as populações eram classificadas pela sua identidade religiosa, situação que favoreceu os muçulmanos sobre os não-muçulmanos (*Alh-e dhim-mat*) que, contudo, tinham o direito de praticar a sua religião e tradição, para além de obterem oportunidades económicas e políticas no Império. As distinções religiosas foram frequentemente esbatidas pelas pertenças étnicas. No Curdistão, por exemplo, os curdos sunitas Sarafs formaram casas de comércio que controlavam as redes de distribuição. Em Sawj Bulaq (oficialmente renomeada Mahabad no século XX pelas dinastia Pahlavi), realizava-se um firme controlo da distribuição e do preço do trigo, cujo preço aumentou o sextuplo de 1895 a 1905. No Norte do Curdistão, na rica província do Azerbaijão, onde os muçulmanos xiitas

---

<sup>77</sup> Príncipe Qajar (1880-1959).

---

falantes de turco constituíam a maioria da população, um sindicato xiita controlava a produção e o comércio de seda (Lambton, 1987).

À semelhança do Império Otomano, a sociedade agrária Qajar estava baseada na identidade religiosa em que o sistema fundiário favorecia os proprietários muçulmanos (Tuyuldars) sobre todos os outros.

As políticas que favoreciam os grupos xiitas reforçaram as dicotomias dentro das comunidades muçulmanas, incluindo os curdos. Tal como no Império Otomano, os grupos muçulmanos heterodoxos tal como os Zoroastras, Parsis, Ahl-i Haqq e Baha'is tinham o estatuto inferior de não crentes (Avery, 1991). As minorias religiosas não tinham direitos nos tribunais muçulmanos e não tinham acesso aos lugares mais elevados no sistema militar e nos postos governamentais.

A natureza do espaço político Qajar era ambígua e encorajava uma relação construtiva entre os Tribunais, os curdos Sufis e o *staus quo* religioso. Alguns Monarcas Qajar eram mais tolerantes do que outros, enquanto Fath Ali (1797-1834) deu aos ulemas ortodoxos um grande controlo sobre os assuntos locais e permitiu perseguições aos outros grupos não xiitas, os governantes que se lhe seguiram agiram de um modo mais independente numa estratégia para aumentar o poder governamental. O Xá Muhammed (1834-1848) tinha tendências Sufis e permitiu aos xeiques das Ordens atingirem altos postos no Tribunal e Nasir al-Din (1848-1896) nomeou um curdo Sufi – Mirza Taqi Khan Amir Nezan – como Primeiro Minsitro (Lambton, 1987).

Adicionalmente, numa sociedade onde as estruturas de poder eram dominantes os grupos curdos sunitas acederam a oportunidades como parte da comunidade tribal. Na medida em que os monarcas não desenvolveram um exército profissional tiveram de confiar nos grupos tribais para a sua defesa interna, mas necessitavam de controlar esse poder, diversificando estratégias que passaram designadamente pela deslocação de algumas tribos para regiões distantes, criando outras, onde não existiam e arranjando casamentos com a família Qajar (Abrahamian, 1982).

Apesar das tentativas centralizadoras do Xá Nasir al-Din (1831–1896) o poder tribal manteve-se e os chefes eram nomeados para a assembleia consultiva (1858) ao lado do Conselho de Ministros. Por outro lado, apesar da Lei Qajar ser hereditária os lugares

---

governamentais não eram, logo a ausência de um critério étnico nas nomeações governamentais permitiu aos curdos sunitas não Qajar, chegar a lugares de poder.

À semelhança do Império Otomano, os proprietários de terras e chefes tribais, incluindo os curdos sunitas beneficiavam do sistema imperial, os Khans (chefes) curdos por exemplo, tinham as suas próprias milícias, controlavam os seus interesses nas terras e beneficiavam economicamente dos impostos recebidos.

Sob a governação do Xá Fath Ali (1797 a 1834), alguns curdos receberam altos postos de comando militar e uma geração mais tarde participaram nas delegações europeias de Nasir al-Din e tiveram a oportunidade de prosseguir os estudos no exterior. (Ruhani and Ruhani, 1992).

Tal como no Império Otomano, o aumento da penetração externa, as crises económicas, a agitação, a insegurança relativamente às ordens arbitrárias do governo, desafiam a tradicional ordem sócio-económica Qajar.

À semelhança dos Otomanos, Nasir al-Din e Muzaffar al-Din (1896-1907) fizeram concessões aos governos estrangeiros dando-lhes o controle sobre as finanças do Império e privilegiando os estrangeiros sobre os nacionais.

As mudanças no espaço político encorajaram alguns curdos a revoltar-se contra o governo central. Ismail Agha Simko (1887-1930), líder da tribo curda Shakak, chefiou várias revoltas na Pérsia e autoproclamou-se “nacionalista curdo”. O Xeiique Ubaydullah de Neri exportou o seu sentimento nacionalista curdo através das fronteiras da Pérsia, afirmando que o Curdistão era uma nação à parte.

Contudo, a *kurdayetî*<sup>78</sup> não era importante na Pérsia Qajar. A maioria dos curdos continuava a identificar-se com a sua tribo e com os interesses locais e religiosos. Mesmo Simko pode ter-se considerado ocasionalmente um nacionalista, mas o seu objectivo era proteger os seus direitos de propriedade e as redes de poder local na mudança do início do séc. XX.

À semelhança do Império Otomano, o espaço político privilegiava o *stratum* tradicional, encorajando as identidades tribais e religiosas a destacarem-se sobre as nacionalistas.

---

<sup>78</sup> Curdidade; pertença curda.

---

Apesar da região curda de Kermanshah ter crescido e se ter tornado um centro provincial, a província sunita do Curdistão perdeu importância nos assuntos persas, particularmente depois da queda da dinastia Ardalan em meados do séc. XIX (Natali, 2005).

A relação dos líderes Qajar com as tradicionais estruturas de poder, privilegiando as posições dos líderes tribais auxiliou a prevenir a emergência de uma burguesia curda que apoiasse as ideias nacionalistas. Na Pérsia não existiam escritores nacionalistas ou grandes famílias urbanas para representar a *kurdayetî* em Isfahan, Tabriz ou Teerão. A falha das elites Qajar em centralizar o sistema político também explica porque, mesmo durante o mesmo período revolucionário constitucional (1905-1911), ou na Primeira Grande Guerra, os grupos curdos não tirassem vantagem do apoio estrangeiro que poderia ter suportado as suas reivindicações.

## **2.5. Revolução, Nacionalismo e Guerra (1908-1918)**

A crise do Império Otomano nos finais do séc. XIX consubstanciava-se numa esquizofrenia, patente num desejo de modernização a que se opunha a necessidade de controlo e definição de uma administração forte e centralizada. Relativamente aos curdos, primeiramente em Istambul e depois nas províncias do Curdistão, surgiu um profundo dilema de identidade que alguns alargaram para além do “puramente curdo” e estenderam a um sentimento de pertença global que se subsumia a um desejo de ser sujeito Otomano (Izady, 1992).

### **2.5.1. Os primeiros curdos reformistas**

Os primeiros curdos a desafiar a natureza do regime fizeram-no em resposta aos despotismo do Sultão Abd al Hamid<sup>79</sup>, agindo sobretudo como cidadãos Otomanos e sem assumir a etnicidade como baluarte. Na realidade, quatro estudantes de medicina, dois dos quais de origem curda, formaram o núcleo de uma sociedade secreta de oposição ao Império que viria a denominarem Committee of Union and Progress (CUP).

Abdullah Cevdet e Ishaq Sukuti eram os curdos fundadores, que simbolizam simultaneamente a ligação ao progresso intelectual dos curdos educados e a capacidade

---

<sup>79</sup> (1842-1918) Foi o último Sultão absoluto Otomano. Foi deposto em 1909.

---

de reivindicação inteligente, estruturada no meio urbano. Cevdet era proveniente de Arakbir e Sukuti de Diyarbakir, ou seja, como produtos de provincia cresceram no esplendor de Istambul, onde chegaram na adolescência. Depois de identificados como conspiradores foram detidos em 1892 e, novamente, em 1895, quando finalmente foram exilados para Tripoli, contudo, conseguiram fugir para a Europa, através do Protectorado Francês da Tunisia, em 1897 (McDowall, 2007).

O percurso dos revolucionários curdos cedo ficou manchado pela irresolução. Com efeito, cederam à pressão do Império quando negociaram a suspensão da publicação “Osmanli”, em Genebra em troca pela libertação dos prisioneiros políticos da fortaleza de Tripoli. Mas, se este foi um acto de humanidade carregado de generosidade, não obstante estar em contradição com a firmeza e determinação do movimento de Ataturk, já a aceitação de postos políticos em embaixadas Otomanas (Cevdet em Viena e Sukuti em Roma) era uma clara traição à causa que suportava a CUP. Nenhum deles foi alguma vez perdoado pelos seus companheiros, contudo, Abd al Rahman Badr Khan atribui um generoso epitáfio a Sukuti, enfatizando a sua devoção à causa curda, após a sua morte em França (1902). Cevdet permaneceu no exílio com a sua honra manchada e, não obstante ter aderido ao partido dos “Jovens Turcos” em 1902, as suas ambições políticas estavam destruídas quando regressou a Istambul, em 1911 (McDowall, 2007).

Entretanto, outros representantes curdos tinham-se envolvido no destino político do Império e, neste contexto, relevam-se duas dinastias, uma religiosa e outra secular: os Sayds de Neri e os Badr Khan, fundadores de duas orientações no nacionalismo curdo, a autonomista e a secessionista (McDowall, 2007).

O membro mais activo da dinastia Neri era o segundo filho de Ubaydullah, o Xeiue Abd al Qadir, que depois da morte do pai, foi autorizado a regressar a Istambul mas não ao Curdistão, onde o seu irmão mais velho, Xeiue Muhammad Sadiq, tomou conta do poder. Contudo, Qadir ressentiu-se da ascendência espiritual do seu irmão e entendeu que devia ser ele o herdeiro, vendo na CUP um meio para concretizar as suas ambições políticas. Em Agosto de 1896 estava entre os conspiradores que pretendiam derrubar Abd al Hamid e foi para o exílio donde só regressou na revolução de 1908 (McDowall, 2007).

---

Por outro lado, a família Badr Khan envolveu-se em sublevações e revoltas constantes (Bruinessen, 1992). A grande oportunidade surgiu com a revolução de 1908, no decurso da qual a CUP tomou o poder e reinstaurou a Constituição de 1876 que preconizava, designadamente, a igualdade de todos os cidadãos Otomanos, muçulmanos e não-muçulmanos.

Estava relançada a temática da identidade étnica, designadamente no seio dos curdos que, mais uma vez, assumiram posições diversificadas. Alguns identificaram-se com a crescente identidade curda da nova elite governante:

- Ismail Hakki Baban - influente na CUP, foi eleito deputado no Parlamento por Bagdade e estava muito associado ao Tanin, o principal órgão do partido e foi Ministro da Educação do novo governo;

- Suleiman Nazif – político, administrador e jornalista. Foi Wali de Mosul em 1914, onde tomou medidas drásticas contra os curdos Barzani e desde 1915 como Wali de Bagdade.

- Ziya Gokalp - nasceu em Dyarbakir em 1876 e cresceu olhando para a mundividência urbana Otomana, com profundo desdém pela cultura curda do campo. Destacou-se no decurso da Conferência da CUP de 1909 e foi eleito membro executivo do partido, desempenhando um importante papel na concepção da identidade nacional turca.

Paralelamente, um conjunto de elites curdas educadas formaram alguma sociedades, tais como a *Sociedade para o Aumento e Progresso do Curdistão*. Entre os seus fundadores encontramos Amin Ali Badr Khan, o Xeique Abd al Qadir de Neri e o General Muhammad Sharif Paxá (um *Baban* de Suleimania). Grupos similares de curdos formaram-se em diversas cidades como Dyarbakir, Bitlis, Mosul e Bagdade. Foi ainda criada uma filial em Istambul com a denominação “Sociedade de Propagação da Educação Curda” que criou uma escola, destinada a educar 30.000 curdos que viviam na capital da Turquia.

Neste contexto, Said Nursi de Bitlis merece também destaque porque habita o terreno onde religião e etnicidade se sobrepõem. Tinha já apresentado uma proposta de identidade curda, despertando as suspeições do Sultão Abd al Hamid quando entregou uma petição (1906) solicitando que professores de língua curda fossem enviados para o território com vista a alargar a educação secular Otomana, argumentando que era necessária a educação para transformar os curdos tribais em bons cidadãos. Na realidade, desejava elevar o nível das madrassas de modo a que providenciassem uma

---

mistura de estudos religiosos e seculares que permitisse a criação de uma Universidade Oriental seguindo a orientação de al-Azhar no Egito. Segundo Sherif Mardin (*cit.in* McDowall, 2007, p. 93), Said Nursi terá afirmado o seguinte:

*“ I have seen the miserable state of the tribes in the Eastern provinces....everyone knows that in those provinces the fate of the semi-nomadic citizens in the hands of the ulama. And it is this wich led me to come to the capital”*

Said Nursi nunca foi um separatista, dois anos depois da revolução defendeu a autonomia regional para Dyarbakir, ou seja, manteve o compromisso de integridade do Sultanato Otomano (Natali, 2005).

No quadro dos ensaios de autonomia/independência dos intelectuais curdos, surgem um conjunto de jornais, tal como o “Kurdish Mutual Aid and Progress Gazette” realizado pela sociedade com o mesmo nome, que foi o primeiro jornal curdo a circular. (Ghareeb, 1981).

Depois de abortada a tentativa de golpe de Estado de Abril de 1909, a CUP volta ao poder ainda com mais determinação, obrigando à deposição do Sultão e aprovando uma “Lei das Associações” que proíbe a formação de grupos políticos com a denominação de grupos étnicos, situação que levou ao encerramento das sociedades curdas. Simultaneamente, Amin Ali Badr Khan e o General Sharif Paxá são condenados à morte por suspeita de envolvimento no golpe e fogem da região.

Em Istambul, a CUP prossegue o seu percurso chauvinista e autoritário e o nacionalismo etno-turco prolifera rapidamente. Em 1910 o Xeiue Abd al Qadir publicou uma notícia na imprensa de Istambul dizendo que os curdos queriam a autonomia, provavelmente numa estratégia para acalmar as suspeitas da CUP, mas acabou por originar uma cisão nas fileiras curdas (Natali, 2005).

### **2.5.2. O Curdistão e a revolução dos Jovens Turcos**

A nova Constituição de 1909, depois do Contra-golpe de 31 de Março que levou ao exílio Abd al Hamid, marca o início da denominada 2ª Era Constitucional que definitivamente corporiza uma ameaça para os Agas e Xeiues. Neste contexto e apenas quatro semanas após a declaração da Constituição em Istambul, Ibrahim Paxá, chefe de uma grande confederação tribal no Norte (em Jazira), iniciou uma revolta contra o novo

---

governo, esperando obter o apoio Sírio. Tal cenário não se confirmou e o líder da rebelião acabou por morrer numa emboscada, deliberadamente esmagado pelos Otomanos, mas despoletou uma onda de choque profunda nos chefes tribais, notáveis e Xeiques.

No Outono de 1909 um grupo de descontentes com a nova Constituição, composto sobretudo por oficiais liderados por Husain Paxá Haidaranli fugiu através da fronteira e juntaram-se ao Khan de Maku<sup>80</sup> que lutava pela independência relativamente a Teerão.

No Sul, o xeique Said Barzinji (1878-1956) líder da Ordem Qadiria em Suleimania, instigou o povo à revolta assim que teve conhecimento da nova Constituição. Os Barzinjis tinham alargado a sua influência depois da queda da Casa de *Baban*, com o objectivo de estender o seu domínio comercial até Suleimania, cidade próspera na rota Bagdade-Teerão. Sentindo-se ameaçado pelos revolucionários, o Xeique incitou os seus homens a lutar contra o novo *status quo*, mas foi convencido, sob falsos pretextos, a deslocar-se ao Parlamento, onde foi assassinado.

Relativamente ao sentimento de *kurdayeti* e defesa de alguns princípios de cidadania e etnicidade, convém salientar que os camponeses arménios e curdos viviam momentos de prosperidade, factor que ameaçava os baluartes orientais do Império. No Outono de 1909, o Xeique Abd al Qadir viajou para Shamdinan onde organizou um Congresso Curdo-Arménio, no decurso do qual, terá afirmado que Arménios e Curdos deveriam viver como irmãos no seio da Otomanidade (Bozarlsan,1988). Foi detido à sua chegada a Istambul.

Em 1910 também Said Nursi, passando em Dyarbakir incitou os curdos à união afirmando “*Kurdistan belonged to the Kurds and Armenians, not to the Turks*” (Mardin, 1989, p. 19).

Se esta contestação configurasse apenas uma insatisfação circunstancial o governo não estaria preocupado, mas outros xeiques e líderes regionais tinham também advogado a autonomia regional para o Curdistão.

---

<sup>80</sup> Maku é uma região junto á fronteira com a Turquia.

---

Abd al Salam de Barzan e Nur Muhammad de Dohuk organizaram uma petição para os cinco *qadas* (distritos administrativos) de Badinan, solicitando a adoção do curdo como língua oficial e das escolas, a nomeação de funcionários que falassem a língua do Curdistão, a adoção da escola Chafeíta da lei islâmica e finalmente a aplicação de impostos de acordo com o Islão. O documento foi enviado para os líderes curdos considerados representativos, ou seja: Xeiue Abd al Qadir, Amin Ali Badr Khan e o General Sharif Paxá sugerindo a tomada de consciência de uma dimensão étnica que estava a chegar às partes mais reconditas do Curdistão.

Nos finais de 1911 os Badr Khan, residentes no *Bothan*, estavam coordenados com a oposição à CUP entre os Agas e Xeiues da região, existindo mesmo rumores de que conseguiriam reunir um exército de 50.000 homens, iniciando uma guerra contra o poder estabelecido em Istambul.

Em Agosto de 1910 Abd al Razzaq Badr Khan, chegado do exílio parisiense e instalado em Tabriz começou a difundir a ideia de que a Rússia, que já tinha ocupado (1909) Koy e Urumia, poderia apoiar a criação de um Protectorado Curdo. Entretanto a ameaça czarista adensava-se com as negociações que a Pérsia tinha encetado com Simko (também ele muito próximo dos russos) e com a troca de correspondência existente entre o Xeiue Taha, dos Sayds de Neri e os homens de Nicolau II. Com efeito, na Primavera de 1913 a linha avançada do nacionalismo curdo estava a começar a revelar-se como uma ameaça significativa, envolvendo outros importantes líderes como o Xeiue Abd al Salam de Barzan, Mar Shimun e mesmo chefes yezidis.

Enfrentando tão grandes perigos como a dissidência curda e a intriga Arménia e Russa, o governo tinha de admitir que o sistema Aga era mais forte, logo optaram por m apelo à luta contra o Infiel, imagem de englobava imediatamente Arménios e Russos e desestruturou toda a fraca coordenação existente. Finalmente, nos finais de 1912, perdoaram o Xeiue Abd al Qadir numa estratégia de pacificação e, num golpe de sorte, Husayn Badr Khan foi assassinado (Maio de 1913) terminando com o último baluarte da resistência curda. Possivelmente devido a todas estas situações, as revoltas coordenadas tão temidas por Istambul não aconteceram, mas em compensação ocorreram duas rebeliões espontâneas e separadas, ambas com contornos religiosos.

### **2.5.3. As rebeliões de Barzan e Bitlis**

Na vilayet de Mosul, os Xeiques Curdos de Barzan eram uma presença desconfortável para os Otomanos há aproximadamente 50 anos. A Norte tinham problemas com os Suids de Neri, de quem originalmente tinham sido discípulos, mantendo ainda uma tensão original com a outra tribo, os Zibaris.

Relativamente ao governo Otomano, as relações deterioraram-se perigosamente depois da revolução de 1908, porque o Xeique Abd al Rahman Barzani via o novo regime ateu com horror e por outro lado o governo estava determinado a exigir o pagamento de impostos regularmente a homens como ele, situação que proporcionou uma sequência de conflitos regulares, no decurso dos quais o governo sofreu grandes perdas. A iniciativa da petição é claramente indicativa da sua ambição e a partir desse momento passou claramente a ser um homem marcado. Nos inícios de 1914 chegou a Mosul a notícia de que o Xeique tinha resolvido os seus problemas e feito uma aliança com Taha, Abd al Razzaq Badr Khan e por implicação, com os russos. Em Março forças Otomanas atacaram e derrotaram-no, tendo que fugir para Urumia e depois Tiflis, onde se cruzou com Simko que o entregou às autoridades e foi enforcado no ano seguinte.

Num outro local não menos relevante na história curda, Bitlis, Mulla Salim tinha deliberadamente começado a incitar os Xeiques do distrito de Khizan contra o governo, local que mantinha uma rede de relações com os Badr Khan e os seus opositores na CUP em Istambul. Atendendo à situação, o governo tentou prender o Mulla mas os Xeiques decidiram agir. Um deles pediu ao governador de Bitlis para restaurar a Charia e demitir todos os funcionários ateus, atendendo à inexistência de resposta, os chefes curdos ocuparam parte de Bitlis. Contudo, as pessoas da cidade não queriam qualquer relação com a revolta e sem apoio abrangente, Mulla Salim pediu asilo no Consulado Russo. Segundo McDowall (2007) o problema dos rebeldes curdos foi a falta de coordenação.

Istambul manteve-se apreensivo relativamente às intenções curdas e encetou todo o tipo de diligências com vista a travar a revolta e quando souberam da realização de um encontro secreto entre curdos e russos, em Koy (Julho de 1914), enviaram agentes para assassinar os participantes. Quando a guerra contra a Rússia foi declarada 3 meses

---

depois, correram rumores em Van de que as tribos curdas se tinham passado para o lado inimigo.

#### **2.5.4. Império Persa**

Ao contrário do mundo Otomano, no Irão não se vislumbrava qualquer sentimento nacionalista curdo, nesta fase. Existiam apenas alguns episódios naturais de alguns chefes que desejavam afastar influências externas, mas sem consciência de alguma reivindicação de autonomia ou independência, ou mesmo qualquer sentimento de nacionalismo.

Em 1886 registou-se um breve episódio de autonomia em Sawj Bulaq liderada pelo governador Mukri. Depois, já em 1900, o Sheik Qazi Fatah, chefe mulla da cidade liderou um movimento apoiado por alguns chefes dissidentes (os mais proeminentes foram os Agas de Mangur) e foi até Tabriz apresentar as suas reivindicações que passavam pela isenção de impostos e pela nomeação de um curdo para governador local, condições obviamente inadmissíveis para o Irão, que o mandou prender.

Depois da revolução de 1906 a tensão religiosa aumentou e mascarou um conflito essencialmente de classe. Cidades como Koy, Salmas, Urumia, Sawj Bulaq, Saqqiz, Sanandaj e Kermansha levantaram-se em apoio da Constituição.

#### **2.5.5. Primeira Guerra Mundial**

Relativamente ao balanço das actividades separatistas curdas, os Otomanos não necessitavam de se preocupar, porque no final, apenas um pequeno grupo de curdos foi atraído pela causa russa e a solidariedade curdo-arménia nunca se materializou.

Segundo McDowall, apenas três curdos, verdadeiramente, desertaram:

- Xeiue Taha de Shamdinan que acabou descredibilizado por todos;
- Abd al Razzaq continuava a desejar que a Rússia tivesse cumprido as suas esperanças para a independência curda e o seu tio Kamil foi para Tiblis tentar persuadir o grande Duque Nicolau da causa nacional curda. Quando os russos ocuparam, durante algum tempo, a Anatólia em 1917, nomearam Kamil e Abd al Razzaq, Walis de Erzerum e Bitlis.

---

A guerra mergulhou o Curdistão na maior desordem de sempre desde Chaldiran e a limpeza étnica tornou-se uma parte essencial do conflito. Quando os russos entraram em Bayazid, em Dezembro de 1914, guarneceram a área com tropas Arménias e quando abandonaram a região só 1/10 da população curda tinha sobrevivido.

Dentro das fronteiras Otomanas os turcos já se tinham preparado para a investida russa na Primavera de 1915, definindo a necessidade de remover todas as forças potencialmente aliadas do inimigo. Em 27 de Maio, o Conselho de Ministros em Istambul aprovou a deportação de populações “...*suspected of being guilty of treason or espionage.*” (Hovannisian, 1967, pág 46). Os massacres e deportações começaram de imediato, com os soldados Otomanos e os curdos tribais a devastarem a região (Erzerum, Bitlis, Mush, Sasun e Zaytun) sobretudo na Cilícia. Os Arménios de Van estiveram sob o cerco dos curdos, depois das aldeias em volta terem sido massacradas e as suas terras, tomadas (McDowall, 2007).

Os curdos foram responsáveis pelo genocídio Arménio e forneceram mão-de-obra fundamental para o exército Otomano, sem terem consciência do plano dos “Jovens Turcos” para o seu povo. Com efeito, um decreto imperial autorizou a deportação de populações curdas para realojamento na Anatólia Ocidental em localidades onde não excediam 5% da população. Notáveis e chefes foram afastados para longe das suas tribos sem possibilidade ou autorização para estabelecer contacto. Não é clara a origem deste programa de deslocalização, mas, em 1913, a CUP introduziu uma ordem administrativa para regular a actividade das tribos, e em 1917, com uma Emenda introduzida, tornou-se claro que a intenção era, claramente, eliminar a identidade curda dispersando as populações em pequenos grupos. Provavelmente 700.000 civis foram forçados a sair das suas terras pelas autoridades turcas, estimando-se que aproximadamente metade morreu (McDowall, 2007).

No final da 1ª Guerra Mundial grande parte do Curdistão tinha sido devastado por pilhagens, fome, morte, doenças (tifo, febres), situação agravada pelas desastrosas colheitas de 1917 e pelas acções criminosas dos russos que destruíam tudo à sua passagem. Então, as forças britânicas fizeram uma gigantesca operação para suprir as necessidades desta população e desenvolver a agricultura e os curdos, antigos inimigos, acolheram-nos como salvadores.

## O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação.

### Contexto e Desafios.

---

A guerra para os curdos tinha acabado com perdas de aproximadamente 500.000 civis e 300.000 combatentes (Olson, 1989). Depois da euforia inicial os britânicos e curdos rapidamente perceberam que tinham um conjunto de assuntos para discutir e resolver, mas, primeiro o Reino Unido tinha de decidir como lidar com os turcos vencidos e definir as novas fronteiras.

## II CAPÍTULO – O CURDISTÃO NO IRAQUE

### 1. A Gênese de uma Autonomia

Do ponto de vista da sua história os curdos gozaram de uma considerável autonomia sob o controle dos vários poderes regionais, designadamente o Império Otomano e o Império Persa que, numa estratégia de manutenção de paz nas fronteiras, concederam frequentemente liberdade de acção aos líderes tribais, sem qualquer reconhecimento formal desse facto.

Na realidade, a primeira grande oportunidade para os curdos criarem um Estado Independente surge com o colapso do Império Otomano no final da 1ª Grande Guerra (Yldiz, 2007) e a inerente necessidade de redesenhar o mapa do Médio Oriente.

As primeiras definições de fronteira tinham sido sumariamente apontadas na troca de correspondência Husayn-McMahon<sup>81</sup> que propunha orientações para o futuro das terras Árabes Otomanas. Posteriormente, em Novembro de 1917 vem a público o “Acordo Sykes-Picot<sup>82</sup>” (Maio de 1916) que previa, designadamente, retirar a Anatólia do controle turco – o documento foi tornado público pelos Bolcheviques que deste modo, embaraçaram as autoridades anglo-francesas. Ansioso por elevar o acordo de paz a um nível moral superior, o Presidente Woodrow Wilson publicou a chamada “Declaração dos 14 pontos para a Paz Mundial<sup>83</sup>” afirmando designadamente que às minorias não turcas do Império Otomano deveria ser “*assured of an absolute unmolested opportunity of autonomous development*”(Ponto 12 da Declaração).

O Reino Unido era o país Aliado com mais forças no terreno do Médio Oriente, ocupando a Síria, a Mesopotâmia, o Curdistão Sul e os estreitos à volta de Istambul. Mesmo antes das armas se calarem, Arnold Toybee do Ministério dos Negócios Estrangeiros Britânico propôs o seguinte a Mark Sykes:

---

<sup>81</sup> Troca de correspondência que decorreu entre 14 de Julho de 1915 e 30 de Janeiro de 1916 entre o Xerife de Meca, Husain Bin Ali e Sir Henry McMahon, Alto Comissário do Egipto.

<sup>82</sup> Acordo secreto entre o governo do Reino Unido e a França com o assentimento da Rússia Imperial que definia as esferas de controle e influência no Médio Oriente depois da queda aguardada do Império Otomano. Foi concluído em 16 de Maio de 1916. O texto do Acordo encontra-se no Apêndice 1.

<sup>83</sup> Texto da Declaração constante no Apêndice 2.

## O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação.

### Contexto e Desafios.

---

*“... If there is to be an individual Mesopotâmia under Arab government with british administrative assistance, the natural corollary would be an autonomous Kurdistan, likewise assisted by H.M.G and performing the same function towards Mesopotamia as the NW frontier province towards India. This was proposed recently by Sherif Paxá. Such a Kurdistan would include not merely the country South of the Lesser Zab, but Rowanduz, Hakkari and Botan districts up to the line, wherever that may be drawn, of the Armenian frontier...” (cit. in McDowall 2007, p. 118)*

Esta proposta foi recusada por Sykes que preferia a ideia de uma Arménia sob a tutela francesa, um território Curdo-Arménio desde o Mar Negro até Sirt e Urfa e, finalmente, um autónomo Curdistão Sul autónomo que excluía Kirkuk, Kupru e Arbil, (onde a maioria das comunidades urbanas eram turcomanas), mas incluindo o território até Sirt através de Urumia, bem como Sawj Bulaq (futura Mahabad).

Na medida em que o problema das fronteiras era particularmente difícil de resolver, Major Noel, britânico com 4 anos de experiência no Curdistão iraniano foi enviado para Suleimania e outras cidades com vista a negociar acordos localmente, com a indicação explícita de que o Reino Unido não apoiaria a criação de um Curdistão que integrasse partes do Irão. Relativamente à definição da fronteira norte da Mesopotâmia, o Major Noel propôs três áreas curdas demarcadas: o Sul do Curdistão baseado em Suleimania, abrangendo Neri, Rawanduz, Arbil, Kirkuk, Kifri e Khanaqin; o Curdistão Central centrado em Mosul e o Curdistão Ocidental sediado em Dyarbakir e alongando-se até ao Norte até ao limite da existência de território com maioria curda, tudo sob a protecção e o aconselhamento britânico (Yldiz, 2007).

Contudo, para além da definição de eventuais fronteiras, existiam outros aspectos a considerar, tal como o fim do Império Otomano, o estatuto da população arménia cristã e o desejo britânico de preservar a estabilidade dentro e fora das suas posses coloniais. Não obstante o desejo de de auto-determinação curda ter sido claramente percebida pelos britânicos, permaneceu uma questão lateral, porque existia a convicção de que seria impossível encontrar um chefe curdo que fosse capaz de prescindir do seu interesse tribal em função da grande nação curda. Com efeito, não estavam sequer convencidos de que a identidade curda, transcendente à pertença tribal sequer existisse (Gunter, 1992).

### 1.1. De Sèvres à Independência do Iraque

O Tratado de Sèvres assinado pelos Aliados e o Império Otomano em 1920, visava a independência do Estado Curdo. Com efeito, no Artigo 62 estava consagrada a criação de uma Comissão nomeada pela França, Itália e Reino Unido que deveria (dentro de um período de seis meses depois do Tratado entrar em vigor) definir um esquema para a autonomia local das áreas curdas a Leste do Eufrates, a Sul da Arménia e Norte da Síria e Mesopotâmia, com salvaguarda para as outras minorias da região. No mesmo Artigo ainda se referia que, se após um ano de implementação do Tratado, a maioria da população curda desejasse a independência, esta reivindicação deveria ser submetida à aprovação do Conselho da Liga das Nações e a Turquia deveria renunciar a todas as pretensões sobre a área. No final do artigo referiam-se ainda os curdos residentes em Mosul, afirmando-se:

*“If and when the said renunciation is made, no objection shall be raised by the main Allied powers should the kurds living in that part of Kurdistan at present included in the vilayet of Mosul seek to become citizens of a newly independent Kurdish State” (cit.in Yldiz, 2007, p.11).*

A última secção do Artigo 64 refere-se ao facto dos Britânicos terem sido nomeados (pela Liga das Nações) Mandatários sobre as Províncias Otomanas da Mesopotâmia (que incluía Mosul), no mesmo ano em que o Tratado de Sèvres foi assinado. Ainda no mesmo artigo se previa a possibilidade de que *“...the kurdish peoples might be granted independence from Turkey...” (cit. in Gunter, 1992, p. 2).*

Inicialmente a política do Reino Unido parecia apontar para uma região curda, separada e autónoma. Com efeito, na Conferência do Cairo de 1921 que desenhou o futuro Estado do Iraque, foi discutido um Memorando do Departamento do Médio Oriente do governo britânico que afirmava:

*“we are strongly of the opinion that purely Kurdish Areas should not be included in the Arab State of Mesopotamia, but that the principles of Kurdish Unity and Nationality should be promoted as far as possible by H.M.G” (cit.in Yldiz 2007, p. 11).*

---

Winston Churchill, então à frente do Ministério das Colónias, previu que um líder Árabe no Iraque “*would ignore the kurdish sentiment and oppress the kurdish minority*” (cit.in Lyon, 2002, pág. 38) pelo que foi decidido manter o Curdistão sob administração separada, liderada pelo Alto Comissário Britânico.

O Alto Comissário no Iraque, Sir Percy Cox estava há muito convencido do desejo de incorporar áreas curdas num eventual Estado Árabe, no que foi apoiado pelo novo rei do Iraque, Faisal<sup>84</sup> (indicado pelos Britânicos) e desejoso de consolidar o seu poder e autoridade. Cox continuou a pressionar no sentido da incorporação e, assustado com as novas reivindicações turcas na região, Churchill capitulou em 1921 e concordou com o facto das áreas curdas serem incluídas no Iraque participando na Assembleia Nacional, mas ainda com autonomia. Entretanto, a única séria oposição à Instituição Britânica da Monarquia Hachemita no Iraque, ocorreu exactamente nas regiões curdas, aquando do plebiscito de 1921<sup>85</sup>, em que a grande parte dos votos contra o novo rei, vieram de Kirkuk e de Suleimania onde as eleições foram boicotadas.

Parecia que o Reino Unido ia cumprir o seu compromisso para com a autonomia curda quando emitiu uma Declaração conjunta com o governo iraquiano comunicado à Liga das Nações em Dezembro de 1922, reconhecendo o direito dos curdos a formarem governo dentro das fronteiras do Iraque:

*“His Britannic Majesty Government and the Government of Iraq recognize the right of the Kurds who live within the frontiers of Iraq to establish a Government within those frontiers. Our two Governements hope that the various Kurdish groups will reach some mutual agreement as quicly as possible as to the form they wish this government to take and as to the boundaries within wich they wish to extend its authority. These groups will send responsible delegates to negotiate their future economic and pratical relations with Majesty’s Government and the Iraqi Governement”* (cit. in Gunter, 1992, pág. 2)

Os líderes curdos solicitaram à Liga das Nações e ao Reino Unido o reconhecimento da autonomia durante as negociações do novo Tratado, contudo, o documento ignorou completamente as suas reivindicações e retalhou o Curdistão, apenas reconhecendo os direitos das minorias religiosas. A área definida pelo Tratado de Sèvres ficou sob a

---

<sup>84</sup> (1883-1933) Líder nacionalista árabe e 1º rei do Iraque entre 1916-1933.

<sup>85</sup> O Reino Unido fez de Faisal o novo rei do Iraque, estabelecendo uma monarquia constitucional. Foi confirmado no cargo através de plebiscito em que recolheu 96% de votos favoráveis.

---

soberania turca, e o resto foi dividido entre o Irão e o novo Estado do Iraque. Na realidade o Tratado final esqueceu as determinações de 1919, considerando ainda os Britânicos (já detentores do Mandato da Liga das Nações sobre o Iraque), que a Vilayet de Mosul deveria ser anexada ao novo Estado, devido aos seus vastos recursos de petróleo, pensando que este era o caminho para tornar o Iraque um país viável (Gunter, 1992).

No quadro da necessidade de definição de uma fronteira entre a Turquia e o Iraque, a Liga das Nações nomeou uma Comissão Internacional de Inquérito que foi a Mosul, em 1925, apurando que 5/8 da população do território disputado era curda. Este facto apontava para um Estado Independente apenas com base na etnicidade, mas apesar disso, consideraram que os curdos residentes a Norte do rio Zab estavam mais próximos dos curdos da Turquia e os que viviam a Sul, dos curdos persas. Na realidade, a Vilayet de Mosul era muito importante para o Iraque porque somente com Basra e Bagdade *“could never for economic and strategic reasons be built to a viable state”* (Zaki, *cit. in* Ghareeb, 1981, pág 28). Finalmente, a Comissão recomendou que o disputado território de Mosul ficasse no Iraque, expressando contudo, muita preocupação acerca da estabilidade do novo país tecendo algumas considerações acerca da necessidade de protecção, sob a forma de um Mandato da Liga, que deveria ser mantido por um considerável período de tempo para permitir a consolidação do Estado (Yldiz, 2007).

Em 1922 o Tratado da Aliança foi alterado por forma a assegurar o Mandato Britânico por 25 anos ou, em alternativa, a admissão do Iraque como membro da Liga, dependendo do que viesse a acontecer mais rapidamente.

Só em 1926 o Conselho da Liga das Nações reconheceu formalmente a incorporação de Mosul no Iraque, não obstante a Turquia continuar a reclamar a região. Nessa época, contudo, a Comissão Internacional de Inquérito estabelecida pelo Conselho previu que:

*“...the desire of the kurds that the administrators, magistrates’ and teachers in their country be drawn from their own ranks, and adopts Kurdish as the official language in all their activities, will be taken into account.”* (*cit. in* Gunter 1992, pág. 2)

Contudo, os únicos passos concretos dados pelos britânicos para cumprir as orientações da Liga aconteceram em 1926 com a *“Local Languages Law”* que permitia aos curdos de Arbil e Suleimania terem a educação primária e livros na sua língua (Yldiz, 2007).

---

Relativamente ao Curdistão Iraquiano, era clara a recusa de uma administração Árabe, pelo que os Britânicos estavam sistematicamente envolvidos na aplicação de medidas para suprimir a oposição. Trouxeram o Xeique Mahmud Barzinji de novo para Suleimania em 1922<sup>86</sup>, esperando que ele repelisse alguns ataques turcos na região. Contudo, a estratégia falhou redondamente, porque não só Mahmud se declarou “Rei do Curdistão”, formando mesmo uma administração, como promoveu diversas intrigas tendo em vista colocar a Turquia e o Reino Unido em lados opostos. Então, os britânicos exigiram a demissão do Xeique, lançando uma ofensiva em 1923 para evitar que juntasse forças com os turcos e, Mahmud, teve de fugir. As suas tentativas para voltar ao poder conduziram aos bombardeamentos da RAF que atacaram com sucesso as forças do Xeique, arrasando diversas revoltas. (Gunter, 1992).

Em 1930 um outro Tratado Anglo-Russo foi assinado tendo por objectivo o fim do Mandato Britânico e a regulação das futuras relações britânicas com o Iraque. Não fazia qualquer menção aos curdos e muito menos a qualquer autonomia ou direitos básicos. Perante este cenário, os líderes curdos em Suleimania enviaram diversas petições para a Liga, mas foram ignorados e a revolta novamente aconteceu, com diversas greves e manifestações, mais uma vez lideradas pelo Xeique Mahmud. Os protestos foram cilindrados pelo exército e o Xeique severamente derrotado e forçado a render-se ao governo de Bagdade, após o que foi colocado em casa sob prisão domiciliária, onde permaneceu 20 anos até à sua morte em 1956 (Chaliand, 1994). Talvez, pela primeira vez ,parecia que a liderança curda estava a sair da esfera religiosa e do campesinato tribal para as cidades, com uma emergente e reivindicadora classe média, mais culta.

Quando finalmente, o Iraque obteve a sua independência do Reino Unido, em 1932, tinha herdado o legado do Império Otomano bem como os problemas inerentes ao aparecimento do sentimento nacionalista entre árabes e curdos, dissensão interna, desassossego social e económico e pressões estrangeiras. Os Britânicos tentaram formar um Estado que, necessariamente, incluía muitos grupos étnicos e minorias religiosas, com exigências e expectativas relativamente ao novo país (Ghareeb, 1981). Num

---

<sup>86</sup> Em 1918 o xeique Mahmud tinha apresentado um documento assinado por 40 chefes tribais a Sir Arnold Wilson pedindo alguns direitos para o povo curdo. Então, revoltou-se contra o governador Britânico em Suleimani e foi preso em 1919.

---

Memorando submetido ao seu governo nos princípios de 1930, Faisal, o Rei do Iraque, resumiu do seguinte modo os maiores problemas do Iraque:

*“...this governement rules over a kurdish group most of wich is ignorant and wich includes persons with personal ambitions who call upon this group to abandon the government because it is not of their race...I say with my heart full of sadness that there is not yet in Iraq an Iraqi people.” (cit.in Ghareeb, 1981, p.1).*

Não obstante a independência do Iraque, a sua entrada na Liga das Nações foi condicionada à aceitação das suas obrigações internacionais com vista à protecção dos direitos civis e políticos dos curdos, enquanto minoria. Estas determinações foram expressas no sentido de constituírem obrigações supervisionadas e leis fundamentais do Iraque, que não poderiam ser minadas por nenhuma lei subsequente.

Na realidade, a diversidade intelectual, tribal e étnica do Estado Iraquiano desde a sua fundação traduz a complexidade de problemas que o caracterizam. Alguns iraquianos defendem um Estado Moderno e outros um regime nacionalista Pan-Árabe unificado com outros países Árabes, argumentando, designadamente que a estrutura deste novo Estado é uma criação artificial dos poderes coloniais e que a única forma natural seria um Estado Árabe unificado. Atendendo ao cenário da arabização, os curdos são ainda mais directos no seu apoio a um Iraque independente, tornando claro que a tentativa para misturar ou anexar o território a outros estados árabes *“must necessarily lead to the creation of a separate kurdish entity, either within or outside the Arab superstructure (Khadduri, 1969, p.10).*

A inabilidade do governo iraquiano em criar uma nova identidade nacional com a qual a maioria dos Árabes e Curdos iraquianos se pudessem identificar, contribuiu grandemente para a emergência do problema curdo.

## **1.2. Mulla Mustafa Barzani**

Na senda da revolta de Mahmud Barzinji, um novo líder curdo emerge, Mulla Mustafa Barzani destinado a ser sinónimo da revolta curda até 1979 (ano da sua morte). Barzani foi importante não só pela sua prolongada revolta contra Bagdade, mas também porque era um clássico representante do sistema Xeique, combinando o poder secular de um Aga com uma liderança religiosa e carismática (McDowall, 1991).

---

As informações acerca da tribo Barzani são obscuras e contraditórias, apesar da maioria das fontes concordar que foi criada no Séc. XIX por um indivíduo de nome Taj ad-Din. Segundo uma das versões (Bruinessen, 1978) este homem saiu da aldeia de Bakre (a Norte de Arbil) expulso por cristãos e judeus e estabeleceu-se numa zona virtualmente da montanha, o Nordeste do Iraque, frente à margem Norte do Rio Zab. A nova casa foi chamada Barzan que, em curdo, significava lugar de migração, tratava-se de uma aldeia remota, caracterizada desde tempos imemoriais por ser uma região de anarquia e guerras tribais, com pouco interesse para qualquer governo central (Natali, 2005).

Quando Taj ad-Din ali chegou tornou-se um Xeiqre por força da sua iniciação na Ordem Sufi Naqshbandi pelo místico Mawlana Khalid ou por um dos seus seguidores. Segundo Gunter (1992) a autoridade presente e passada da família Barzani deve-se à posição que detém junto dos crentes Naqshbandi, para além, obviamente, dos seus dotes guerreiros.

O Xeiqre Taj ad-Din foi sucedido pelo seu filho, ou possivelmente irmão mais novo, Abd al-Salam I que foi enforcado pelos turcos em Mosul quando ali se deslocou para negociar um acordo de paz. O seu filho Muhammad era conhecido pelo seu misticismo, característica que possivelmente levou à sua morte. Com efeito, já com alguma idade terá falado sobre o Madhi<sup>87</sup> afirmando que tinha a capacidade de voar, logo em 1908 alguns dos seus fanáticos seguidores quiseram testar se Muhammad era o Madhi, então atiraram-no de uma janela da sua casa para perceber se também voava (Schmidt, 1964)

Mahmud teve quatro filhos, o mais velho (Abd al-Salam II) foi o seu sucessor, mas pelo facto de ter resistido ao pagamento de algumas novas leis impostas pelo regime dos Jovens Turcos, foi enforcado em Mosul em 1914. O novo Xeiqre Ahmad, (irmão de Abd al-Salam) tinha uma reputação de excentricidade e desequilíbrio mental que superava os seus antecessores. Terá sido de resto, no decurso de uma revolta subsequente à criação de uma nova seita que o mais novo Barzani (Siddiq) foi morto.

Em 1931 o Xeiqre Ahmad impõe o cristianismo na tribo ordenando-lhes que comessem carne de porco e, um membro mais ortodoxo da Naqshbandi declara guerra santa contra

---

<sup>87</sup> É o redentor profetizado do Islão, que permanecerá na Terra por sete, nove ou dezanove anos (de acordo com as diferentes interpretações antes da chegada do dia final).

---

os Barzani mas foi derrotado pelo outro irmão, Mulla Mustafa Barzani que então entrou em cena, derrotando também o exército iraquiano e forçando a RAF a intervir. Parcialmente castigado, o Xeique Ahmad voltou à doutrina islâmica mais ortodoxa.

Quando os Barzanis se opuseram ao plano para estabelecer os Assírios na sua área tribal e se recusaram a pagar impostos ao novo governo iraquiano na Primavera de 1932, as autoridades, mais uma vez lutaram contra eles. Apesar de Mulla Mustafa ter tido alguns sucessos, o bombardeamento da RAF forçou-o, e ao seu irmão Ahmad, a atravessar a fronteira, rendendo-se aos turcos em 22 de Junho de 1932. Depois do regresso dos irmãos Barzani ao Iraque, foram presos e exilados, primeiro em Nasria e depois Suleimania, o que se veio a revelar um grande erro estratégico de Bagdade, porque esta cidade era o centro em que brotava a consciência nacional curda. Com efeito, foi nesta cidade que o jovem Mulla Mustafa começou a alargar os seus horizontes tribais e começou a apreciar o nacionalismo curdo.

Relativamente à sua vida, é fácil perceber que a juventude foi marcada pela violência e morte. O pai foi morto por fanáticos religiosos, o irmão enforcado pelos Otomanos, ele próprio preso com a sua mãe quando ainda não tinha dois anos, acontecimentos que concertemente o marcaram. Recebeu seis anos de educação primária com tutores em Barzan e depois educação religiosa durante quatro anos. Durante o seu exílio em Suleimania nos anos 30, aprofundou os estudos religiosos de molde a conseguir recitar e explicar os versos corânicos e citar e interpretar os *hadiths*<sup>88</sup> do Profeta. Por este facto alguns consideram que “*he was awarded the religious title of Mulla*” (Jawad 1981, p. 14). Na realidade, Barzani deve ter recebido o nome *Mulla* devido aos seus estudos religiosos mas, atendendo ao desenvolvimento posterior da sua carreira como líder secular, esta denominação perdeu a sua conotação religiosa e passou a indicar um homem educado ou simplesmente letrado. O seu irmão mais velho, o Xeique Ahmad desempenhou o papel religioso da família, enquanto Mulla Mustafa se tornou o maior líder nacional curdo do séc.XX (Gunter, 1992).

No final de 1943, Mulla Mustafa terminou com o seu exílio em Suleimania e escapou para Barzan onde restabeleceu a sua posição. Foi ajudado pelo Hiwa (Esperança), um

---

<sup>88</sup> Conjunto de frases e procedimentos que os muçulmanos acreditam serem de Muhammad.

---

partido liberal nacionalista de intelectuais urbanos criado em 1941 e, pela primeira vez, se assume como líder e porta-voz do povo curdo.

Enquanto decorria a Segunda Grande Guerra, os britânicos tinham dificuldades em manter a sua posição no Iraque e aconselharam Bagdade a negociar com os curdos, tendo por objectivo pacificar a revolta. O Primeiro-ministro Iraquiano Nuri Said, possivelmente com ascendência curda, estava predisposto a fazê-lo e enviou um emissário – Majid Mustafa – para falar com Barzani.

As reivindicações curdas consistiam na exigência da criação de uma província que integrasse os distritos de Kirkuk, Suleimania, Arbil, Dohuk e Kanaqin, com autonomia cultural, económica, agrícola e domínio sobre todos os assuntos internos, exceptuando aqueles que diziam respeito ao exército e à polícia. Entre outras consequências, isto implicava que o curdo deveria ser ensinado nas escolas e reconhecido como língua oficial (Arfa, 1968). No princípio o governo concordou com algumas das reivindicações, mas logo foram consideradas excessivas, pelo que Nuri Said foi obrigado a resignar (Junho de 1944) e Maji Mustafa demitido. Neste cenário eclodem novas revoltas.

Neste momento Barzani já tinha constituído uma significativa força militar que no início experimentou grandes sucessos, mas os bombardeamentos britânicos, bem como a utilização das tribos inimigas, como os Zibari, levaram Barzani a atravessar a fronteira com o Irão, levando consigo alguns milhares de homens (Outubro de 1945). Segundo Stansfield (2003) denominar como nacionalista a rebelião de Barzani de 1943 é questionável, contudo, Emmanuel Sivan (1975) considera que se trata indiscutivelmente de uma nova fase do nacionalismo curdo

*“...Unlike previous revolts wich were primordially tribal, this outburst was essencially nationalistic. Not only did Barzani himself declare the national aims of the rebellion, but for the first time the urban nuclei of the national movement joined the struggle, conferring a new dimension upon it” (Sivan, 1975, p. 147).*

Não obstante ser difícil perceber a motivação de Mulla Mustafa para esta revolta, McDowall (2007, p. 293) considera que *“Barzani did not choose nationalism, the nationalists choose him”*.

### 1.2.1. A República de Mahabad

Quando Barzani atravessou a fronteira para o Irão, sabia que do outro lado existia uma região curda que se queria independente e estava em constante ebulição. A sua chegada a Mahabad acompanhado do seu irmão (Xeique Ahmad Barzani) com cerca de 1000 guerreiros trouxe uma nova dimensão à luta curda iraniana.

Pouco depois da sua chegada, Mulla foi instruído pela União Soviética a colocar-se sob a orientação de Qazi Muhammad<sup>89</sup>, líder do recém-formado Kurdish Democratic Party of Iran (Gunter, 1992). Na realidade, a república de Mahabad constituída formalmente em Dezembro de 1945 tinha já alguma história que remontava à invasão do Irão pelos Aliados em Setembro de 1941. As forças britânicas e soviéticas invadiram o país destruindo a estrutura penosamente construída pelo Xá Reza Pahlavi e, à medida que os seus soldados dispersavam, foram vendendo armas às populações que ainda viviam nas montanhas desoladas do Irão. Entre os beneficiários do colapso irânico estavam exactamente as tribos curdas que ocupavam a cordilheira ao longo da fronteira com o Iraque e a Turquia, desde Maku na sombra do Monte Ararat no Norte, até Qasr-i-Shirin na estrada Kirmansha-Bagadde, no Sul (Gunter, 1992).

No Norte, as tribos curdas das montanhas a Leste do Lago Urumia foram mantidas pelas guarnições soviéticas em Rezaieh, Shapur, Koy e Maku. Na ausência de verdadeira e efectiva autoridade iraniana, os soviéticos relacionaram-se com as tribos (Jalali no Norte, Shikak nas montanhas a Leste de Shapur e Herki a Ocidente de Rezaieh) permitindo-lhes alguma autonomia desde que providenciassem os cereais para o exército vermelho (McDowall, 2007)

Foi na larga faixa de terreno vago, existente entre as forças britânicas e soviéticas, que os curdos tentaram ganhar a sua autonomia. No princípio, os locais de agitação nacionalista foram Merivan, onde Mahmud Khan estabeleceu uma hegemonia precária, e Baneh onde Hama Rachid Khan, há muito exilado no Iraque, criou um principado que incluía Saqiz e Sardasht. Ambos os chefes foram reconhecidos durante algum tempo

---

<sup>89</sup> (1893-1947). Nacionalista e líder religioso foi o Presidente da República de Mahabad.

---

pelo governo, mas foram expulsos para o Iraque pelo exército iraniano, entretanto, reorganizado. No Outono de 1945 todo o Curdistão a Sul da linha Saqiz-Baneh-Sardasht estava novamente sob controlo e o vazio de poder foi reduzido a uma pequena área, entre esta linha e as forças soviéticas, basicamente reduzido a uma cidade, Mahabad, anteriormente denominada Sawj Bulaq, a alguns quilómetros a Sul do Lago Urmia (McDowall, 2007).

Na cidade de Mahabad habitada maioritariamente por curdos, um Comité, apoiado por chefes tribais tomou conta da administração, criando uma sociedade secreta “*Komalay Ziyaway Kurd*” (Sociedade para o Renascimento do Curdistão, vulgarmente chamada Komala) sob a presidência de Qazi Muhammad que geria e administrava a área, aproximadamente cinco anos antes da república ter sido declarada (Stansfield, 2003).

Os soviéticos apoiaram a república de uma forma ambivalente, por um lado, providenciavam transporte, mantinham o exército iraniano afastado, compraram a totalidade da produção de tabaco, mas por outro, recusaram a declaração de independência e ressentiram-se da recusa dos seus líderes em aceitar a anexação pelo Azerbaijão (Gunter, 1992).

Em Setembro de 1945, Qazi Muhammad e outros líderes curdos visitaram Tabriz com vista a obter o apoio do Cônsul Soviético para a nova República, tendo então apurado que o Partido Democrático do Azerbaijão se preparava tomar controlo do Azerbaijão Iraniano (o que veio a confirmar-se em 10 de Dezembro). Assim que regressaram, Qazi Muhammad chamou um conjunto de notáveis curdos para anunciar a formação do novo partido político KDPI (Kurdish Democratic Party- Iran) que absorveu os elementos da Komala e, em 15 de Dezembro, proclamaram o “Kurdish People’s Government” em Mahabad (Roosevelt, 1993).

Com efeito, no decurso de uma reunião que contou com a participação de chefes tribais, os líderes do KDPI, Mulla Mustafa e três oficiais soviéticos, foi anunciado o novo governo da república, nomeado um novo Parlamento com 13 membros, e hasteada uma bandeira (Roosevelt, 1993).

Em 22 de Janeiro de 1946 Qazi Muhammad foi eleito Presidente da nova república. O Ministro da Guerra era o seu primo Mohammad Hosein Khan Seif Qazi e foram ainda

---

nomeados quatro “Marshalls”, um dos quais Mulla Mustafa Barzani. Finalmente os objectivos deste governo foram incluídos num Manifesto, dos quais McDowall (2007, p. 241) listou os seguintes:

- Autonomia dos Curdos Iranianos dentro do Estado Iraniano;
- Utilização da língua curda como meio de educação e administração;
- Eleição de um conselho provincial do Curdistão para supervisionar as questões sociais e do Estado;
- Todos os funcionários devem ter origem local; unidade e fraternidade com o povo do Azerbaijão;
- Criação de uma só lei para camponeses e notáveis.

É evidente que Barzani mantinha um relacionamento com os curdos iranianos, factor que o fez decidir por Mahabad, como destino de exílio, acompanhado de 35.000 homens, mulheres e crianças da sua tribo e de outras associadas, numa movimentação espantosa que decorreu no Verão de 1945. Barzani estimou que 4.500 dos seus seguidores terão morrido de doença, frio e fome nos três meses de Inverno (Schmidt, 1964).

As questões do relacionamento com a União Soviética levaram Mahabad ao isolamento e no limite à sua extinção. Com efeito, a perda do apoio soviético e a guerra com o Irão levou Qazi Muhammad (Presidente da República) a propôr a rendição aos iranianos e foi enforcado em 31 de Março de 1947. Por outro lado, o Xeique Ahmad (irmão de Mulla Mustafa) tendo obtido uma amnistia escrita para si e para o seu povo do governo iraquiano, decidiu regressar a casa, mas foi enganado e passou, com muitos outros líderes Barzani, doze anos na prisão (Gunter, 1992).

Mulla Mustafa Barzani, seleccionou quinhentos bons lutadores e fugiu para a União Soviética, caminhando durante 15 dias numa marcha épica através das fronteiras do Irão, Iraque e Turquia, cobrindo 220 quilómetros, atravessando finalmente a fronteira do Rio Araxes no dia 15 de Junho de 1947 (Schmidt, 1964).

A república de Mahabad constituiu um momento crítico da história, foi acoçada por um conjunto de problemas políticos, sociais e económicos que nunca teriam solução sem o apoio soviético, que os líderes curdos, perceberam rapidamente, não ser confiável. Para além disso a ambiguidade sempre presente na postura da república, entre autonomia e

---

independência, tornou virtualmente inevitável que Teerão viesse a tentar ganhar o controlo militar e, nesse aspecto, a questão do Azerbaijão assumiu grande centralidade. (Gunter, 1992)

### **1.2.2. Exílio na União Soviética e Regresso ao Iraque**

A chegada de Mulla Mustafa Barzani à União Soviética foi rodeada de precauções. Permaneceu alguns meses em Baku, partindo depois para Tashkent, enquanto os seus homens foram dispersos por todo o país com liberdade limitada, pois sempre que queriam sair, tinham de pedir autorização e ter um acompanhante, só posteriormente obtiveram maior liberdade de movimento (Gunter, 1992).

Barzani aprendeu russo e estudou economia, geografia e ciências. Ocasionalmente fez emissões de rádio para o Iraque a partir de Erevan na Arménia soviética. Durante o Verão foi autorizado a visitar os seus homens, a maioria dos quais trabalhava em Instituições de Ensino Superior ou em quintas. Em 1954, Mustafa e dois dos seus associados mais próximo receberam apartamentos em Moscovo, cidade onde frequentou a Academia de Línguas (Ghareeb, 1981).

Apesar de ter ficado conhecido no Ocidente como o “*Mulla Vermelho*”, Barzani sempre afirmou que “...*we are Moslems and Moslems cannot be communists...*” dizendo ainda “...*I spent twelve years in Russia and I did not become a communist...*” (cit.in. Schmidt 1964, p. 112).

Mulla Mustafa Barzani estava de férias em Praga quando Abd al-Karim Qasim (1914-1963) em 14 de Julho de 1958 derrubou a monarquia hachemita num golpe sangrento. Apesar de desconfiar do novo líder do Iraque, Barzani telegrafou imediatamente para Bagdade solicitando autorização para regressar com os seus homens ao país. Uma delegação do KDP, composta por Ibrahim Ahmed (Secretário Geral do Partido), pelo Major Ahmed Taha (funcionário curdo do exército iraquiano) o filho de Barzani (Ubaidullah) e o seu sobrinho (Xeique Said) voou para Praga com o objectivo de informar o Mulla da situação em que se encontrava o Iraque. Imediatamente a seguir, cerca de 800 curdos exilados, regressaram à sua terra Natal (Gunter, 1992).

O regresso de Mulla Mustafa foi realizado através do Cairo onde foi recebido por Nasser. Finalmente chegado a Bagdade, contactou Qasim que só o recebe ao terceiro

---

dia, tendo-o imediatamente considerado pior do que Nuri al-Said<sup>90</sup> (Schmidt, 1964). Mustafa não gostou particularmente da atitude de Qasim, que se auto-intitulava “Sole Leader”, e ficou muito desagradado com a distribuição de panfletos em território curdo, com a sua foto ao lado de uma outra, do Presidente. Com efeito, o novo governo e o partido comunista tentavam explorar a popularidade de Mustafa junto da comunidade curda, em seu benefício (Gunter, 1992).

Qasim ofereceu a mansão de Nuri al-Said para Mulla Mustafa residir e, os comunistas referem insistentemente o seu exílio na União Soviética, tentando fazer dele um aliado. O partido de Barzani, o KDP, é legalizado, são autorizadas 14 publicações curdas e, no Artigo 23 da nova Constituição Provisória (27 de Julho de 1958) afirma-se: “*The kurds and the arabs are partners within this nation*” (Gunter 1992, p. 11).

Neste contexto, Ghareeb (1981) refere que Mulla Mustafa teve que actuar num jogo político delicado uma vez que não apreciava Qasim nem os comunistas. Com efeito, enquanto o Primeiro Ministro demonstrasse sinais de estar interessado numa resposta às pretensões curdas e os comunistas fossem parceiros tácitos no regime, tinha de jogar com ambos.

Contudo, paulatinamente, Qasim começou a reechar os curdos, sobretudo em 1959-60, dando início a um período de afastamento relativamente a Barzani que, por seu lado, começou a falar cada vez mais abertamente do incumprimento das promessas feitas aos curdos. Na realidade, quando Mustafa conseguiu assassinar o seu grande inimigo da tribo Zibari (1960), Qasim percebeu que tinha agido erradamente não restringindo as suas actividades e, no final de 1960, a sua ruptura com o líder curdo já não era segredo (McDowall, 2007).

Em 1961 Barzani tentou cumprir as aspirações curdas, exigindo uma substancial autonomia para a região, mas percebeu que Qasim não estava disposto a colaborar com

---

<sup>90</sup> (1888-1958) Nuri Pasha al-Said foi um político iraquiano que desde o Mandato Britânico foi Primeiro Ministro, sete vezes, a última das quais no decurso da monarquia Hachemita. Foi morto quando o último rei foi deposto pela revolução de 1958.

---

ele. Efectivamente aceder às reivindicações, aumentaria o poder de Mulla Mustafa nos círculos Curdos e, particularmente, no KDP.

Não obstante ter um grande número de inimigos no Curdistão, Barzani sabia que podia contar com o apoio de um conjunto de Agas, descontentes com o desaparecimento dos Hachemitas e mais ainda com a reforma agrária de Qasim. Para além disto as medidas impopulares relativamente ao imposto sobre o tabaco, trouxeram mais apoiantes para as fileiras da oposição a Bagdade. Então, Barzani decidiu iniciar uma luta contra Qasim e os seus apoiantes Zibari no Inverno de 1960-61, que se alastrou em forma de rebelião generalizada (Gunter, 1992)

O KDP no princípio não apoiou a revolta e só o fez quando Qasim declarou o partido como proscrito. Com efeito, os militantes desta força política e, particularmente, o Politburo<sup>91</sup>, estavam inquietos com o modo como Barzani tinha tão facilmente assumido a liderança, depois do regresso do exílio. A sua relação com o partido que fundou foi sempre muito complicada, particularmente porque existia um conflito latente entre a visão tradicional e a dos urbanos esquerdistas (Ghareeb, 1981). Com efeito esta oposição de princípios e tendências resultou na falta de um objectivo nacional, logo, as revoltas curdas “...were motivated as much by concepts of honour and pride, possibilities of financial gain, and a desire to struggle against the enroaching authority of the government as by nationalist goals...”(Ghareeb 1981, p. 37).

Durante todo o tempo que estive no Iraque, desde o regresso em Setembro de 1958, até que chegou às montanhas do território Barzani vindo da URSS (Março de 1961), Mustafa teve a oportunidade de perceber profundamente as teias da política iraquiana. Perante si ficam mais dezoito meses de luta contra Qasim e depois disso tarefas ainda mais difíceis que exigem toda a sabedoria e experiência da sua longa carreira como nacionalista curdo (Natali, 2005).

No decurso da guerra contra Bagdade, os vizinhos do Iraque aproveitaram o momento para obter vantagem. A Turquia hostil a Qasim, ficou feliz por adoptar uma neutralidade benevolente, permitindo aos curdos de Barzani atravessar territórios turcos desde que não exportassem o nacionalismo para os seus próprios domínios. O Irão era ainda mais

---

<sup>91</sup> Comité Político do KDP.

---

positivo no seu apoio aos rebeldes, não obstante a imposição de um condicionalismo idêntico ao da Turquia, ou seja o separatismo curdo não ser exportável para a Pérsia. Mulla Mustafa concordou com estas condições (Natali, 2005).

### 1.3. O aparecimento dos grupos nacionalistas

Atendendo ao exposto, importa agora contextualizar o aparecimento dos partidos curdos. Do ponto de vista político, o nacionalismo estava inicialmente centrado no KDP-I no Irão, até porque, durante todo o período da Segunda Guerra Mundial, o centro das aspirações curdas se encontrava em Mahabad, no Curdistão Iraniano. No quadro de um governo central enfraquecido e de uma atitude benevolente das forças soviéticas que ocupavam o Azerbaijão, os curdos de Mahabad declararam a independência em 1946, que não obstante só se ter mantido enquanto o exército soviético permaneceu no Irão, permanece um símbolo para o povo curdo (Stansfield, 2003).

No Iraque existia uma consciência nacional que acordava no seio de uma geração curda secular educada dos centros urbanos. Grupos informais como a *Komala-i Liwen* (Organização de Jovens) foi constituída por curdos de Bagdade mas, na ausência de um partido nacionalista curdo reconhecido, aderiram ao Partido Comunista do Iraque (ICP) quando este se formou em 1934 (Gunter, 1992).

Depois do golpe de Estado de Bakr Sidqi (1936) e o subsequente sentimento anti-curdo entre os árabes iraquianos, mais grupos clandestinos curdos começaram a aparecer como a *Komal Brayeti* (Brotherhood Organization) e *Darkar* em Suleimania (Yldiz, 2007).

O *Darkar* tem fortes ligações com a ala curda do partido comunista, com a qual entrou em ruptura por força da sua promoção aberta do nacionalismo curdo e não do Iraquiano. A partir desta formação inicial surgiu um novo partido (1936), mais populista, com a denominação *Hiwa* (esperança) que tinha por objectivo solidificar o sentimento nacionalista. Liderado por Rafiq Hilmi<sup>92</sup> foi primordialmente organizado a partir de Kirkuk e depois alargou a sua área de influência ao Iraque Central e do Norte, mantendo

---

<sup>92</sup> Rafiq Hilmi (1898-1960). Historiador e autor de muitos livros, nasceu em Kirkuk e foi o fundador do *Hiwa*.

---

algum secretismo incluía fundamentalmente intelectuais curdos e funcionários civis do governo iraquiano (Yldiz, 2007).

Os objectivos do *Hiwa* centraram-se na necessidade autonomia para a região curda do Iraque, apesar de assumir um pendor claramente nacionalista tratava-se de um partido de esquerda com membros particularmente influenciados pela doutrina comunista. Com esta ideologia obtinha um apoio claramente urbano, nos centros da organização sedeados em Arbil, Kirkuk, Kifri, Kalar e Khanaqin, bem como Bagdade. Não obstante tratar-se de um partido de esquerda o *Hiwa* tinha astúcia suficiente para reconhecer a força das tribos e, neste pressuposto, reconheceu a importância de Mulla Mustafa Barzani como líder do Movimento Nacional Curdo, provavelmente antes mesmo de que ele o tenha percebido. Para o partido tratava-se de aproveitar um veículo para a causa nacionalista que, muito possivelmente pensou poder descartar rapidamente (Gunter, 1992).

Do ponto de vista do relacionamento com o Irão, os partidos (*Hiwa* e *Darkar*) desenvolveram laços com os nacionalistas curdos iranianos em Mahabad, tendo inclusivamente mantido encontros na cidade iraniana em 1942. Estas reuniões, encorajadas pela URSS, deram origem a um comité sob a denominação *Komala i Jianawa i Kurd*, vulgarmente conhecida como Komala. Esta organização encontrava-se dividida em várias células e os seus membros só conheciam a identidade dos que pertenciam à mesma célula. Estas unidades propagaram-se por todo o país e a liderança Komala chegou mesmo a desenvolver laços com Sheiks tribais diluindo e ultrapassando a divisão cidade/tribo. Contudo, a relação entre os dois grupos não era simples e McDowall (2007, p. 239) refere o seguinte:

*“Most Aghas around Mahabad were attracted to Komala in spite of its class rhetoric, presumably because it symbolized independence from Central Government....this did not imply solid support...the chiefs were notorious for their mercurial politics”.*

No espaço de apenas seis meses, a Komala conseguiu 100 membros e, em Abril de 1945, Qazi Mohammad, o político dominante de Mahabad, juntou-se ao partido sendo eleito presidente. Segundo Stansfield (2003, p. 65) “... *Qazi Mohammad was a religious leader who enhanced the cooperation between leftist nationalists and the tribes*”.

---

A Komala tornou-se um partido político e, seguindo as orientações do seu líder foi absorvida pelo KDPI, movimento que tinha objectivos nacionalistas, incluindo o uso da língua curda, um governo próprio no que concerne aos assuntos internos e a formação de um Conselho Provincial do Curdistão (McDowall, 2007)

No Curdistão Iraquiano a preservação do nacionalismo curdo, estava cada vez mais sob a influência de Barzani que, em Janeiro de 1945 enviou uma delegação ao governo iraquiano, à *Hiwa* e ao Embaixador Britânico pedindo a imediata implementação da autonomia. Para além de tentar tomar a iniciativa diplomática, as divisões que ocorreram entre os partidos nacionalistas forneceram a Barzani a oportunidade para tomar a rédea do apelo nacionalista. O *Hiwa* tentou envolver-se na revolta Barzani mas, a partir de 1940, tinha abraçado uma liderança tribal e militarista de direita que afastou a ala esquerdista e originou uma cisão interna que levou à sua dissolução em 1944. Paralelamente surgiram novos grupos políticos. O *Shorish* foi constituído no Outono de 1945 sob a liderança de Salih al-Haidari que mais tarde veio também a sofrer uma cisão interna devido à tentativa de atrair líderes tribais Pró-Barzani que conduziu ao abandono do partido dos membros mais radicais (como o seu líder), que se juntaram às hostes do ICP. Mas, entretanto, o *Shorish* ajudou a fundar o *Razgari Kurd* (Frente de Libertação Curda) que se tornou uma Frente Nacionalista. Com efeito, foi sob a influência destes partidos que os intelectuais curdos foram seduzidos pelas ideias marxistas-leninistas e começaram a acreditar no apoio soviético (Stansfield, 2003).

A formação sob influência soviética do KDP-I em Mahabad, levou Mustafa Barzani a desejar fundar um partido no Curdistão Iraquiano. Para este efeito, enviou um membro do *Shorish*, desde Mahabad ao Iraque (Hamza Abdullah) com uma carta para os líderes tribais curdos propondo a formação do KDP Iraquiano. Qazi Muhammad era contra a formação desta organização no Iraque afirmando “...*there is to be only one party, and you must not operate separatly from it...*” (Kutschera 1979, pág. 190). Contudo, Barzani prosseguiu com os seus planos, tendo percebido que o sucesso de um novo partido estava dependente da articulação entre as tribos e as formações políticas urbanas. Então, o *Shorish* e *Rizgari Kurd* dissolveram-se tendo os seus membros integrado o novo KDP de Barzani e outros o ICP. O novo partido entrou em rota de colisão com a formação original, sedeadada no Irão, tendo os membros do KDP-I

---

recusado a juntar-se ao novo partido sem a autorização de Qazi Muhammad (Stansfield, 2003)

Não obstante todos os problemas fundacionais, o novo KDP teve o seu 1º Congresso em Bagdade a 16 de Agosto de 1946, durante o qual os 32 delegados elegeram um Comité Central em que Hamza Abdullah foi nomeado Secretário-Geral, Brazani Presidente no exílio e os xeiques Latif e Ziad como Vice-Presidentes. Neste contexto, Mulla Mustafa entendeu que podia equilibrar a balança com um Secretário Geral de esquerda e dois representantes tribais mais conservadores (Yldiz, 2007).

O pressuposto de Mustafa estava correcto, mas os seu exílio levou à liderança do KDP uma linha mais esquerdista do partido, protagonizada por Ibrahim Ahmed que no 3º Congresso de 1953, mudou o nome do partido para “Kurdish Democratic Party” num gesto claro em direcção ao nacionalismo, assumindo ainda, um programa ideologicamente orientado pelas teses da esquerda, designadamente no que respeita à defesa da Reforma Agrária e reconhecimento dos direitos dos camponeses e trabalhadores (McDowall, 2007).

Do ponto de vista da sua base de recrutamento, o KDP trabalhou sobretudo no meio estudantil e intelectual das urbes. Contudo, o aumento da exclusão social e da diferença entre classes, decorrente sobretudo da mecanização agrícola e da riqueza proveniente do petróleo, proporcionou uma maior base de apoio nas áreas rurais. Em 1956 Hamza Abdullah foi readmitido no Bureau Político do KDP (Politburo) e no Comité Central. Paralelamente muitos membros do ICP filiaram-se novo partido, num processo que ficou conhecido como U-KDP (United KDP) com uma clara orientação socialista (McDowall, 2007).

#### **1.4. Os curdos e o Baath**

O partido Baath derrubou o governo de Qasim num golpe de Estado realizado em 8 de Fevereiro de 1963. A Junta vitoriosa, denominada Conselho Nacional do Comando Revolucionário (NCRC) indicou o Coronel Abdul Salam Arif como Presidente e Ahmad Hassan al-Bakr como Primeiro Ministro (Stansfield, 2003).

Depois desta vitória sobre o seu inimigo (Qasim), foi assinado um cessar-fogo entre Barzani e o Baath, que mantiveram a desconfiança bilateral. O novo partido no poder

---

não confiava em Mustafa porque muitos dos seus elementos tinham sido aniquilados quando Mustafa se envolveu na destruição dos inimigos de Qasim (McDowall, 2007). Por seu lado Barzani estava particularmente incomodado com as negociações entre o Baath e a República Árabe Unida que tinham por objectivo unir a Síria e o Egipto ao seu território. Este sentimento, foi agudizado com a deslocação ao Cairo, do seu inimigo Talabani, com a aprovação do Baath, para obter garantias de Nasser de um apoio a um acordo sério com os curdos (McDowall, 2007).

Na realidade esta perspectiva de uma união alargada sob a bandeira do pan-arabismo reduziria os curdos a uma minoria de dois milhões, num universo de 13 milhões árabes sob a bandeira de um Estado unificado (Stansfield, 2003).

No decurso de reuniões subsequentes com o governo, Barzani aumentou as suas exigências de uma província autónoma que incluiria os governos de Arbil, Suleimania e Kirkuk, bem como partes de Mosul e Dyala e apresentou mais um conjunto de reivindicações, ameaçando reiniciar a guerra caso a resposta do governo não fosse dada em três dias (Stansfield, 2003).

Em Junho, começaram os combates com o exército iraquiano apoiado pelas tribos locais hostis a Barzani, mas, com a deposição do Baath em Novembro, o esforço de Bagdade para derrotar os curdos colapsou. Com efeito, o Presidente Arif, no final de 1963, exactamente nove meses depois da chegada ao poder do partido, demitiu todos os seus membros do Gabinete e assumiu claramente o destino do Iraque. Inconformado com o poder do Primeiro Ministro Baath Ahmad Hassan al-Bakr, aproveitou uma cisão interna do partido que, claramente o enfraqueceu, para, utilizando membros descontentes do exército depôr o executivo, auto-denominando-se Chefe de Estado. No Outono de 1964, o partido Baath tentou depôr Arif, mas o golpe falhou e os conspiradores foram presos, incluindo Saddam Hussein (Stansfield, 2003).

Relativamente à guerra civil com os curdos, ela prosseguiu com evidentes avanços de Barzani que, em 10 de Fevereiro de 1964, aceitou um cessar-fogo sem consultar previamente o KDP, situação que criou sérias fricções internas entre Mustafa e o Politburo. Os elementos do Bureau Político do KDP viajaram até Ranya para encontrar uma solução, mas Barzani estava irredutível e exigiu a demissão de Ibrahim Ahmed como Secretário Geral.

---

A resposta do Politburo foi convocar uma conferência que decorreu em Mawat entre 4 e 9 de Abril de 1964 com a presença de 70 membros que retiraram a Barzani a autoridade para negociar com o governo. Em resposta Mustafa expulsou comandantes *peshmergas* chave como Omar Mustafa, Ali Askari, Kamal Mufti e Talabani e convocou um Congresso do Partido onde decidiu pela expulsão de 14, dos anteriores membros da liderança acusados de traição. Este facto, permitiu simultaneamente formar uma nova liderança e dar origem à germinação de uma nova força partidária, o PUK (Patriotic Union of Kurdistan) (Stansfield, 2003).

No limite, as cisões internas no KDP levaram Barzani a expulsar a facção Ahmed-Talabani do Politburo, levando-os a atravessar a fronteira para o Irão com 4.000 seguidores em Julho de 1964.

Em Outubro, Mustafa pediu a autonomia a Arif, usando os mesmos argumentos dos seus inimigos Ahmed e Talabani, mas exigindo ainda os campos de petróleo de Kirkuk. Com efeito, perante as exigências constantes de Barzani, o governo decidiu lançar uma ofensiva contra o Curdistão que se efectivou em Março de 1965, contudo, a morte de Arif nesse mesmo ano num acidente aéreo, resultou num cessar-fogo que durou até à chegada ao poder do seu irmão, Abdul Rahman Arif, em 1966 (Gunter, 1992)

As vitórias curdas em Maio de 1966 levaram o Primeiro Ministro Bazzaz, a oferecer aos curdos a “Declaração de 29 de Junho”, também conhecida como o “Programa dos 12 pontos”, onde genericamente se respeitavam as reivindicações deste povo. Barzani aceitou a proposta como base-negocial mas o exército de Bagdade recusou a cedência, obrigando Bazzaz a demitir-se (Gunter, 1992). A fraqueza do regime permitiu o segundo golpe do Baath em 1968 sob a liderança de Hassan al-Bakr (antigo Primeiro Ministro do primeiro governo Baath em 1963).

No decurso da implementação do novo governo, o Baath afirmou desejar respeitar as aspirações curdas e o conteúdo do Programa Bazzaz, contudo, esta declaração resultava mais de uma tentativa de oposição ao regime deposto do que de uma real convicção acerca da matéria. Ambos os lados se olhavam com desconfiança, o governo argumentava que Barzani tinha cooperado no golpe anti-Baath de 1963 e Mustafa não podia esquecer que o partido era responsável pelo maior ataque de que havia memória no Curdistão (McDowall, 1991).

---

Existia ainda um factor adicional motivador de desconfiança, o partido Baath e a facção Talabani do KDP eram naturais aliados do ponto de vista ideológico, eram ambos de esquerda e advogavam o princípio da solidariedade arabo-curda. Neste contexto, Mustafa poderia facilmente ser colocado de parte, situação que, obviamente não poderia permitir, até porque se tinha tornado um claro inimigo de Talabani. Quando foi proposta pelo governo uma solução pacífica para a questão curda, baseada na igualdade de direitos e deveres, o KDP de Talabani aceitou-a prontamente e a facção Barzani encarou-a com cepticismo e precaução (McDowall, 1991).

Talabani desejava que o governo entendesse a sua ala do KDP como um aliado natural do Baath, logo “o representante dos curdos”. No Curdistão os seus confrontos com o KDP de Barzani eram apoiados pelo exército, pelo que, Talabani poderia vencer, porque, apesar de numericamente inferior contava com o apoio da maioria das cidades curdas nas montanhas, e do exército profissional. Contudo, estava a lutar não só com uma força superior, mas sobretudo baseada na lealdade tribal, lealdade ao carisma do líder e à montanha, sendo estes os guerreiros mais duros e hábeis nesta confrontação. Para além disto, Barzani contava com significativos apoios externos, o Xá do Irão, a CIA e Israel. (McDowall, 1991).

No princípio de 1969, Barzani atacou as instalações petrolíferas de Kirkuk e a guerra escalou com o governo a apoiar a facção Talabani, e o Irão e o ICP a apoiar Barzani. Neste contexto, o governo ganhou algum terreno, consolidando a sua posição junto da comunidade curda quando aceitou responder a algumas exigências, tais como o reconhecimento do *Nowruz*<sup>93</sup> como feriado nacional, o ensino do curdo nas escolas a criação da Universidade de Suleimania e a formação do governo de Dohuk (McDowall, 1991)

Apesar da vantagem aparente do governo, a vitória de Barzani sobre a coligação Ahmed-Talabani obrigou o Baath a negociar em Dezembro de 1969. O grande problema era a definição do estatuto de Kirkuk, que Mulla defendia ser curdo e o governo entendia ser necessária a realização de um recenseamento para determinar qual a etnia maioritária na região. O desejo de acordo do executivo iraquiano era evidente, ao ponto

---

<sup>93</sup> Tradicional celebração de origem irânica. Significa o Ano Novo, que se comemora no primeiro dia de Primavera a 21 de Março.

---

do Vice-Presidente Saddam Hussein se ter deslocado ao encontro de Mustafa que lhe apresentou as suas exigências tendo ambos chegados a um consenso reproduzido no denominado *Manifesto de 1970* (McDowall, 2007). Na realidade, os esforços de diálogo encetados em finais de 1969 que levaram ao cessar-fogo e ao acordo de 11 de Março, centraram-se sobretudo na insistência de Barzani de que o governo cessasse as suas relações com a facção Ahmed-Talabani do KDP.

O *Manifesto* foi a melhor oferta jamais feita aos curdos do Iraque e no momento da sua assinatura foi saudado como um passo sério na direcção à resolução do problema curdo (McDowall, 1991). Não obstante Barzani desconfiar do Baath, a opinião geral do povo curdo foi suficientemente forte para o levar a assinar o documento (Stansfield, 2003). Com efeito, depois do Manifesto, Mustafa afirmou:

*“ At first they (The Bathists) came to us and said – we will grant you self-rule. I said this was a ruse. I knew it even before I signed the agreement. But (our) people asked me – How can you refuse self-rule for the kurdish people? (cit. in Ghareeb, 1981, p. 89).*

Apesar da desconfiança, o Governo manteve a sua palavra e durante todo o ano de 1970 um conjunto de cláusulas foram efectivamente implementadas, bem como alguns acordos secretos que levaram ao isolamento completo de Talabani e ao afastamento de Ibrahim Ahmed foi que foi para Londres para tratamento médico prolongado e o seu jornal fechado. Foi criada uma comissão composta por quatro curdos e quatro árabes, o Presidente al-Bakr nomeou cinco curdos para o seu gabinete e os membros do KDP de Barzani foram nomeados governadores de Suleimania, Arbil e Dohuk. No final de Abril a língua curda começava a ser usada no Curdistão, aparecendo jornais e outras organizações públicas da comunidade (McDowall, 1991).

No Verão de 1972, Barzani encorajado pelo Irão, Estados Unidos e Israel, consolidou o seu controle na área curda e aumentou as suas exigências para incluir uma maior autoridade política e militar, fazendo publicamente algumas afirmações claramente provocatórias acerca dos apoios que detinha. As dificuldades no relacionamento com Bagdade centravam-se em questões muito particulares tais como a demarcação da região curda, a forma de participação do KDP no governo e também o modelo de relacionamento com o vizinho Irão.

---

Uma outra questão pendente era Kirkuk. Na realidade, o recenseamento para determinar a maioria étnica da população que ali residia foi sendo adiado sucessivamente, inicialmente por comum acordo, mas progressivamente o KDP formulou graves acusações relativamente ao facto do governo levar para o local árabes de outras regiões, de molde a falsificarem o resultado de um eventual censo.

A tentativa de assassinar Barzani em 29 de Setembro de 1971 agudizou a desconfiança entre as partes, seguindo-se um novo atentado em 1972, após o que o governo tentou contemporizar, apelando ao entendimento. Neste sentido listou o conjunto de cláusulas do Manifesto já implementadas mas, referiu a existência de laços curdo-iranianos, incluindo o fluxo contínuo de armas através da fronteira e as violações sucessivas cometidas pelos *peshmergas*, bem como o incêndio de aldeias leais ao governo. Por seu lado, o KDP respondeu com acusações de arabização de Kirkuk e arredores, bem como outros atentados aos interesses curdos (Ghareeb, 1981).

Com efeito, terá sido o envolvimento de poderes estrangeiros no Iraque que originou uma maior preocupação do Baath relativamente a Barzani, considerando que o líder curdo agia contra os interesses do Estado Iraquiano. McDowall (1991) elenca deste modo os actos cometidos contra o Estado por Barzani, na perspectiva Baath:

- criação de um sofisticado *serviço de intelligence* apoiado pelo SAVAK iraniano e pela MOSSAD<sup>94</sup> israelita;
- promessa de entregar os campos de petróleo às companhias americanas em troca da ajuda dos EUA;
- apelo à ajuda americana desde 1971 (efectivamente, os EUA desejavam anular o perigo que o Iraque representava contra os seus interesses na região, particularmente relativamente ao Irão e Israel).

Na realidade, o apoio israelita mensal de 50.000 dólares veio a público em 1972 numa reportagem do colunista americano Jack Anderson, supostamente apoiado num relatório da CIA. Contudo, o suporte em armas e conselheiros data da década de 60 (McDowall, 1991).

---

<sup>94</sup> Designação dos Serviços Secretos Iranianos e Israelitas.

---

Em 1974 a crise chegou ao limite devido ao efeito de racionalização da produção de petróleo de Kirkuk. Barzani e o KDP insistiam numa distribuição proporcional dos lucros enquanto o Baath insistia que eram riquezas nacionais, portanto deveriam ser entregues à autoridade central. Paralelamente, a exigência curda de uma maior autonomia que o Baath entendia como a criação de um Estado dentro do Estado, com a agravante de insistirem num centro administrativo em Kirkuk, levou-os a elaborar uma nova legislação acerca do território denominada “Lei da Autonomia” de 11 de Março de 1974 (McDowall, 1991).

O documento foi apresentado a Barzani e exigida uma resposta em 14 dias para que pudesse integrar o governo. Com efeito, o Baath tinha sinais de várias cisões internas no KDP, com dois elementos do Comité Central a acusar Mustafa de atitudes e práticas não democráticas, de raptar e executar um número significativo de líderes curdos. Um destes dissidentes, Hashim Aqrabi levou os seus seguidores para o Baath, alegando a sua oposição ao apoio americano e israelita. Também o filho mais velho de Barzani (Ubaidallh) rompeu com o pai, afirmando:

*“...does not want self-rule to be implemented even if it was given Kirkuk and all its oil. His acceptance of the Law (Autonomy) will take everything from him, and he wants to remain absolute ruler” (cit. in Ghareeb, 1981, p.155).*

A Lei da Autonomia era na realidade, uma versão do Manifesto de 1970, oferecendo menos do que o KDP tinha reivindicado, mas admitindo mais do que os curdos do Irão ou da Turquia alguma vez se atreveram a desejar (McDowall, 2007).

A liderança curda rejeitou a Lei da Autonomia alegando a questão de Kirkuk, mas por detrás de todo o cenário estaria um acordo entre Barzani e os americanos, que o levaram a afirmar à posteriori *“...were it not for American promises we would never have become trapped and involved to such an extent...” (cit.in. McDowall, 1991, p. 97).*

As hostilidades começaram imediatamente depois do prazo terminado (14 dias) e desenvolveram-se em larga escala durante o mês de Abril. No final do Verão o exército iraquiano controlava grandes áreas do Curdistão, tornando evidentes as fragilidades dos *peshmergas* e a indispensabilidade do apoio iraniano. Com efeito, somente uma intervenção de larga escala do Irão, permitiria inverter a tendência da guerra, contudo este cenário não se afigurava provável porque o Xá se encontrava em negociações com

---

Bagdade há vários meses. Na mesa estava em discussão um acordo que previa a cedência ao Irão do *Canal de Shatt al-Arab*<sup>95</sup> em troca do fim do apoio de Teerão aos curdos.

Com efeito, em 6 de Março de 1975, na Conferência da OPEC em Algiers, Saddam Hussein e o Xá do Irão acordaram formalmente acabar com todos os problemas fronteiriços, mantendo a segurança e prevenindo a infiltração subversiva, destruindo a última tábua de salvação dos *peshmergas*. As forças curdas ficaram devastadas com este Acordo comunicado oficialmente pelo Xá, no dia 12 de Março.

Barzani decidiu então pôr fim à revolução e, em 23 de Março, o cessar-fogo foi implementado, dando origem à deslocação de milhares de famílias curdas com destino ao Irão. Com o colapso da revolução curda, o partido Baath sentiu-se livre para implementar a Lei da Autonomia e criar um cinto de segurança junto à fronteira com o Irão, numa área de aproximadamente 30 km que passou a funcionar como barreira tampão. As aldeias que se encontravam no interior deste perímetro foram destruídas completamente, e a sua população deportada para cidades colectivas ou para o Sul do Curdistão. A política de arabização foi reforçada, particularmente em Kirkuk, e o processo de assimilação encorajado (Stansfield, 2006).

Quanto a Mulla Mustafa Barzani, fugiu para o Irão e daí para os EUA onde viria a morrer de cancro em 1979. Apesar da sua autocracia e autoritarismo foi considerado um super-herói. Na realidade, o seu estilo de xeique tornou-o central no quadro do apelo emocional de um povo dividido, fortalecendo a consciência nacional entre as mentes tribais (McDowall, 1991). Enterrado em Ushnavia, na região curda do Irão, foi-lhe atribuído o epitáfio de *guerreiro*. Mais tarde, num sinal evidente das divisões curdas o seu túmulo foi profanado nos princípios de 1980 por curdos iranianos hostis.

Os seus dois filhos Idris e Masoud prosseguiram com a luta curda no Norte do Iraque, enquanto o filho desertor, Ubaidallah, não obstante se ter aliado ao Baath e “traído” o seu progenitor, acabaria por morrer tentando defendê-lo. Efectivamente, enquanto foi Ministro de Estado no governo de Saddam Hussein foi confrontado, com duras críticas a

---

<sup>95</sup> Os rios Tigre e Eufrates formam o Canal de Shatt al-Arab que desemboca no Golfo Pérsico.

---

Barzani, ao que ele terá retorquido que ao menos sabia quem era o seu pai, numa alusão às origens menos claras de Saddam. O comentário custou-lhe a vida.

Em conclusão é importante recordar que Mulla Mustafa Barzani foi o maior herói curdo do séc. XX. Nascido como um Aga tradicional, morreu como uma lenda curda patriótica (Gunter, 1992).

#### **1.4.1. Fragmentação e Fraqueza**

O exílio e morte de Mulla Mustafa deixou o movimento curdo no Iraque, órfão. Entretanto o seu inimigo de sempre Jalal Talabani e alguns outros como Adil Murad, Abd al Razzaq Aziz, Kamal Fiad, Fiad Masum, Nawshirwan Mustafa Amin e Umar Shaykhmus fizeram uma declaração em Damasco anunciando a formação do PUK. Trata-se de uma organização de fachada para dois grupos iraquianos a *Komala*, liderada por Mustafa Amin e o Movimento Socialista do Curdistão (KSM) de Ali Askari (McDowall, 2007). Em 1976 o PUK iniciou as suas operações.

O KDP começava também a acordar do trauma de derrota e em Agosto de 1976 Idris e Masoud Barzani, com Sami Abd al-Rahman (tinha sido Ministro para a Região Norte entre 1970-74) e outros elementos reuniram-se na Europa para lançar a liderança do KDP-PC (Provisional Comand). Adoptaram um programa claramente de esquerda, fruto sobretudo da amarga experiência com o Irão e os EUA. Idris estabeleceu-se no Irão, Sami (enquanto secretário-geral) na área das operações no terreno e, finalmente, Masoud, só regressaria ao Curdistão depois da morte do seu pai em 1979.

O terceiro grupo no terreno era liderado por Mahmud Uthman que foi o Chefe de Executivo do KDP e considerado por muitos como o futuro líder do partido.

O ódio entre Talabani e os Barzanis levou a confrontos sangrentos, numa guerra civil fratricida. Askari e Khalid Said foram executados às ordens de Sami Abd al-Rahman e então, Talabani revelou “*Iraq, Iran and the KDP-PC are all enemies for us*”(McDowall, 2007, p. 345).

Em 1979 eclodiu a revolução islâmica no Irão. Com as suas teses secularistas e de esquerda o PUK não conseguiu obter qualquer vantagem, porque segundo McDowall “*....like the Shah, the ayatollahs felt safer with the Barzanis.*”(2007, p. 345).

---

No seio do KDP-PC começavam também novos problemas. No 9º Congresso do partido que decorreu no Irão voltaram à denominação inicial (KDP) e um grupo de intelectuais liderado por Sami Abd al-Rahman começou a dissociar-se do partido, insatisfeitos com um conjunto de factores, designadamente, o tradicionalismo implícito na liderança Barzani com a aproximação ao regime de Khomeini e, os sérios confrontos com o KDPI que procurava autonomia de Teerão.

Efectivamente, o KDP estava claramente envolvido na eliminação do seu congénere no Irão. Neste contexto, o papel desempenhado por Idris como líder do Parastin (a polícia secreta) revelou-se primordial e até os membros do Politburo como Sami foram investigados e monitorizados. Abd al-Rahman sabia que se permanecesse no KDP estava destinado a servir os Barzani, logo, passado algum tempo afastou-se e criou em 1981 o *Kurdistan Popular Democratic Party* (KPDC).

Atendendo ao cenário multipartidário do Curdistão, é fácil compreender que em Setembro de 1980, quando o Iraque atacou o Irão dando início à guerra, a oposição ao governo iraquiano teve alguma dificuldade em escolher aliados no manancial de grupos curdos existentes (McDowall, 2007).

Em meados de Novembro foi anunciada a constituição de uma Frente Iraquiana Patriótica e Democrática, ansiosa por derrubar o regime Baath. Os signatários desta Frente eram o PUK, o ICP, o KSP (Kurdistan Socialist Party) e o Baath pró-sírio. O novo partido de Talabani estava deliciado por liderar esta Frente que tinha excluído o KDP, logo é fácil perceber a decepção quando, no dia 28, uma parte rival e mais forte do ICP, com a parte central do KSP (liderada por Rasul Mamand) e o PASOK constituíram a Frente Democrática Patriótica com o KDP do Curdistão, em clara oposição ao PUK. Esta nova formação levou à desintegração da Frente apoiada por Talabani.

Com efeito, ambos os partidos (KDP e PUK) reclamavam vitórias um sobre o outro e durante os dois primeiros anos da Guerra Irão/Iraque, Saddam Hussein pode vangloriar-se do facto das organizações curdas nunca atingirem os seus objectivos porque estavam completamente divididas e subservientes aos poderes estrangeiros. Simultaneamente, anunciou a redução da presença militar no Curdistão, deixando a região à responsabilidade das forças curdas pró-governamentais, os *jash* (McDowall, 2007).

---

Em Fevereiro de 1983, dezanove grupos da oposição iraquiana foram persuadidos pela Síria e pela Líbia a empenharem-se na luta contra Bagdade, mas o acordo não foi duradouro porque os nacionalistas curdos, os xiitas, os secularistas árabes e os nacionalistas iraquianos tinham muito pouco em comum, excepto a repugnância relativamente a Saddam Hussein. Apesar de toda a retórica relativamente ao Curdistão, somente os curdos e os comunistas reconheciam o direito à autonomia do território. Em todo o caso, a tensão entre o PUK e os seus opositores era muito elevada, e em Abril foi lançada uma grande ofensiva contra as posições de Talabani, seguida de uma resposta bastante agressiva que inflingiu grandes danos aos comunistas.

#### **1.4.2. A Ameaça Externa**

Os vizinhos, Turquia e Irão, participaram activamente no conflito em lados opostos da contenda. Ancara lançou em Maio uma grande ofensiva através da fronteira, com o beneplácito de Bagdade, fazendo cerca de 1500 prisioneiros, sobretudo civis curdos, destruindo bases do ICP e KDP e matando centenas de *peshmergas*. Por seu lado o Irão, tomou a mais importante fronteira, em Haji Umram, em articulação com o KDP, definindo como seus inimigos não só Bagdade, mas também o KDPI e o PUK.

Saddam já tinha previsto os perigos da cooperação curdo/iraniana, mesmo antes do ataque do país vizinho e foi obrigado a deslocar 50.000 tropas para o Curdistão com vista a fortalecer os *jash* locais. No princípio de 1983 tinha admitido a existência de 48.000 desertores, muitos dos quais curdos agora nas montanhas, pelo que, o perigo curdo tinha assumido uma maior amplitude.

A primeira tarefa de Saddam era aplacar a população curda. Neste sentido, permitiu-lhes servir o exército no Curdistão, em vez de serem enviados para a frente do Irão, autorizou uma amnistia para os deportados e tentou tornar-se agradável para a população local, anunciando eleições para o Conselho Legislativo em Agosto. Simultaneamente, necessitava de separar os rebeldes curdos do Irão, pelo que, estabeleceu diversas “antenas” nos vários partidos curdos, antes da corrente da guerra se tornar favorável ao Irão, no Verão de 1982.

---

As negociações com o KDP revelaram-se infrutíferas, até porque Saddam culpava os Barzani de terem apoiado a tomada de Haji Umran e vingou-se no clã, com mais de 8.000 curdos a serem executados em Bagdade.

Entretanto, Talabani tinha sido convencido por Qasimlu (líder do KDPI) dos benefícios de colaborar com Bagdade. Com efeito, o PUK já tinha mais influência do que o KDP, pelo que, se o seu líder conseguisse uma negociação com sucesso, tornar-se-ia o representante inquestionável do povo curdo.

Em Dezembro, o PUK e Bagdade anunciaram um cessar-fogo que permitiria a criação de um governo de unidade nacional com o ICP, com vista à introdução de uma maior autonomia que incluiria eleições livres e democráticas, a formação de 40.000 homens curdos no exército para proteger a fronteira do inimigo, e o financiamento com 30% do orçamento do Estado para a reabilitação da região curda.

O anúncio do PUK deu origem a amargas recriminações dos seus aliados, em particular do ICP que não tinha perdoado o ataque de Talabani em Maio, e não tinha qualquer intenção de se juntar a um governo de unidade nacional. Não obstante as críticas de que foi alvo, o PUK ganhou algum tempo com o cessar-fogo e conseguiu obter novas armas provenientes de Bagdade com vista a defender Sorani dos avanços iranianos. Neste contexto, Talabani pensou conseguir uma melhoria da Lei da Autonomia de 1974 que, na sua perspectiva, afastaria a figura de Barzani como o campeão do nacionalismo curdo. Contudo, o caminho escolhido era altamente controverso, porque a aliança com Bagdade foi mal compreendida e muitos apoiantes do PUK afastaram-se das fileiras do partido (Stansfield, 2003)

No contexto da negociação com Saddam foram apresentadas diversas reivindicações que Saddam não aceitou, até porque, neste momento, a colaboração do PUK já não era vital. Efectivamente, em Dezembro de 1983, um enviado americano tinha visitado Saddam garantindo o interesse dos EUA numa vitória do Iraque. No primeiros meses de 1984 esta posição foi traduzida pela assistência militar substancial dos americanos e de outros países industrializados, como os URSS e a França, que também temiam uma vitória desestabilizadora do Irão (McDowall, 2007).

---

Com efeito, logo em Março, Saddam Hussein terminou as negociações com o PUK, seguidas de execuções de membros do partido em Suleimania, repressão sobre os estudantes em protesto em Arbil e o assassinato do irmão e de dois sobrinhos de Talabani, às mãos dos *jash*. Face a todo este cenário o PUK regressa à guerra em Janeiro de 1985. O Partido estava completamente isolado e necessitou recorrer aos seus anteriores inimigos para se reerguer e, em 1986, surge uma declaração conjunta do KDP, PUK, KSP e ICP que apelava à unidade contra o regime Baath (McDowall, 2007).

Talabani fez a paz com Ali Akbar Rafsanjani, então parlamentar iraniano e, em 1986, o PUK e o KDP recebiam armas e apoio financeiro de Teerão. Deste modo, o Curdistão era o domínio de expansão de todas as operações curdas. No Norte, o KDP controlava virtualmente a totalidade da fronteira. Em Maio de 1986 capturou Manjish, um importante centro de comunicações entre Zaku e Amadia e fez um cerco a Dohuk. No Sul, o PUK controlava as montanhas, permanecendo o campo nas mãos do governo, mas apenas durante o dia.

Em Novembro de 1986 Masoud Barzani e Jalal Talabani encontram-se em Teerão com vista a formar uma coligação e, um mês depois, ambos os partidos estavam representados na maior conferência da oposição iraquiana em Teerão. Em Fevereiro de 1987 o KDP e o PUK emitiram uma declaração conjunta anunciando a sua intenção para formar uma Frente Nacional do Curdistão e para além disso uma Frente Nacional de Oposição Iraquiana. No campo militar o objectivo definido era o de unificar e organizar as forças *peshmergas*. Em Maio de 1987 estas intenções tornaram-se realidade com a formação de uma Frente Curda composta pelos 5 mais importantes partidos curdos: KDP, PUK, KSP, KPDP, PASOK, the Toilers, ICP e Movimento Democrático Assírio.

### **1.4.3. Prelúdio de Morte**

A pressão de Saddam sobre a sociedade civil é o primeiro sinal do genocídio curdo. Após o final das negociações com o PUK em Março, 78 aldeias próximas de Suleimania foram arrasadas com o objectivo de criar uma zona tampão, numa região em que o Irão e Talabani desejavam operar. Encontramos diversos registos de incidentes muito violentos, por exemplo em Setembro de 1985 cerca de 500 crianças com idades entre os

---

10-14 anos foram torturadas e mortas com o objectivo de extrair informações acerca de membros da sua família que militassem nos *peshmergas*. Em Outubro do mesmo ano algumas centenas de jovens (15-30 anos) foram presos em Arbil e também eles torturados e mortos (McDowall, 2007).

A cooperação militar conseguida com Teerão mudou a natureza da guerra do Curdistão. À semelhança de 1974 o significativo apoio externo evidente no envio de armas pesadas, incluindo misseis SAM-7 para proteger as bases, levaram a uma mudança qualitativa das tácticas curdas. Até então, o KDP e o PUK, fieis à sua luta de guerrilha, odiavam capturar e muito menos cercar centros populacionais, agora, grandes ataques eram lançados contra centros militares em articulação com o Irão. Em Abril de 1987 as forças curdas atacaram tropas que defendiam Suleimania. Em Maio, Rawanduz e uma semana mais tarde Shaqlawa, em Junho Atrush, e em Agosto de 1987 as forças iranianas penetraram em todas as fronteiras sob a posse curda (Yldiz, 2007).

Na perspectiva de Saddam os curdos eram um cavalo de Troia para uma vitória do Irão e, foi exactamente no pressuposto de encontrar uma solução para este problema, que em Março de 1987, nomeou o seu primo General Ali Hasan al Majid como governador do Norte, dando início aos célebres ataques químicos que causaram milhares de mortos. Com efeito, o general tornou-se mais temível do que Saddam, introduziu a política de terra queimada, associada a execuções em massa e deportações. Os seus decretos de Junho definem largas áreas do Curdistão como área proibida, referindo designadamente “...within their jurisdiction, the armed forces must kill any human being or animal present within these areas” (*cit.in.* McDowall, 2007, p. 353) apesar da população ali residente. Entre Abril e Setembro destruiu 500 aldeias com o objectivo de negar alimento aos *peshmergas*, num cenário de devastação foi total.

#### **1.4.4. As Operações Anfal**

Em Janeiro de 1988 a ameaça de Bagdade era muito clara, as tropas iranianas estavam próximas. A penetração de forças curdas e iranianas no Curdistão na Primavera tornaram-se um perigo sério.

---

A primeira vez que o termo Anfal foi utilizado rotineiramente pelos oficiais iraquianos foi em Fevereiro de 1988. O termo tem a sua origem numa Sura<sup>96</sup> do Alcorão aludindo aos despojos da guerra santa e tornaram-se numa memória devastadora para os curdos.

A primeira campanha consistiu num ataque ao vale de Jalafi (ou Jafati), às aldeias de Bergalou e Sergalou, localizadas nas montanhas do Sudeste do Curdistão, importantes postos do PUK. A região já tinha sido definida como “área proibida” pelo governo Baath e estava habituada aos bombardeamentos, contudo, em Fevereiro foram surpreendidos com um ataque em larga escala, com infantaria, força aérea, Guarda Republicana e armas químicas que destruíram completamente as aldeias. Posteriormente foram arrasadas com bulldozers precipitando a fuga de refugiados para Suleimania e para o Irão. Registaram-se grandes baixas e todos os homens adultos e jovens foram presos e dados como desaparecidos.

Pouco tempo depois as tropas iraquianas atacaram a cidade de Halabja com armas químicas e a descrição do Relatório da Human Rights Watch (HRW, 1993) é suficientemente elucidativo da situação no terreno:

*“...Dead bodies – human and animal – littered the streets, huddled in doorways, slumped over the steering wheels of their cars. Survivor stumbled around, laughing hysterically, before collapsing. Iranian soldiers flitted through the darkened streets, dressed in protective clothing, their faces concealed by gas masks. Those who fle could barely see, and felt a sensation like needles in their eyes. Their urine was streaked with blood...”*

Os sobreviventes fugiram para o Irão, onde foram tratados com injeções de antipina, único antibiótico disponível contra as toxinas do ataque. Ficaram alojados em campos de refugiados em Sanghour (perto do Golfo Pérsico) e Kamiaram (perto de Kermansha). Segundo a HRW os números do ataque ultrapassam com certeza as 3.200 vítimas mortais identificadas, estimando um total de 7.000. O ataque a Halabja quebrou a moral do PUK e as aldeias foram sendo tomadas, no final da primeira campanha Anfal que envolveu 27 divisões iraquianas.

---

<sup>96</sup> Subdivisão do texto sagrado.

---

A segunda campanha começou em 22 de Março de 1988, no dia seguinte ao Nowruz, com um ataque químico à aldeia de Sayw Senan, que tinha por objectivo destruir a presença curda em Qara Dash. Depois da acção química seguiu-se uma intervenção no terreno e rapidamente as montanhas encheram-se de refugiados, a maioria movendo-se para Norte em direcção a Suleimania. Desta vez não só os homens foram o principal alvo de extermínio mas também as mulheres e crianças.

Com a terceira campanha o cenário mudou para Garmyan, a área a Sul de Kirkuk. Mais uma vez adultos e jovens do sexo masculino foram capturados e iniciaram a sua marcha terrífica para a execução, mas também milhares de mulheres e crianças foram executadas (Yldiz, 2007).

No princípio de Maio mais três decorreram (V, VI e VII) e nesta altura o Irão completamente debilitado economicamente decidiu aceitar a Resolução 598 da Carta das Nações Unidas e, em 20 de Agosto, o cessar-fogo tornou-se efectivo.

No dia 25 de Agosto tem início a VIII e última campanha Anfal em Bahdinan, com ataques químicos e bombardeamentos altamente explosivos nas aldeias e vales onde os *peshmergas* se concentravam. Nunca saberemos exactamente o número total de vítimas das campanhas Anfal, mas rondará certamente os 150.000 a 200.000 mortos (McDowall, 2007).

No final da guerra aproximadamente 4.000 aldeias foram destruídas e 1,5 milhões de curdos foram deportados ou realojados. Mas Bagdade ainda não tinha terminado e em Dezembro anunciou a sua decisão de criar 22 novas cidades, cada uma acomodando 10.000 a 15.000 curdos deslocados. Com este objectivo arrasaram Sangasar, depois, em Setembro, Qale Diza e finalmente Ranya, oferecendo realojamento aos seus habitantes. Em Julho de 1988, 45.000 dos 75.000 kilometros quadrados do Curdistão Iraquiano estavam sem de curdos (McDowall, 2007).

Nada melhor para ilustrar a vulnerabilidade do povo curdo do que o falhanço da resposta internacional aos ataques químicos. Não obstante a sua evidência ter sido traduzida em conferência de imprensa pelo PUK, pelos refugiados que vieram para a Europa, enfim por todos os meios, nenhuma acção ou decisão foi tomada.

---

Com Halabja teve lugar a maior violação individual do acordo de Genebra de 1925 com o uso de armas químicas desde a invasão da Abissínia por Mussolini em 1935. De acordo com a notícia do Financial Times de 23 de Março citado por McDowall (2007, p. 361) “...*the international community response to the kurds mounting cries of alarm as so far been a deafening silence...*”.

Somente em Junho, quando era claro que o Irão tinha perdido a guerra, o Reino Unido solicitou uma investigação internacional, alertando o Iraque para o final do uso de armas químicas. Somente em 26 de Agosto a Resolução 620 do Conselho de Segurança da ONU foi aprovada, condenando o uso de armas químicas, mas tudo continuou até Outubro.

Não obstante as evidências, os países europeus continuaram a manter o mesmo relacionamento com o Iraque. Com efeito, foi claro que os países do mundo industrializado compactuaram com a situação e não tinham qualquer intenção de diminuir as suas vendas de armas devido a uma qualquer resolução ou protocolo. Aproximadamente um ano depois de Halabja, o Reino Unido, a França, Itália, Grécia, Portugal, Turquia, bem como países do Bloco de Leste e América Latina participaram na Exibição Internacional de Bagdade de produção militar (McDowall, 2007).

### III CAPÍTULO – CURDISTÃO NO IRAQUE, UM ESTADO *de facto*

#### 1. Origens – 1ª Guerra do Golfo

Conforme já foi referenciado, os principais partidos curdos formaram uma Frente Nacional do Curdistão (IKF), em 1988, com o objectivo expresso de agir contra o governo Baath. Na realidade, não necessitaram de aguardar muito tempo, pois a oportunidade surgiu em 1990, quando o Iraque anexou o Kuwait, dando início à 1ª guerra do Golfo e à revolta curda.

Com efeito, segundo Yldiz (2007) a origem do Curdistão Iraquiano como Estado *de facto* encontra-se exactamente na Guerra do Golfo de 1990-92. O autor referencia mais exactamente o levantamento ou intifada contra Saddam Hussein depois do cessar-fogo assinado pela NATO e a resultante repressão dos rebeldes curdos do Norte, bem como a subsequente crise de refugiados, como os factores potenciadores de um novo estatuto político para a região.

O contributo americano para o despoletar da rebelião é um tema ainda em discussão, contudo, permanece na mente de muitos iraquianos a convicção de que o grande erro dos EUA, foi terem incentivado a revolta, mas não apoiarem o envio de armas. Com efeito, a declaração proferida por George Bush difundida pela rádio Voz da América terá induzido em erro os revoltosos, sugerindo o apoio em caso de revolta. *"here's another way for the fighting to stop, and that is for the Iraqi military to take matters into their own hands to force Saddam Hussein, the dictator to step aside."* (Kakai, 1994, p. 119).

Efectivamente a rebelião começou poucos dias antes da derrota de Saddam e da sua rendição em Março de 1991. Começou no Sul do país com revoltas nas cidades de Basra, Suq al-Shuyukh, Nasiria, Najaf e Karbala (Kakai, 1994). No Norte, as primeiras cidades a cair foram Rania e Chawar Qurna, depois Koi Sanjaq, Suleimania, Halabja, Arabat, Arbil e eventualmente Kirkuk, em 20 de Março de 1991. O escritor iraquiano Faleh Abd al-Jabbar descreve do seguinte modo o padrão das rebeliões que despertaram por todo o país:

## O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação.

### Contexto e Desafios.

---

*“Masses would gather in the streets to denounce Saddam Husain and Bathist rule, then march to seize the mayor’s office, the Baath Party headquarters, the secret police building, the prison and the city’s garrison. As they marched, people would shoot at posters or wall reliefs of the dictator. As the cities came under rebel control, the insurgents cleaned out Bathist and mukhabarat. There was little or no coordination during the rebellion. It was often unclear in one town what was occurring in the other, or even, in one quarter of a town, what was happening in the adjacent district.”*

(1994, p. 106).

No Norte os acontecimentos desenvolveram-se rapidamente. Face à perspectiva da derrota de Saddam Hussein, muitos *jash* viram a oportunidade de se revoltarem e de abandonar a luta. Paralelamente, a confiança dos *peshmergas* aumentou e sucederam-se as vitórias militares, no decurso das quais mais de 50.000 membros das forças iraquianas terão desertado. Em Suleimania cerca de 900 *mukhabarat*<sup>97</sup> foram mortos só num dia de combates (McDowall, 2007).

Contudo, os americanos não apoiaram a revolta. Muitas razões foram apontadas para justificar este facto, mas concerteza o medo da eclosão de uma revolução similar à iraniana terá pesado na avaliação, acrescido do desejo de preservar a integridade territorial do Iraque e grande interesse na manutenção do aliado, Saddam Hussein (Yldiz, 2007).

Apesar da escalada da rebelião, os soldados iraquianos rapidamente retomaram o controlo de Basra, Najaf e Karbal, com impressionante selvajaria, liquidando 30.000 pessoas (Yldiz, 2007). No Norte, deram início à contra-ofensiva em finais de Março, usando tropas no terreno e helicópteros. Os intensos bombardeamentos em Kirkuk levaram a cidade a ser recapturada em 28 de Março e Suleimania em 3 de Abril, seguida por Dohuk, Zakho e Arbil (Jabbar, 1994).

Mais de 100.000 pessoas foram presas no decurso das operações e Yldiz (2007) estima que 20.000 tenham morrido na repressão da rebelião no Norte do Iraque, iniciando-se um êxodo sem precedentes. Mais de 500 mil pessoas refugiaram-se na Turquia e 1,5 milhões no Irão, dos quais milhares morreram de frio e fome.

---

<sup>97</sup> Homens da secreta de Hussein.

---

Antes da rebelião, os Aliados tinham pré-posicionado alimentos e instalações nos países vizinhos do Iraque de molde a acomodar 300.000 refugiados, número claramente subavaliado e que levou ao desespero milhares de curdos, desejosos de chegar à Turquia ou ao Irão.

Neste contexto, é importante referir que o apoio dados pelos turcos aos refugiados foi insuficiente e mesmo desumano, até porque a entrada de um número tão elevado de curdos no território aumentava o dilema de Ancara relativamente à questão interna. Efectivamente, só no dia 16 de Abril o Presidente Ozal autorizou os curdos a atravessarem a fronteira (Yldiz, 2007).

Relativamente ao Irão o problema era ainda maior, cerca de um milhão de curdos atravessaram a fronteira, e destes, aproximadamente 150.000, acamparam no local. Noventa e quatro campos e áreas de recepção foram criadas, muitas dentro de cidades destruídas.

Com a insistência da França, Turquia e Irão, o Conselho de Segurança das Nações Unidas convocou uma reunião em 5 de Abril de 1991 com o objectivo de discutir a adopção de medidas que condenassem a repressão do povo iraquiano pelo seu governo. Daqui resultou a Resolução 688, aprovada pela generalidade da câmara mas, com votos contra, de Cuba, Yemen e Zimbabwe e a abstenção da China e Índia, para além, obviamente, do formal protesto iraquiano.

A Resolução 688 é considerada a fundadora do direito de ingerência, uma vez que, pela primeira vez na história, a comunidade internacional considera uma ameaça contra a paz, um problema interno de Direitos Humanos – “ *a repressão das populações civis iraquianas em inúmeras partes do Iraque*” – e estabelece zonas de segurança sob a protecção das Nações Unidas no Norte do Iraque. Com efeito, esta medida é aprovada dois dias depois da Resolução 687 que impõe ao Iraque medidas para a implementação da paz e segurança na região.

A Resolução 688 levantava algumas dúvidas do ponto de vista do direito internacional porque contradiz o Artigo 2 da Carta das Nações Unidas relativa à proibição da intervenção da ONU em questões de jurisdição doméstica. Contudo, a severa situação de emergência, foi aumentada por factores de dificuldade, praticamente intransponíveis,

---

como seja a relutância Turca de admitir refugiados iraquianos. Para além disso, a oposição da Turquia à realização de acções de assistência no seu território, foi de tal modo peremptória, que causou problemas às Nações Unidas (McDowall, 2007).

Relativamente ao Irão a questão era diferente, não obstante a inexistência de qualquer oposição à entrada de refugiados, as relações difíceis entre a República Islâmica e o Ocidente levantaram alguns problemas. Os campos de refugiados no Irão estavam bem abastecidos mas eram isolados e fortemente guardados pelos militares.

Em 13 de Abril de 1991, os EUA chegaram a acordo com o governo turco para uma operação de assistência aos refugiados encontrados na zona de fronteira, numa estratégia para se ganhar o tempo suficiente, até que as Nações Unidas encontrassem uma solução para operacionalizar a ajuda. A *Operação Provide Comfort*<sup>98</sup> envolveu o abastecimento por terra e sobretudo pelo ar de 15.500 toneladas de mantimentos administrados por mais de 20.000 pessoas de 13 nações (Prados, 1994).

A criação de um *Safe Haven* no Iraque ocorreu nas duas primeiras semanas de Abril de 1991. A ideia foi sugerida pelo 1º Ministro Turco, Ozal, ao seu congénere britânico John Majors, que apelou à criação de enclaves protegidos pela ONU no Curdistão Iraquiano, na Cimeira do Conselho Europeu que teve lugar no Luxemburgo em 8 de Abril de 1991. No dia 16 de Abril, o Presidente George Bush anunciou que as forças militares iriam para o Curdistão no Iraque, com vista a instalar campos, que dariam abrigo e alimento aos refugiados em massa, das regiões de fronteira entre o Iraque e a Turquia.

O primeiro campo foi criado na fronteira, junto à cidade de Zakho com financiamento do governo dinamarquês e da União Europeia. Gradualmente, foi alargado e aumentado até à localidade de Amadya a Leste e Dohuk a Sul, à medida que as forças iraquianas eram afastadas sob a insistência dos Aliados.

Sem surpresas, o governo de Bagdade apresentou um protesto em carta escrita ao Secretário Geral da ONU, afirmando que a *Operação* constituía um sério e injustificável ataque à soberania e integridade territorial do Iraque. Apesar do protesto, os governos

---

<sup>98</sup> Operação militar Americana e Aliada que começou em Abril de 1991 com o objectivo de dar apoio humanitário aos curdos e criar uma zona de segurança.

---

britânico e americano avisaram que a força aérea iraquiana estava proibida de voar a Norte do paralelo 36<sup>99</sup> e, que as forças armadas não podiam ser enviadas até à zona de 36x63 milhas, região criada pela operação para a segurança dos seus habitantes curdos.

Em Setembro de 1991, praticamente todos os refugiados curdos tinham sido convencidos a regressar ao Iraque. Com efeito, o evidente desconforto turco em os receber e dar asilo, associado ao sucesso da *Operação Provide Comfort*, facilitou grandemente a decisão. Na realidade, as estradas de retorno estavam claramente marcadas e apetrechadas com mantimentos e apoio médico ao longo de todo o caminho (McDowall, 2007).

## **2. Negociando a Autonomia**

O regresso dos refugiados foi assegurado com a premissa de que no interior do Iraque estariam a salvo do ataque das forças iraquianas. Com esta finalidade, foi constituída uma força de reacção na Turquia, constituída por 5.000 homens, apoiados pelas força aérea que, contudo, não durou até ao Verão, após o que se manteve uma força ligeiramente armada de guardas das Nações Unidas, num máximo de 500 homens.

Neste quadro de renovada insegurança, os partidos políticos curdos compreenderam a necessidade de negociar com Saddam Hussein, um acordo para a autonomia, proposta apoiada pela coligação, designadamente pelo Reino Unido e pelos EUA. As negociações seguintes foram marcadas por triunfos e desastres prolongados. Masoud Barzani e Talabani negociaram em paralelo com Bagdade, com o objectivo comum da obtenção de uma autonomia alargada num quadro de uma estrutura federativa, democrata, pluralista e constitucional. Logo do início das conversações Talabani reclamou ter selado um acordo com Saddam, garantindo o desmantelamento do Revolutionary Command Council (o santuário do Partido Baath) e a realização de eleições livres. Posteriormente (em Maio), Barzani anunciou que tinha a garantia de que Kirkuk seria a capital da região autónoma. Contudo, tal como os cépticos previam desde o início, Saddam era um negociador inconstante e as conversações acabaram em Junho, quando o governo iraquiano impôs condições inaceitáveis para os curdos, que incluíam designadamente, a obrigação de se juntarem ao governo Baath, em Bagdade. No

---

<sup>99</sup> Anexo 2.

---

Outono, as lutas entre forças iraquianas e os curdos recomeçaram e, em 20 de Outubro de 1991, os governos de Arbil, Dohuk e Suleimania foram colocados sob cerco económico com os salários dos funcionários públicos cortados e um embargo aos alimentos e petróleo, separando a região autónoma do resto do país. O bombardeamento de cidades como Kifri, Kalar e Maydan, a deportação e deslocação de curdos em Kirkuk e o avanço do processo de arabização demonstrou à comunidade internacional que as medidas de segurança para a região curda tinham as suas limitações.

### **3. A Democracia no Curdistão do Iraque**

A autonomia ou auto-determinação começaram por ser ambições etéreas de um povo e tornaram-se na realidade central de um sistema político quando, uma sucessão de acontecimentos (invasão do Kuwait e derrota do Iraque), culminou no abandono do Norte do Iraque pelas forças militares e do governo. Esta circunstância proporcionou aos curdos a oportunidade única de poderem administrar o seu território. Segundo Stansfield (2003) não será um exagero afirmar que a formação do KGR (Kurdish Regional Government) é o momento mais importante da história do movimento nacional curdo, contudo, as tentativas para a governação nem sempre têm sido um modelo de sucesso.

Na realidade o afastamento do GoI (Governo do Iraque) do Curdistão Iraquiano pode ser visto como instrumental para o desenvolvimento de um estado *de facto* no território. O IKF (Iraqi Kurdistan Front), aliança de partidos curdos, que se formou após as campanhas Anfal de 1989, foi forçado a tomar decisões rápidas atendendo à situação de emergência e necessidade de administração das áreas libertadas, bem como decidir pelos métodos para governar o território sem incorrer em questões fronteiriças. Paralelamente a toda esta problemática, o IKF enfrentava ainda a rápida deterioração da situação militar, a necessidade de negociar com o GoI e o embargo interno associado à retirada de todos os órgãos administrativos do governo central.

Inicialmente a administração do território foi exercida através de uma estrutura similar a um governo regional, organizado em províncias, sendo que a maioria da população se encontrava nas cidades pois toda a infraestrutura rural tinha sido completamente arrasada nos últimos anos. Existia uma grande confiança na estrutura provincial, contudo os líderes não sabiam lidar bem com a máquina burocrática. Neste sentido,

---

Jalal Talabani terá afirmado: "...we came from the mountains, we were trained as fighters, and now we had to run cities" (cit. in. Stansfield, 2003, p.123).

Assumir uma qualquer posição separatista no context regional seria um suicídio, pelo que a direcção do IKF decidiu legitimar a sua autoridade através da realização de um plebiscito e neste sentido formou um comité eleitoral constituído por juízes e advogados, em vez de políticos, que teriam por tarefa encontrar a melhor metodologia para a construção e formação da Assembleia Nacional do Curdistão. Com efeito, o comité reunido nos dias 23 de Dezembro de 1991 e 28 de Janeiro de 1992 elaborou as Leis número 1 e 2 de 1992 relativas à Assembleia Nacional do Curdistão Iraquiano e ao Presidente do Movimento de Libertação do Curdistão.

Não obstante serem apenas mecanismos legislativos que não configuram uma Constituição, estas Leis moldaram as características políticas e a direcção do Estado *de facto*. A legislação aprovada definia designadamente que as eleições se baseavam num sistema de representação proporcional no qual cada partido concorrente apresentava uma lista de candidatos. O território encontrava-se dividido em 4 regiões eleitorais que por sua vez se subdividiam em centros eleitorais que dependiam de comités. Relativamente à eleição do Presidente do Movimento de Libertação do Curdistão, estava também definido na Lei todo o processo eleitoral, desenhando-se um sistema de tipo presidencial, com o Presidente e Assembleia a serem eleitos e esta última a indicar o Executivo, mas com o Presidente a poder exercer o direito de veto.

Do ponto de vista da comunidade internacional os EUA e o Reino Unido apoiavam as eleições, mas demonstravam grande preocupação relativamente à possibilidade do sufrágio ser um primeiro passo para a criação do Curdistão independente, ou seja para o separatismo. Por seu lado, o Parlamento Europeu aprovou uma Resolução expressando o seu apoio e encorajamento do caminho para a autonomia (IHLRG, 1992, p. 21).

### **3.1. Processo Eleitoral**

Apesar dos curdos desejarem realizar eleições legítimas aos olhos das Nações Unidas, este organismo declinou oferecer assistência ou reconhecimento. Apesar disso, a monitorização internacional de entidades como a "Pax Christi" ou o "International Human Rights Law Group" foi efectiva. Para além disso a Frente do Curdistão fez

---

aprovar legislação que provava o seu empenho para assegurar a imparcialidade no processo. Duas eleições teriam lugar, a primeira decidiria a constituição da Assembleia Nacional constituída por 105 deputados, a segunda seria a eleição presidencial para escolher o Presidente do Curdistão (Natali, 2005)

As eleições decorreram no dia 19 de Maio de 1992, usando um método proporcional de representação eleitoral que permitia a cada partido que tivesse 7% dos votos conquistar um lugar na Assembleia (Kakai, 1994). No decurso do processo, os dois partidos centrais (KDP e PUK) dominaram o resultado praticamente em equidade. Nenhum dos outros partidos conseguiu os 7%, então, os votos remanescentes foram divididos entre os dois. Na Assembleia os lugares foram distribuídos igualmente pelos dois maiores partidos (50 lugares para cada um) e os restantes 5 foram entregues a partidos minoritários como o Assirian Democratic Movement (4 lugares) e o Kurdish Christian Unity Party (1) (Katzman & Prados, 2005).

Nas eleições Presidenciais, os quatro candidatos não conseguiram obter a maioria: Masoud Barzanai do KDP, Jalal Talabani do PUK, Uthman Abd al-Aziz Muhammad do Movimento Islâmico e Mahmud Ali Uthman do PASOK, então as duas facções centrais acordaram numa governação conjunta.

Em Outubro de 1992, o Parlamento curdo criado com o objectivo de criar um Estado Federado do Curdistão na parte libertada do país, reiterava o compromisso com a integridade territorial do Iraque (Katzman & Prados, 2005). Esta promessa não acalmou os receios dos líderes árabes iraquianos relativamente à possibilidade dos curdos conduzirem um processo de autonomização tendo em vista a independência, preocupação partilhada pelos Estados vizinhos, Turquia, Irão e Síria.

O primeiro KRG (Kurdish Regional Government) foi constituído em 4 de Julho de 1992 com 15 Ministros, para além do Primeiro Ministro e do Vice-Primeiro Ministro, numa divisão de cargos que passou a ser denominada 50:50. Na realidade, o objectivo de todo o sistema era obter uma divisão equitativa do poder entre o KDP e o PUK em todos os Ministérios e também em todo o território através do governo das províncias. Contudo, no final de 1992 começaram os problemas com o PM Dr. Fu'ad que, no ano seguinte foi substituído por uma personalidade menos burocrata, mais exactamente pelo *peshmerga* Kosrat Rasoul Ali. Também este 2º Gabinete foi de curta duração porque, percebendo a

---

vantagem das alianças com os pequenos partidos, o KDP de Barzani alegou em Janeiro de 1994, a necessidade de realização de eleições, do que resultou imediatamente, uma cisão no seio do KRG (Katzman, 2009).

Com efeito, a grande animosidade entre os dois partidos era histórica, contudo, em 1994 a intranquila partilha de poder do KDP-PUK colapsou num conflito armado sobre controle territorial e divisão de receitas. Com a mediação do Irão, Turquia, Irlanda, França, EUA e até o Iraque foi encontrado um acordo entre as partes. Uma sala de operações foi criada em 21 de Maio de 1994 para fiscalizar a restauração da normalidade, situação claramente administrada e controlada por Ahmad Chalabi e outros membros do Congresso Nacional Iraquiano. Entre os dias 16 e 22 de Julho de 1994 os partidos curdos encontraram-se em Paris e, com a assistência do governo francês e observadores do Reino Unido e EUA, produziram o esboço da nova Constituição para o KGR. Neste contexto a grande preocupação do governo turco era que este documento constituísse uma orientação para a criação da nação curda e não concedeu os vistos indispensáveis para que os dois políticos de ambos os partidos se deslocassem a Paris com vista a ratificar o acordo na presença de Mitterrand (Katzman, 2009).

Durante as conversações que decorreram na Irlanda em 1995, o KDP e o PUK acordaram na desmilitarização de Arbil, na devolução dos lucros da alfândega recebidos pelo KDP para uma conta bancária conjunta, convocação do KGR e a garantia de respeito pela integridade territorial do Iraque e dos interesses legítimos turcos relativos à segurança.

Nova cisão voltou a ocorrer em Agosto de 1996 quando o KDP se aliou a Bagdade para reconquistar Arbil e a parte Oriental de Suleimania, com a justificação de que as forças unidas do PUK e do Irão representavam uma ameaça para a integridade territorial do Iraque. Com efeito, o PUK reconquistou grande parte do território perdido graças ao apoio iraniano e a guerra Irão/Iraque esteve prestes a renascer. As conversações patrocinadas pelos EUA tiveram lugar em Ancara em Outubro de 1996, mas novos desacordos acerca de propriedade deitaram tudo a perder. Neste período podemos falar de dois territórios governados por administrações distintas, o PUK controlando a infraestrutura parlamentar e militar de Arbil e governando a parte oriental da província

---

bem como a totalidade de Suleimani e o KDP que estabeleceu um comité em Salahadin, administra a parte Norte de Arbil e a província de Dohuk.

Contudo, partindo de uma abertura de Talabani, o PUK e o KDP conseguiram chegar a um acordo de paz de longa duração, obtido em Julho de 1998, mas mantiveram administrações separadas. No quadro de um encontro realizado em Washington em Setembro, “*Final Statement of the Leaders Meeting*” informaram o mundo de que tinham acordado num conjunto de princípios que se veio a provar ser duradouro. Na realidade o “*Washington Agreement*” definiu um processo endógeno de paz ainda muito superficial que regulava designadamente a circulação de pessoas em Arbil, Suleimania e Dohuk, os lucros provenientes da alfândega, a eventual reunificação da Assembleia, enfim, um conjunto de questões fulcrais para a reunificação do território (Katzman, 2009).

### **3.2. Um novo espaço político?**

Desde que o Curdistão no Iraque auto-declarou a realização de eleições em 1992, tornou-se difícil definir o espaço político. O sufrágio foi efectivado para preencher um vazio político criado pela retirada do GOI do Norte do território. Com efeito, a concretização de um processo eleitoral numa parte de uma nação, sem o acordo do governo central levanta diversas questões, designadamente no domínio da definição do espaço político e da soberania territorial iraquiana, pergunta, que de resto, permanece sem resposta (Yldiz, 2007).

Conforme já referimos a comunidade internacional também assumiu uma posição ambivalente relativamente ao território sob a governação do KRG. Louvaram a tentativa de estabelecer uma democracia sob o nariz de um déspota, mas temperaram o entusiasmo com a preocupação de que o Iraque deveria manter-se uno. A Resolução 688 de 1991 reafirmava “*the commitment of all member states to the sovereignty, territorial integrity and political independence of Iraq and of all states in the area*”.

O IKF assegurou que as eleições não constituiriam, em nenhuma ocasião, um movimento em direcção ao separatismo. Desde o início que a Frente declarava estar a fazer nada mais do que satisfazer uma necessidade, mas em Abril de 1992 observava que:

---

*“the iraqi government has recently carried out an unprecedented measure namely the withdrawal of its administrative units and personnel from Kurdistan, thereby creating a unique administrative and legislative vacuum. The Iraqi Kurdish Front, which was conducting negotiations with the central government, has thus been thrown into a very complicated and challenging situation.....the IKF (Iraqi Kurdish Front) is determined to take up this challenge...It is taking the first step to catch the train of the civilized world. It intends to reconstruct Kurdish society on the basis of democracy and respect for human rights in accordance with international norms and agreements” (cit.in. Yldiz, 2007, p.47).*

O documento faz a descrição da Frente como um poder governante *de facto* que iria demonstrar ao mundo que o povo do Curdistão iraquiano era capaz de se auto-governar. Contudo, a posição da região curda do ponto de vista do relacionamento com o resto do país não estava ainda claramente definida e só em 1993, um comunicado especial do Parlamento Curdo declarou uma União Federal com o resto do Iraque. O documento salientava o facto desta ter sido a ambição dos curdos desde o período anterior ao Tratado de Sèvres, que prometia uma forma de Estado de Auto-Determinação. Neste contexto, o Curdistão Iraquiano foi tratado como Estado *de facto* por agências e governos que, de outro modo, não o fariam.

#### **4. Os Curdos e a 2ª Guerra do Golfo**

Os curdos representavam um capital de importância significativo para os Estados Unidos, no quadro de uma intervenção no Iraque. Por um lado detinham um número significativo de *peshmergas* em posições estratégicas e por outro, a *intelligence* americana tinha dado conta da existência de uma célula da Al-Qaida no Curdistão Iraquiano, associada ao pequeno grupo islâmico *Ansar al-Islam*.

Durante o período que precedeu a guerra, os partidos curdos mantiveram reuniões com oficiais britânicos e americanos com o objectivo de decidir qual a estrutura de uma administração pós-guerra. Com este objectivo o KDP elaborou um *draft* de uma Constituição em Julho de 2002 que sublinhava o sistema federal do Iraque depois da queda de Saddam (Katzman, 2009).

Estas reuniões serviam um duplo objectivo para a aliança, ganhar o apoio dos curdos na luta contra Saddam e demonstrar uma unidade que force o Presidente do Iraque a ir para

---

o exílio. Depois de meses de negociações, Jalal Talabani emitiu um convite público para que os Aliados invadissem o Iraque a partir do território dominado pelo PUK.

No dia 20 de Março de 2003 o Presidente George Bush anunciou o início da guerra e, seis dias depois, as tropas da brigada Airborne 173 chegam ao Curdistão Iraquiano, mais exactamente a Harir, onde combatem os Ansar al-Islam conjuntamente com os *peshmergas*. Kirkuk cai finalmente nas mãos curdas em 9 de Abril e os guerrilheiros são recebidos na cidade como heróis, logo a seguir cai Mosul. Atendendo à rapidez de todo o processo foi necessário que os partidos curdos assegurassem a ordem nas cidades, mas foi difícil conter a raiva curda contra os árabes que foram agredidos, vandalizados e algumas vezes mortos (Katzman, 2009).

Depois da invasão americana do Iraque em 2003, as autoridades curdas mantiveram o controlo das regiões e lideraram o processo de unificação. O KDP e o PUK chegaram a um acordo acerca da administração conjunta em 21 de Janeiro de 2006 num esforço para desenvolver a experiência democrática na região curda com vista a fortalecer a estabilidade e liberdade (Katzman, 2009)

Na fase pós-Saddam os curdos foram assumidos como cidadãos de plenos direitos políticos relativamente aos árabes iraquianos numa administração de ocupação chefiada pelos EUA (CPA – Coalition Provisional Authority). Constituído em Julho de 2003, o IGC-Iraq Governing Council, composto por 25 membros, contava com Barzani, Talabani e 3 curdos independentes.

No governo de transição que assumiu a soberania em 28 de Junho de 2004, um dos homens de confiança de Barzani, Hoshyar Zabari, detinha o Ministério dos Negócios Estrangeiros. O executivo funcionava de acordo com a Lei de 8 de Março de 2004 (Transitional Administrative Law-TAL) que consiste numa constituição provisória que estabelece um processo de transição. Neste documento preservam-se os direitos dos curdos autónomos do KRG, permitindo-se inclusivamente a possibilidade de alterar a aplicação de algumas leis nacionais, bem como prosseguir com o treino da milícia *peshmerga* que ascendia a um número de 75.000 - 100.000 (Katzman, 2009).

Finalmente, em 15 de Outubro de 2005 a Constituição do Iraque é aprovada no Parlamento Nacional e apoiada pelos curdos. Com efeito, respondia genericamente a

---

muitas das suas exigências, designadamente a autonomia e o federalismo com a criação *de facto* de regiões com governos locais. A Constituição reconhece as 3 províncias curdas de Dohuk, Arbil e Suleimania como uma região (Artigo 113). O KRG tem poder para alterar a aplicação de leis nacionais; manter forças de segurança interna e estabelecer embaixadas no exterior (Artigo 117). O árabe e o curdo são línguas oficiais (Artigo 4).

#### **4.1. Eleições de 2005**

O objectivo central deste acto eleitoral era unificar os partidos iraquianos, divididos desde há muito, num cenário que agilizasse a governação. Neste contexto, surge a DPAK (Democratic Patriotic Alliance of Kurdistan), rebaptizada Aliança Curda (KA) coligação que se apresentou às eleições de Janeiro de 2005 como a lista curda unida.

Na realidade, compreende os dois maiores partidos curdos (KDP e PUK) e também outras formações partidárias menores. Recebeu cerca de 90% dos votos nas eleições de 2005, com 104 dos 111 lugares do KNA. Em Junho manteve a primeira reunião com o Presidente eleito, Masoud Barzani, para a formação do novo governo e somente ao fim de seis meses concordou com a indicação de Nechervan Idris Barzani para Primeiro Ministro (Katzman, 2009).

No período de 2005-2009 o Primeiro Ministro do KRG deveria ter sido substituído no princípio de 2008 (conforme o acordo entre os dois partidos da KA) por um funcionário do PUK, Kosrat Rasoul. Contudo, Nerchervan manteve-se, alegadamente devido aos problemas de saúde do outro candidato a PM. Neste fase, o PUK atravessava uma grave crise interna, visível na demissão em bloco de muitos líderes em Março de 2009 que dificultaram o consenso para encontrar o substituto de Rasoul (Katzaman, 2009).

Do ponto de vista securitário, em 30 de Maio de 2007 a segurança formal de combate sobre as 3 províncias do KRG foram transferidas da coligação americana para as unidades ISF (Iraqi Safety Forces) curdas, integradas por *peshmergas*.

#### **4.2. Eleições de 2009**

As segundas eleições da KNA decorreram em 25 de Julho de 2009. Neste plebiscito o Presidente foi directamente eleito pelo povo e, mais uma vez, Masoud Barzani se

---

instalou no poder. A sua reeleição foi muito fácil até porque concorreu com quatro desconhecidos, conseguindo 70% dos votos (Katzman, 2009).

As eleições para a KNA, nas quais se escolheram os membros dos 111 assentos parlamentares vieram a ser as mais competitivas do Curdistão Iraquiano. Neste plebiscito o Curdistão é abordado como uma unidade, pelo que se vota numa lista e não em indivíduos. Foram 44 as listas concorrentes, uma das quais a *Kurdistani* que agrupava KDP e PUK, mas que desta feita, enfrentou a oposição da *Gorran* (mudança, em curdo), chefiada por um ex-líder do PUK, Nechirvan Mustafa, que abandonou o partido em 2006 devido à alegada corrupção no seu seio.

Não obstante a *Kurdistani* ter vencido as eleições com 59 lugares, este resultado representa uma séria queda relativamente a 2005 (82 lugares). Finalmente, o *Gorran* obteve 25, uma lista islâmica e socialista 13 e os restantes foram partilhados por outras forças.

Os curdos tinham também considerado a possibilidade de incluir nesta votação um referendo a uma Constituição do KRG, uma vez que um *draft* tinha já sido adoptado pela KNA em 25 de Junho de 2009. Contudo, o governo central iraquiano opôs-se, avaliando a proposta como uma violação da Constituição Nacional adoptada e como um esforço curdo para reivindicar direitos sobre o petróleo da região curda e disputar territórios. Em face desta oposição, o KGR abandonou a proposta de referendo.

Não obstante o PUK se encontrar claramente enfraquecido, porque a forte aparição do *Gorran* resulta de uma dissidência interna, o KDP manteve o acordo e a Frente indicou Barham Salim como Primeiro Ministro do KRG. Ele e Masoud Barzani tomaram posse no dia 20 de Agosto de 2009 (Katzman, 2009).

## CONCLUSÃO

O Curdistão é um território actualmente partilhado por cinco países (Turquia, Irão, Iraque, Síria e Azerbeijão), cujo povo reclama desde há séculos uma pátria. Considerando os mais elementares princípios da existência humana, tratava-se de uma reivindicação perfeitamente justa pelo que importava compreender o que subjazia a tal cenário.

Uma vez que nunca se constituiu como uma unidade territorial, esta identificação decorre da presença de curdos nos diferentes locais, ou seja, tem sofridos variações ao longo do tempo, até porque as deportações em massa são um dos fenómenos associados a este povo.

Atentando na história do Curdistão, desde a Antiguidade, percebemos que a identificação do povo curdo se relaciona inicialmente com um território que podemos caracterizar genericamente pela zona montanhosa de Zagros (particularmente acidentada) onde as tribos proliferavam.

Com efeito, não obstante as tentativas unificadoras de Líderes e Impérios, a tribo permanece como o refúgio mais seguro para os curdos que, sistematicamente recorrem a esta identidade básica para se relacionarem com o mundo. As tribos Hurritas, os Medos, enfim, todos os invasores da história curda deixaram o seu legado mas não construíram uma nação.

Para além da pertença à tribo, os curdos são também caracterizados, ao longo da história, pelo seu espírito aguerrido e guerreiro, particularmente experientes em práticas de combate e guerrilha que habitualmente associamos aos peshmergas.

Estas características associadas à conjuntura regional particularmente agitada em que o Curdistão se insere, levou a um percurso histórico de confrontos e destruição, marcante do ponto de vista da herança de um povo que, não propiciou um grande desenvolvimento artístico ou criações intelectuais brilhantes para além das registadas no seu período aúreo, os séculos X, XI e XII.

---

Na Modernidade viveram sob o jugo Otomano, com períodos fortemente centralizadores que propiciaram o aparecimento de alguns líderes tribais, com reivindicações supostamente nacionalistas, que se reduziam objectivamente a lutas pelo poder.

As teses pan-nacionalistas que emergem no Médio Oriente no final do século XIX também colhem partidários no povo curdo, sobretudo nos meios intelectuais das cidades, porque nos meios rurais mantém-se o estatuto e a hierarquia Xeique. De resto, esta será a característica marcante de toda a história do Curdistão, a urbanidade apela ao nacionalismo e os meios rurais ao tribalismo.

Quanto atentamos no história do Curdistão Iraquiano percebemos exactamente as mesmas características num povo que, contudo teve a oportunidade histórica de ser abandonado pelo governo central do Iraque, em 1992, podendo portanto ensaiar, pela primeira vez desde a República de Mahabad, uma experiência de autonomia.

Na realidade, desde Sèvres que os Curdos Iraquianos aguardavam pela oportunidade de dirigir os seus destinos, num quadro constitucional e legal à luz do Direito Internacional.

A emergência de um líder carismático, Mulla Mustafa Barzani, que representa até hoje o sinónimo da revolta curda, é significativo porque de algum modo é uma experiência sincrética de nacionalismo e sistema tribal.

O ensaio de Mahabad permitiu *profissionalizar* a acção do representante da causa curda que, começou finalmente a perceber o jogo estratégico do tabuleiro de xadrez que se agita naquela zona do Médio Oriente. As alianças com os vizinhos Turquia e Irão têm custos acrescidos, pelo que necessitam de auditoria constante, lição que Barzani aprendeu.

Entretanto, outras ameaças e aliados surgem num complexo território em que Saddam Hussein pretender ser o Rei. Os EUA e Israel investem na região tendo em conta os seus objectivos estratégicos, alternando o jogo de alianças.

Depois da guerra Irão-Iraque o cenário de destruição no Curdistão Iraquiano é devastador, sem que a comunidade internacional se disponha a intervir ou sequer

---

condenar no que foi considerado a maior violação do Acordo de Genebra de 1925, com o uso de armas químicas desde a invasão da Abissínia.

A oportunidade curda surgirá com a Guerra do Golfo e o subsequente abandono do Curdistão Iraquiano pelo Governo Central de Saddam Hussein em 1992. Na realidade a criação do KRG (Kurdish Regional Government) é o momento mais importante do movimento nacional curdo, possibilitando a criação de um Estado *de facto*.

Contudo, os problemas relacionados com a liderança partidária quase destruíram o sonho. Os protagonistas actuais do jogo político curdo-iraquiano são Masoud Barzani e Jalal Talabani (actual Presidente do Iraque) com um historial de relacionamento controverso desde 1975, data da criação do PUK.

No cenário político do Iraque até 2009 existiam basicamente duas forças políticas, o KDP e o PUK de Barzani e Talabani respectivamente, que não obstante os acordos a que chegaram para a realização de eleições em 2005 (após um período conturbado de relacionamento em que o Curdistão estava objectivamente dividido em duas áreas de influência e duas governação) não conseguem facilmente, obter consenso.

Recentemente, um novo jogador entrou neste cenário bipartido, o partido *Gorran* que enfraqueceu claramente as hostes do PUK e introduziu novos elementos que podem alterar radicalmente o resultado.

Atendendo ao percurso do povo curdo, parecem claras algumas evidências. A inexistência de um território demarcado e identificado como Curdistão desde a sua génese terá condicionado toda a sua evolução. É evidente a pertença tribal, mas também o orgulho em se afirmarem curdos.

Analisando a história e a evolução recente do Curdistão no Iraque podemos perceber a dificuldade em digerir lutas intestinas, muitas vezes relacionadas com questões pessoais, que não permitem ultrapassar a dimensão do imediato.

Perspectivar uma Nação Curda é, neste momento, tarefa impossível. Assumir a viabilidade de um processo de autonomia em construção no Iraque, é também arriscado, mas possível, num quadro em que se assuma o Curdistão como prioridade.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Livros**

Abrahamian, E. (1982). *Iran Between Two Revolutions*. Princeton, Princeton University Press.

Abrahamian, E. (1993). *Khomeinism: essays on the Islamic Republic*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, Ltd.

Arfa, H. (1966). *The Kurds: An Historical and Political Study*. London, Oxford University Press.

Avery, P., Hambly G. e Melville, C. (1991). *The Cambridge History of Iran: From Nader Shah to the Islamic Republic*. Cambridge, Cambridge University Press.

Bird, C. (2004). *A Thousand Sights, a Thousand Revolts, Journeys in Kurdistan*. New York, Random House Publishing Group.

Bitlisi, S. (2005). *The Sharafnâma. Or the History of the Kurdish Nation-1597*. Costa Mesa, Califórnia, Mazda Publishers.

Bournoutian, G. (1992). *The Khanate of Erevan under Qajar Rule (1795-1828)*. New York. Mazda Publishers and Bibliotechia Persia.

Bozarslan, H. (1988). *Reflexions sur l'économie de l'Empire Ottoman et le passage à la Revolution Industrielle*. CEMOTI, N-S: 73-103.

Bruinessen, M. (1992). *Agha, Shaikh and State. The Social and Political structures of Kurdistan*. London, Zed Books.

Dadrian, V. (1995). *The History of the Armenian Genocide: Ethnic Conflict from the Balcans to the Caucasus*. Providence, RI: Berghahn Books. Chaliand, G. (1993). *A People Without a Country. The Kurds and Kurdistan*. New York, Olive Branch Press.

Ghareeb, E. (1981). *The Kurdish Question in Iraq*. Syracuse, Syracuse University Press.

---

Ghassemlou, A. (1965). *Kurdistan and the Kurds*. Prague, House of the Czechoslovak Academy of Sciences.

Ghassemlou, A. (1976). *Iranian Kurdistan*. Paris, Kurdistan Association.

Gunter, M. (1992). *The Kurds of Iraq. Tragedy and Hope*. New York, St. Martin's Press.

Hamilton, A. (2004). *Road Through Kurdistan. Travels in Northern Iraq*. London, Tauris Parke Paperbacks I.B. Tauris & Co. Ltd.

Hovannisian, R. (1999). *Remembrance and Denial: The Case of the Armenian Genocide*. Detroit, Wayne State University Press.

Houston, C. (2008). *Kurdistan Crafting of National Selves*. Oxford, Oxford International Publishers, Ltd.

Issawi, C. (1971). *The Economic History of Turkey: 1800-1914*. Chicago, University of Chicago Press.

Issawi, C. (1980). *The Economic History of Iran: 1800-1914*. Chicago, University of Chicago Press.

Izady, Mehrdad. (1992). *The Kurds. A Concise Handbook*. Washington, Philadelphia, London, Taylor & Francis International Publishers.

Jawad, S. (1981). *Iraq and the Kurdish Question*. London, Ithaca Press.

Khadduri, M. (1969). *Republican Iraq*. London, Oxford University Press.

Lambton, A. (1987). *Qajar Persia*. London, I.B. Tauris.

Lyon, W. (2002). *Kurds, Arabs & Britons. The Memoir of Wallace Lyon in Iraq 1918-44*. London, I.B. Tauris & Co. Ltd.

Maalouf, A. (2003). *In the Name of Identity. Violence and the Need to Belong*. New York, Penguin Books.

---

Mardin, S. (1989). *Religion and social change in Modern Turkey. The Case of Bediüzzaman Said Nursi*. Albany, State University of New York Press.

McDowall, D. (1991). *The Kurds a Nation Denied*. London, Minority Rights Group.

McDowall, D. (2007). *A Modern History of the Kurds*. London, I.B. Tauris.

McKiernan, K. (2006). *The Kurds. A People in Search of their Homeland*. New York, St. Martin's Press.

Mella, J. (2005). *Kurdistan and the Kurds. A Divided Homeland and a Nation without a State*. London, Western Kurdistan Association.

Natali, D. (2005). *The Kurds and the State. Evolving National Identity in Iraq, Turkey and Iran*. Syracuse, Syracuse University Press.

Natali, D. (2010). *The Kurdish Quasi-State. Development and Dependency in Post-Gulf War Iraq*. Syracuse, Syracuse University Press.

Nebez, J. (2004). *The Kurds History and Culture*. London, Western Kurdistan Association.

O'Ballance, E. (1973). *The Kurdish Revolt, 1961-1970*. London, Faber and Faber.

O'Leary B., McGarry J. e Salih K. (2005). *The Future of Kurdistan in Iraq*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

Olson, R. (1989). *The Emergence of Kurdish Nationalism and the Sheikh Said Rebellion (1880-1925)*. Austin, University of Texas Press.

Randal, J. (1998). *Kurdistan. After such Knowledge, What Forgiveness?.* London, Bloomsbury Publishing Plc.

Reade, J. (1991). *Mesopotamia*. London, British Museum Press.

Roaf, M. (1990). *Cultural Atlas of Mesopotamia and the Ancient Near East*. New York, Equinox-Oxford.

Saleem, H. (2005). *My Father's Rifle*. New York, Farrar, Straus and Giroux.

---

Schmidt, D. (1964). *Journey Among Brave Men*. Boston, Atlantic Monthly Press Book.

Stansfield, G. (2003). *Iraqi Kurdistan. Political Development and Emergent Democracy*. London, RoutledgeCurzon.

Stansfield, G. (2007). *Iraq. People, History, Politics*. Cambridge, Polity Press.

Yldiz, K. (2007). *The Kurds in Iraq. The Past, the Present and the Future*. London, Pluto Press.

### **Capítulos inseridos em obras**

Bengio, O. (2005). Autonomy in Kurdistan in Historical Perspective. In: O'Leary B., McGarry J. e Salih K. (ed). *The Future of Kurdistan in Iraq*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 173-185.

Eklund K., O'Leary B. e Williams P. (2005). Negotiating a Federation in Iraq. In: O'Leary B., McGarry J. and Salih K. (ed). *The Future of Kurdistan in Iraq*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 116-142.

Frelick, B. (1993). Operation Provide Comfort: False Promises to the Kurds. In: Chaliand G. (ed). *A People Without a Country*. New York, Olive Branch Press, pp. 241-236.

Galbraith, P. (2005). What went wrong?. In: O'Leary B., McGarry J. and Salih K. (ed). *The Future of Kurdistan in Iraq*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 235-250.

Galbraith, P. (2005). Kurdistan in a Federal Iraq. In: O'Leary B., McGarry J. And Salih K. (ed). *The Future of Kurdistan in Iraq*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 269-281.

Ghassemlou, A. (1993). Kurdistan in Iran. In: Chaliand G.(ed.) *A People Without a Country*. New York, Olive Branch Press, pp. 95-121.

---

Hippel, K. (2005). State-Building After Saddam: Lessons Lost. In: O'Leary B., McGarry J. and Salih K. (ed). *The Future of Kurdistan in Iraq*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 251-267.

Jabbar, F. (1994). Why the Intifada Failed? In: Fran Hazelton (ed.). *Gulf War Prospects for Democracy*. London and New Jersey, Zed Books, Ltd.

Kakai, F. (1994). Iraq since the Gulf War. In: Fran Hazelton (ed.). *Gulf War Prospects for Democracy*. London and New Jersey, Zed Books, Ltd.

Karadaghi, K. (1993). The Two Gulf Wars: The Kurds on the World Stage, 1979-1992. In: Chaliand G. (ed). *A People Without a Country*. New York, Olive Branch Press, pp. 214 - 228.

Karpat, K. (1982). Millets and Nationality: The Roots of Incongruity of Nation and State in the Post-Ottoman Era. In: Braude B (ed.) *Christians and Jews in the Ottoman Empire: The Function of Plural Society*. New York, Holmes and Meier ????????

Kendal, N. (1993). The Kurds under the Ottoman Empire. In: Chaliand G. (ed). *A People Without a Country*. New York, Olive Branch Press, pp. 11-37.

Nezan, K. (1993). Kurdistan in Turkey. In: : Chaliand G. (ed). *A People Without a Country*. New York, Olive Branch Press, pp. 41-56.

O'Leary B. (2005). The Denial, Ressurrection, and Affirmation of Kurdistan. In: O'Leary B., McGarry J. and Salih K. (ed). *The Future of Kurdistan in Iraq*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 3-43.

Roosevelt, A. (1993). The Kurdish Republic of Mahabad. In: Chaliand G. (ed). *A People Without a Country*. New York, Olive Branch Press, pp. 122 - 136.

Stansfield, G. (2005). Governing Kurdistan: The Strengths of Division. In: O'Leary B., McGarry J. and Salih K. (ed). *The Future of Kurdistan in Iraq*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp.195-218.

Sivan, E. (1975). The Kurds: Another perspective. In: Wilhem A. (ed). *Case Studies on Human Rights and Fundamental Freedom*. Foundation for the study of plural societies, pp. 137-156.

---

Wanche, S. (2005). Awaiting Liberation: Kurdish Perspectives on a Post-Saddam Iraq. In: O'Leary B., McGarry J. And Salih K. (ed). *The Future of Kurdistan in Iraq*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 186-194.

Vanly, I. (1993). Kurdistan in Iraq. In: Chaliand G. (ed). *A People Without a Country*. New York, Olive Branch Press, pp. 139 - 189.

Zarcone, T. (1998). Note sur quelque Shaykh kurdes contemporains et leurs disciples à Istanbul. In: *Islam des Kurdes*, pp. 109-23. Paris, Institut National des Langues et Civilisations Orientales.

### **Artigos**

Bruinessen, M. (1994). The Suppression of the Dersim Rebellion in Turkey (1937-38) and the Chemical War Against the Iraqi Kurds (1988). *Conceptual and historical dimensions of genocide*, pp. 141-70.

Prados, A. (1994). The Kurds in Iraq, Status, Protection and Prospects. *Congressional Research Service Report*, p. 4.

International Crisis Group. (2004). Iraq's Kurds: Toward a Historic Compromise? *Middle East Report No. 26*.

International Crisis Group. (2006). The Next Iraq War? Sectarianism and Civil Conflict. *Middle East Report No. 53*.

Katzman, Kenneth and Prados, Albert B. (2005). The Kurds in Post-Saddam Iraq. *CRS Report for Congress*.

Katzman, Kenneth (2009). The Kurds in Post-Saddam Iraq. *CRS Report for Congress*.

### **Consultas da INTERNET**

Stansfield, G. (2006). The Kurdish Question in Iraq, 1914-1974. [Em linha]. Disponível em <http://www.tlema.com/iraq/essay5.asp>. [consultado em 29/08/2010].

O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação.

Contexto e Desafios.

---

Katzman, K. e Prados, A. (2005). The Kurds in Post-Saddam Iraq. CRS Report for Congress. [Em linha]. Disponível em <http://tpc.state.gov/documents/organization/44128.pdf>. [consultado em 05/05/2010].

Relatório da Human Rights Watch Report. (1993). [Em linha] Disponível em [www.hrw.org/reports/1993/iraqanfal/ANFAL3.htm](http://www.hrw.org/reports/1993/iraqanfal/ANFAL3.htm). [consultado em 16/09/2010]

Amnesty International. Iraq Reports 2001 - 2004. [Em linha]. Disponível em <http://web.amnesty.org.htm>. [consultado em 30/10/2010].

**APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

### SYKES-PICOT AGREEMENT

15 & 16 May, 1916:

---

1. Sir Edward Grey to Paul Cambon, 15 May 1916

---

I shall have the honour to reply fully in a further note to your Excellency's note of the 9th instant, relative to the creation of an Arab State, but I should meanwhile be grateful if your Excellency could assure me that in those regions which, under the conditions recorded in that communication, become entirely French, or in which French interests are recognised as predominant, any existing British concessions, rights of navigation or development, and the rights and privileges of any British religious, scholastic, or medical institutions will be maintained.

His Majesty's Government are, of course, ready to give a reciprocal assurance in regard to the British area.

---

2. Sir Edward Grey to Paul Cambon, 16 May 1916

---

I have the honour to acknowledge the receipt of your Excellency's note of the 9th instant, stating that the French Government accept the limits of a future Arab State, or Confederation of States, and of those parts of Syria where French interests predominate, together with certain conditions attached thereto, such as they result from recent discussions in London and Petrograd on the subject.

I have the honour to inform your Excellency in reply that the acceptance of the whole project, as it now stands, will involve the abdication of considerable British interests, but, since His Majesty's Government recognise the advantage to the general cause of the Allies entailed in producing a more favourable internal political situation in Turkey, they are ready to accept the arrangement now arrived at, provided that the co-operation of the Arabs is secured, and that the Arabs fulfil the conditions and obtain the towns of Homs, Hama, Damascus, and Aleppo.

It is accordingly understood between the French and British Governments---

1. That France and Great Britain are prepared to recognize and protect an independent Arab State or a Confederation of Arab States in the areas (A) and (B) marked on the annexed map, under the suzerainty of an Arab chief. That in area (A) France, and in area (B) Great Britain, shall have priority of right of enterprise and local loans. That in

---

area (A) France, and in area (B) Great Britain, shall alone supply advisers or foreign functionaries at the request of the Arab State or Confederation of Arab States.

2. That in the blue area France, and in the red area Great Britain, shall be allowed to establish such direct or indirect administration or control as they desire and as they may think fit to arrange with the Arab State or Confederation of Arab States. 3. That in the brown area there shall be established an international administration, the form of which is to be decided upon after consultation with Russia, and subsequently in consultation with the other Allies, and the representatives of the Shereef of Mecca.

4. That Great Britain be accorded (1) the ports of Haifa and Acre, (2) guarantee of a given supply of water from the Tigris and Euphrates in area (A) for area (B). His Majesty's Government, on their part, undertake that they will at no time enter into negotiations for the cession of Cyprus to any third Power without the previous consent of the French Government.

5. That Alexandretta shall be a free port as regards the trade of the British Empire, and that there shall be no discrimination in port charges or facilities as regards British shipping and British goods; that there shall be freedom of transit for British goods through Alexandretta and by railway through the blue area, whether those goods are intended for or originate in the red area, or (B) area, or area (A); and there shall be no discrimination, direct or indirect against British goods on any railway or against British goods or ships at any port serving the areas mentioned.

That Haifa shall be a free port as regards the trade of France, her dominions and protectorates, and there shall be no discrimination in port charges or facilities as regards French shipping and French goods. There shall be freedom of transit for French goods through Haifa and by the British railway through the brown area, whether those goods are intended for or originate in the blue area, area (A), or area (B), and there shall be no discrimination, direct or indirect, against French goods on any railway, or against French goods or ships at any port serving the areas mentioned.

6. That in area (A) the Baghdad Railway shall not be extended southwards beyond Mosul, and in area (B) northwards beyond Samarra, until a railway connecting Baghdad with Aleppo via the Euphrates Valley has been completed, and then only with the concurrence of the two Governments.

7. That Great Britain has the right to build, administer, and be sole owner of a railway connecting Haifa with area (B), and shall have a perpetual right to transport troops along such a line at all times.

It is to be understood by both Governments that this railway is to facilitate the connexion of Baghdad with Haifa by rail, and it is further understood that, if the engineering difficulties and expense entailed by keeping this connecting line in the brown area only make the project unfeasible, that the French Government shall be prepared to consider that the line in question may also traverse the polygon Baniyas-Keis Marib-Salkhab Tell Otsda-Mesmie before reaching area (B).

8. For a period of twenty years the existing Turkish customs tariff shall remain in force throughout the whole of the blue and red areas, as well as in areas (A) and (B), and no

---

increase in the rates of duty or conversion from ad valorem to specific rates shall be made except by agreement between the two Powers.

There shall be no interior customs barriers between any of the above-mentioned areas. The customs duties leviable on goods destined for the interior shall be collected at the port of entry and handed over to the administration of the area of destination.

9. It shall be agreed that the French Government will at no time enter into any negotiations for the cession of their rights and will not cede such rights in the blue area to any third Power, except the Arab State or Confederation of Arab States without the previous agreement of His Majesty's Government, who, on their part, will give a similar undertaking to the French Government regarding the red area.

10. The British and French Governments, as the protectors of the Arab State, shall agree that they will not themselves acquire and will not consent to a third Power acquiring territorial possessions in the Arabian peninsula, nor consent to a third Power installing a naval base either on the east coast, or on the islands, of the Red Sea. This, however, shall not prevent such adjustment of the Aden frontier as may be necessary in consequence of recent Turkish aggression.

11. The negotiations with the Arabs as to the boundaries of the Arab State or Confederation of Arab States shall be continued through the same channel as heretofore on behalf of the two Powers.

12. It is agreed that measures to control the importation of arms into the Arab territories will be considered by the two Governments.

I have further the honour to state that, in order to make the agreement complete, His Majesty's Government are proposing to the Russian Government to exchange notes analogous to those exchanged by the latter and your Excellency's Government on the 26th April last. Copies of these notes will be communicated to your Excellency as soon as exchanged.

I would also venture to remind your Excellency that the conclusion of the present agreement raises, for practical consideration, the question of the claims of Italy to a share in any partition or rearrangement of Turkey in Asia, as formulated in article 9 of the agreement of the 26th April, 1915, between Italy and the Allies.

His Majesty's Government further consider that the Japanese Government should be informed of the arrangement now concluded.

Fonte: [http://www.lib.byu.edu/index.php/sikes-picot\\_agreement](http://www.lib.byu.edu/index.php/sikes-picot_agreement)

## APÊNDICE 2

### ***Wilson's Fourteen Point Plan (1918)***

GENTLEMEN OF THE CONGRESS: Once more, as repeatedly before, the spokesmen of the Central Empires have indicated their desire to discuss the objects of the war and the possible bases of a general peace. Parleys have been in progress at Brest-Litovsk between representatives of the Central Powers, to which the attention of all the belligerents has been invited for the purpose of ascertaining whether it may be possible to extend these parleys into a general conference with regard to terms of peace and settlement. The Russian representatives presented not only a perfectly definite statement of the principles upon which they would be willing to conclude peace but also an equally definite program of the concrete application of those principles. The representatives of the Central Powers, on their part, presented an outline of settlement which, if much less definite, seemed susceptible of liberal interpretation until their specific program of practical terms was added. That program proposed no concessions at all either to the sovereignty of Russia or to the preferences of the populations with whose fortunes it dealt, but meant, in a word, that the Central Empires were to keep every foot of territory their armed forces had occupied, - every province, every city, every point of vantage, - as a permanent addition to their territories and their power. It is reasonable conjecture that the general principles of settlement which they at first suggested originated with the more liberal statesmen of Germany and Austria, the men who have begun to feel the force of their own peoples' thought and purpose, while the concrete terms of actual settlement came from the military leaders who have no thought but to keep what they have got. The negotiations have been broken off. The Russian representatives were sincere and in earnest. They cannot entertain such proposals of conquest and domination.

The whole incident is full of significance. It is also full of perplexity. With whom are the Russian representatives dealing? For whom are the representatives of the Central Empires speaking? Are they speaking for the majorities of their respective parliaments or for the minority parties, that military and imperialistic minority which has so far dominated their whole policy and controlled the affairs of Turkey and of the Balkan states which have felt obliged to become their associates in this war? The Russian representatives have insisted, very justly, very wisely, and in true spirit of modern democracy, that the conferences they have been holding with the Teutonic and Turkish statesmen should be held within open, not closed, doors, and all the world has been audience, as was desired. To whom have we been listening, then? To those who speak the spirit and intention of the Resolutions of the German Reichstag of the ninth of July last, the spirit and intention of the liberal leaders and parties of Germany, or to those who resist and defy that spirit and intention and insist upon conquest and subjugation? Or are we listening, in fact, to both, unreconciled and in open and hopeless contradiction? These are very serious and pregnant questions. Upon the answer to them depends the peace of the world.

---

But, whatever the results of the parleys at Brest-Litovsk, whatever the confusions of counsel and of purpose in the utterances of the spokesmen of the Central Empires, they have again attempted to acquaint the world with their objects in the war and have again challenged their adversaries to say what their objects are and what sort of settlement they would deem just and satisfactory. There is no good reason why that challenge should not be responded to, and responded to with the utmost candor. We did not wait for it. Not once, but again and again, we have laid our whole thought and purpose before the world, not in general terms only, but each time with sufficient definition to make it clear what sort of definite terms of settlement must necessarily spring out of them. Within the last week Mr. Lloyd George has spoken with admirable candor and in admirable spirit for the people and Government of Great Britain. There is no confusion of counsel among the adversaries of the Central Powers, no uncertainty of principle, no vagueness of detail. The only secrecy of counsel, the only lack of fearless frankness, the only failure to make definite statement of the objects of the war, lies with Germany and her Allies. The issues of life and death hang upon these definitions. No statesman who has the least conception of his responsibility ought for a moment to permit himself to continue this tragical and appalling outpouring of blood and treasure unless he is sure beyond a peradventure that the objects of the vital sacrifice are part and parcel of the very life of Society and that people for whom he speaks think them right and imperative as he does.

There is, moreover, a voice calling for these definitions of principle and of purpose which is, it seems to me, more thrilling and more compelling than any of the many moving voices with which the troubled air of the world is filled. It is the voice of the Russian people. They are prostrate and all but helpless, it would seem, before the grim power of Germany, which has hitherto known no relenting and no pity. Their power, apparently, is shattered. And yet their soul is not subservient. They will not yield either in principle or in action. Their conception of what is right, of what it is humane and honorable for them to accept, has been stated with a frankness, a largeness of view, a generosity of spirit, and a universal human sympathy which must challenge the admiration of every friend of mankind; and they have refused to compound their ideals or desert others that they themselves may be safe. They call to us to say what it is that we desire, in what, if in anything, our purpose and our spirit differ from theirs; and I believe that the people of the United States would wish me to respond, with utter simplicity and frankness. Whether their present leaders believe it or not, it is our heartfelt desire and hope that some way be opened whereby we may be privileged to assist the people of Russia to attain their utmost hope of liberty and ordered peace.

It will be our wish and purpose that the processes of peace, when they are begun, shall be absolutely open and that they shall involve and permit henceforth no secret understandings of any kind. The day of conquest and aggrandizement is gone by; so is also the day of secret covenants entered into in the interest of particular governments and likely at some unlooked-for moment to upset the peace of the world. It is this happy fact, now clear to the view of every public man whose thoughts do not still linger in an age that is dead and gone, which makes it possible for every nation whose purposes are consistent with justice and the peace of the world to avow now or at any other time the objects it has in view.

We entered this war because violations of right had occurred which touched us to the quick and made the life of our own people impossible unless they were corrected and

---

the world secured once for all against their recurrence. What we demand in this war, therefore, is nothing peculiar to ourselves. It is that the world be made fit and safe to live in; and particularly that it be made safe for every peace-loving nation which, like our own, wishes to live its own life, determine its own institutions, be assured of justice and fair dealing by other peoples of the world as against force and selfish aggression. All the peoples of the world are in effect partners in this interest, and for our own part we see very clearly that unless justice be done to others it will not be done to us. The program of the world's peace, therefore, is our program; and that program, the only possible program as we see it, is this:

I. Open covenants of peace, openly arrived at, after which there shall be no private international understandings of any kind but diplomacy shall proceed always frankly and in the public view.

II. Absolute freedom of navigation upon the seas, outside territorial waters, alike in peace and in war, except as the seas may be closed in whole or in part by international action for the enforcement of international covenants.

III. The removal, so far as possible, of all economic barriers and the establishment of an equality of trade conditions among all the nations consenting to the peace and associating themselves for its maintenance.

IV. Adequate guarantees given and taken that national armaments will be reduced to the lowest point consistent with domestic safety.

V. A free, open-minded, and absolutely impartial adjustment of all colonial claims, based upon a strict observance of the principle that in determining all such questions of sovereignty the interests of the populations concerned must have equal weight with the equitable claims of the government whose title is to be determined.

VI. The evacuation of all Russian territory and such a settlement of all questions affecting Russia as will secure the best and freest cooperation of the other nations of the world in obtaining for her an unhampered and unembarrassed opportunity for the independent determination of her own political development and national policy and assure her of a sincere welcome into the society of free nations under institutions of her own choosing; and, more than a welcome, assistance also of every kind that she may need and may herself desire. The treatment accorded Russia by her sister nations in the months to come will be the acid test of their good will, of their comprehension of her needs as distinguished from their own interests, and of their intelligent and unselfish sympathy.

VII. Belgium, the whole world will agree, must be evacuated and restored, without any attempt to limit the sovereignty which she enjoys in common with all other free nations. No other single act will serve as this will serve to restore confidence among the nations in the laws which they have themselves set and determined for the government of their relations with one another. Without this healing act the whole structure and validity of international law is forever impaired.

VIII. All French territory should be freed and the invaded portions restored, and the wrong done to France by Prussia in 1871 in the matter of Alsace-Lorraine, which has

---

unsettled the peace of the world for nearly fifty years, should be righted, in order that peace may once more be made secure in the interest of all.

IX. A readjustment of the frontiers of Italy should be effected along clearly recognizable lines of nationality.

X. The peoples of Austria-Hungary, whose place among the nations we wish to see safeguarded and assured, should be accorded the freest opportunity of autonomous development.

XI. Rumania, Serbia, and Montenegro should be evacuated; occupied territories restored; Serbia accorded free and secure access to the sea; and the relations of the several Balkan states to one another determined by friendly counsel along historically established lines of allegiance and nationality; and international guarantees of the political and economic independence and territorial integrity of the several Balkan states should be entered into.

XII. The Turkish portions of the present Ottoman Empire should be assured a secure sovereignty, but the other nationalities which are now under the Turkish rule should be assured an undoubted security of life and an absolutely unmolested opportunity of autonomous development, and the Dardanelles should be permanently opened as a free passage to the ships and commerce of all nations under international guarantees.

XIII. An independent Polish state should be erected which should include the territories inhabited by indisputably Polish populations, which should be assured a free and secure access to the sea, and whose political and economic independence and territorial integrity should be guaranteed by international covenant.

XIV. A general association of nations must be formed under specific covenants for the purpose of affording mutual guarantees of political independence and territorial integrity to great and small states alike.

In regard to these essential rectifications of wrong and assertions of right we feel ourselves to be intimate partners of all the governments and peoples associated together against the Imperialists. We cannot be separated in interest or divided in purpose. We stand together until the end.

For such arrangements and covenants we are willing to fight and to continue to fight until they are achieved; but only because we wish the right to prevail and desire a just and stable peace such as can be secured only by removing the chief provocations to war, which this program does remove. We have no jealousy of German greatness, and there is nothing in this program that impairs it. We grudge her no achievement or distinction of learning or of pacific enterprise such as have made her record very bright and very enviable. We do not wish to injure her or to block in any way her legitimate influence or power. We do not wish to fight her either with arms or with hostile arrangements of trade if she is willing to associate herself with us and the other peace-loving nations of the world in covenants of justice and law and fair dealing. We wish her only to accept a place of equality among the peoples of the world, - the new world in which we now live, - instead of a place of mastery.

## O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação.

### Contexto e Desafios.

---

Neither do we presume to suggest to her any alteration or modification of her institutions. But it is necessary, we must frankly say, and necessary as a preliminary to any intelligent dealings with her on our part, that we should know whom her spokesmen speak for when they speak to us, whether for the Reichstag majority or for the military party and the men whose creed is imperial domination.

We have spoken now, surely, in terms too concrete to admit of any further doubt or question. An evident principle runs through the whole program I have outlined. It is the principle of Justice to all peoples and nationalities, and their right to live on equal terms of liberty and safety with one another, whether they be strong or weak. Unless this principle be made its foundation no part of the structure of international justice can stand. The people of the United States could act upon no other principle; and to the vindication of this principle they are ready to devote their lives, their honor, and everything that they possess. The moral climax of this the culminating and final war for human liberty has come, and they are ready to put their own strength, their own highest purpose, their own integrity and devotion to the test.

Wilson's address to a joint session of Congress, January 8, 1918.

Fonte: <http://www.historyguide.org/europe/14points.html>

### APÊNDICE 3

UN Security Council Resolution 688 (1991)

Adopted by the Security Council at its 2982nd meeting on 5 April 1991

**The Security Council,**

Mindful of its duties and its responsibilities under the Charter of the United Nations for the maintenance of international peace and security,  
Recalling of Article 2, paragraph 7, of the Charter of the United Nations,  
Gravely concerned by the repression of the Iraqi civilian population in many parts of Iraq, including most recently in Kurdish populated areas, which led to a massive flow of refugees towards and across international frontiers and to cross-border incursions, which threaten international peace and security in the region,

Deeply disturbed by the magnitude of the human suffering involved,  
Taking note of the letters sent by the representatives of Turkey and France to the United Nations dated 2 April 1991 and 4 April 1991, respectively (S/22435 and S/22442),

Taking note also of the letters sent by the Permanent Representative of the Islamic Republic of Iran to the United Nations dated 3 and 4 April 1991, respectively (S/22436 and S/22447),

Reaffirming the commitment of all Member States to the sovereignty, territorial integrity and political independence of Iraq and of all States in the area,

Bearing in mind the Secretary-General's report of 20 March 1991 (S/22366),

1. Condemns the repression of the Iraqi civilian population in many parts of Iraq, including most recently in Kurdish populated areas, the consequences of which threaten international peace and security in the region;

2. Demands that Iraq, as a contribution to remove the threat to international peace and security in the region, immediately end this repression and express the hope in the same context that an open dialogue will take place to ensure that the human and political rights of all Iraqi citizens are respected;

3. Insists that Iraq allow immediate access by international humanitarian organizations to all those in need of assistance in all parts of Iraq and to make available all necessary facilities for their operations;

4. Requests the Secretary-General to pursue his humanitarian efforts in Iraq and to report forthwith, if appropriate on the basis of a further mission to the region, on the plight of the Iraqi civilian population, and in particular the Kurdish population, suffering from the repression in all its forms inflicted by the Iraqi authorities;

5. Requests further the Secretary-General to use all the resources at his disposal, including those of the relevant United Nations agencies, to address urgently the critical needs of the refugees and displaced Iraqi population;
6. Appeals to all Member States and to all humanitarian organizations to contribute to these humanitarian relief efforts;
7. Demands that Iraq cooperate with the Secretary-General to these ends;
8. Decides to remain seized of the matter.

## APÊNDICE 4

### Kurdistan National Assembly Elections Law – Iraq (KNA)<sup>100</sup>

#### No. 1 for the year 1992

#### CONSOLIDATED AMENDMENTS

##### **Article One:** <sup>101</sup>

The Iraqi Kurdistan National Assembly (KNA) constitutes of (111) members.

##### **Article Two:**

Elections take place through direct secret voting.

##### **Article Three:**

The member of the assembly represents the people of Iraqi Kurdistan.

##### **Article Four:** <sup>102</sup>

1. It is prohibited to combine between the membership of the assembly and a general occupation, and that the employee is considered resigned from the day he gives oath in front of the assembly and he should inform the Assembly secretary about his employment status.

---

<sup>100</sup> The name (KNA- Iraq) is replaced with (Kurdistan Parliament-Iraq KIP) stated in the amended Law no. 1 for 1992 and laws in force in the region according to article 1 of law (2) for 2009, Fourth Amendment of Kurdistan National Council Elections Law valid from 25/03/2009 which states the following:

##### Article One:

First: The name (KNA- Iraq) is replaced with (Kurdistan Parliament-Iraq KIP) stated in the amended Law no. 1 for 1992 and laws in force in the region.

Second: All terminologies and expressions stated in this law and ones in force in the region are amended to correspond with the amendment in paragraph (first) above.

<sup>101</sup> Amended in article 1 of law no. (Forty Seven) for 2004, third amendment for law no. (1) for 1992, and was effective as of 21/11/2004 and published in the official newspaper of Kurdistan in article 53 on 19/12/2004. Original text read: The Iraqi Kurdistan national assembly (KNA) constitutes of members that are no less than (100) members, meaning one representative for every 30 thousand people.

<sup>102</sup> Amended in article 1 of law no. (Five) for 1998, second amendment of law no. (1) for 1992. Original article read: 1. It is prohibited to combine between the membership of the assembly and a general occupation, and that the employee is considered resigned from the day he gives oath in front of the assembly. 2. It is prohibited to combine between the membership of this assembly and the other elected assemblies. 3. It is prohibited for heads of administrative units and the officers of the internal security forces to nominate themselves as members of the assembly unless they resign from their posts. 4. It is prohibited for the member of the assembly to have contracts with the government on his own or through someone else during his membership, and he does not have the right to use his membership for personal benefit.

- 
2. It is prohibited to combine between the membership of this assembly and the other elected assemblies relating to government bodies: The member should choose between one of these councils during eight days starting from the date the election results are announced. If he does not do that, it will be considered that he chose membership in the Kurdistan National Assembly and the council will be notified.

**Article Five:**<sup>103</sup>

All assembly members should be solely devoted to the Assembly and partisan assignments and activities, unions, public organizations as professional posts do not contradict with the purposes of this law.

---

<sup>103</sup> Amended in article 4 of law no. (Five) for 1998, second amendment for law no. (1) of 1992. Original article read: All the members of the assembly must be totally committed to this.

## Chapter two

### Electing the assembly

#### Section one - Electoral Commissions

##### **Article Six:**<sup>104</sup>

1. An independent higher commission to be enacted to supervise the elections in Kurdistan, and to administer the electoral operations. It will be responsible for preparing Voter Lists (VLs), updating PCs and issuing instructions necessary to facilitate the electoral process, and to assign heads and members of electoral committees.

##### 2.<sup>105</sup>

First: IHEC will replace KREC in KRPE wherever it occurs in this law, to supervise the third parliamentary elections and administer them according to paragraph 4 of article 2 of IHEC law 11/2007.

Second: IHEC will enforce its regulations on KRPE if they do not conflict with the provisions of this law.

Third: IHEC will review objections and disputes arising during the preparations and conduct of the elections.

Fourth: Judicial committee will be formed in the Kurdistan Court of Cassation composed of three judges to adjudicate on challenges referred to it by KREO or individuals or PE who have been damaged by IHEC decisions. Their decisions are final.

##### **Article Seven:**<sup>106</sup>

The Independent high commission supervising elections within the KNA determines the methods for supervising the elections through administrative units and forming of electoral committees.

---

<sup>104</sup> Amended in article 2 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. The current text of Article 6 ‘repeated’ was added according to article 7 in the fourth amendment of law no. (2) for 2009 on 25/03/2009. Original text read: Establishing a higher commission by a resolution from the Kurdistan front to supervise the elections in Iraqi Kurdistan which will be lead by a first or second grade judge and the membership of the attorney general in the appellate or his deputy, in addition to the representatives of the front and a representative of the administration, that has the following responsibilities: 1. Specifying the electoral areas, 2. Establishing supervisory committees for the electoral areas to supervise elections, 3. Issuing regulations that simplify the electoral process and to assign the time and manner of electing the chairmen and members of the electoral committees.

<sup>105</sup> The current text of Article 6 repeated was added according to article 7 in the fourth amendment of law no. (2) for 2009 on 25/03/2009.

<sup>106</sup> Amended in article 3 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: establishing committees for the electoral area lead by a judge and representatives for the front and administrates, which will establish the committees for the electoral centres.

---

**Article Eight:**

The committee of the PC is made up of a chairman judge or attorney general or a juror and a representative of each electoral roster.

**Article Nine:**<sup>107</sup>

Kurdistan region of Iraq is considered as one election area divided into electoral centers.

**Article Ten:**<sup>108</sup>

The citizens of Kurdistan, who reside outside their Region, have the right to participate in KRPE.

**Article Eleven:**

Supplementary elections for assembly membership are conducted according to the regulations stated in this law in Iraqi Kurdistan areas where it is difficult to conduct elections at the moment.

**Article Twelve:**<sup>109</sup>

The election date will be determined by a resolution of the President of the Region within 15 days from the date of expiration of the term of the Assembly or from a decision from the Assembly dissolving itself. It will be published in the media for the public at least one month before the Election date.

**Article Thirteen:**

Voting takes place on one day in all parts of Iraqi Kurdistan.

**Article Fourteen: Cancelled**<sup>110</sup>

**Article Fifteen:**<sup>111</sup>

1. Voter Register<sup>112</sup> should be prepared to Kurdistan region that contain the names of voters according to Polling Stations, and arranged alphabetically. Their occupations,

---

<sup>107</sup> Amended in article 4 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: Iraqi Kurdistan is divided into electoral areas and no less than four areas.

<sup>108</sup> Deleted in article 5 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: each electoral area is divided into several electoral centres which are determined by a memorandum from the area's committee. Above text inserted through article 10 of law no (2) of 2009, fourth amendment of law no (1) of 1992.

<sup>109</sup> Amended in article 6 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: The time of the elections is determined by a decision from the Kurdish front and it will be published in the media for the public before the determined time of elections by no less than a month.

<sup>110</sup> Amended in article 2 of law no. (2) for 2009, fourth amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: When the time limit of the assembly is up or the assembly is dismantled a resolution will be put be the chief executive within fifteen days of the end of that limit or dismantlement which will include the determined time for the elections of the new assembly in accordance to the regulations in article twelve of this law.

<sup>111</sup> Amended in article 7 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992.

---

addresses, date and place of birth should be mentioned, and if that is not possible then the High Electoral Body must find another way to accomplish this goal.

2 "Voter Register (VR)" replaces the phrase "Electoral Lists" wherever it occurs.

**Article Sixteen:**<sup>113</sup>

The High Electoral Body is responsible for distributing voter lists to Polling Stations in the region to be announced to the public, on special boards prepared for that purpose, at least fifteen days before the determined voting day, after stamping it with the seal of the High Electoral Body and fixing the announcement date taking into consideration what is stated in article (15) of this law.

**Article Seventeen:**

The Civil Status Department will provide each person who is eighteen years old or over with a voter's card according to a process put by the higher commission that regulates its form and characteristics through a document and the voter must provide proof of identification when voting.

**Article Eighteen:**<sup>114</sup>

1. Anyone who is eligible to vote but was not listed in the VR can request adding his name, and any voter can request adding any person's name that was not listed in VR or was deleted without the right to do so, within 10 days of announcing VR.
2. The request will be submitted to the High Electoral body along with the opinion of the competent electoral centre and the High Electoral Body will adjudicate the matter in a period not exceeding three days from the date of submission.

**Article Nineteen:**

Any Kurdish citizen, male or female, can be a voter or a candidate if they meet the conditions mentioned in this law.

**Article Twenty:**

The voter must be a citizen of Iraqi Kurdistan and has completed eighteen years of age.

**Article Twenty One:**<sup>115</sup>

---

<sup>112</sup> Article 15 repeated was added according to article 9 of law no. (2) for 2009 on 25/03/2009, fourth amendment of law no. (1) for 1992. "Voter Register (VR)" replaces the phrase "Electoral Lists" wherever it occurs.

<sup>113</sup> Amended in article 8 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: The area committee is responsible for distributing the rosters to its centres so that they will be announced to the public on special boards put for that reason at least 15 days before the determined voting day after stamping it with the area committee stamp and the fixation of the announcement date, taking into consideration what was mentioned in article 15.

<sup>114</sup> Second paragraph of this article was amended in article 9 of law no. (47) for 2004, third amendment for law no. (1) for 1992. Original text read: The request will be submitted to the area's committee so it can give a verdict on it within three days of submitting the request and this verdict will be final.

Candidates for assembly membership must be:

1. A citizen and living in Iraqi Kurdistan.
2. Fully eligible and has reached twenty five years of age.
3. Must be able to fluently read and write.
4. Must not be convicted of any crime concerning general behavior and integrity.
5. Must not be convicted or imprisoned because of murder or theft.
6. Must not have participated in the crimes that were planned and executed by the suppressive authorities in Kurdistan.

### **Section six Nomination**

#### **Article Twenty Two:**<sup>116</sup>

1. Each political entity in Kurdistan- Iraq has to submit a separate list of their candidates in Kurdistan Iraq; women should not be less than 30%. Candidate names should be arranged in a way that guarantees the representation of the required percentage of women in parliament, and each list must have 3 candidates as a minimum.
2. Candidate Lists will be submitted within ten days of the announcement of the elections, to the chairman of the higher commission with the needed documents that are mentioned in article twenty one of this law.

#### **Article Twenty Three:**<sup>117</sup>

1. The higher commission must adjudicate on the request within twenty four hours of submitting the request, and it will inform the candidate and the list representative of its decision within two days.
2. The candidate can appeal the High Electoral Body's decision at the court of cassation of Kurdistan within two days of being informed of the decision.
3. Kurdistan court of cassation adjudicates its final decision concerning the appeal within two days.
4. The stakeholders are considered informed of the decisions mentioned above as from the announcement date on the special board of the appropriate authority.
5. The higher commission announces Candidate Lists through media, and will be displayed on a special board made for this purpose, which is placed in each Polling Centre within the electoral area at least twelve days before election day.

### **Section seven**

---

<sup>115</sup> Second paragraph of this article was amended in article 3 of 4<sup>th</sup> amended law no. (2) for 2009, on 25/03/2009. Original text read: Fully eligible and has reached thirty years of age.

<sup>116</sup> First paragraph of this article was amended in article 10 of law no. (47) for 2004, third amendment of law (1) for 1992. The first paragraph became as is according to article 4 of 4<sup>th</sup> amendment law no. (2) for 2009 on 25/03/2009.

<sup>117</sup> Paragraphs (2 & 3) of this article were amended in article 11 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: 2. The nominee can appeal the higher commission's decision in the Kurdish appellate court within two days of being informed of the decision. 3. The appellate court gives its final verdict concerning the appeal within two days.

---

---

## Electoral propaganda

### **Article Twenty Four:**<sup>118</sup>

Electoral campaigning is free within the framework of the law, public order and ethics, and the High Electoral Body must provide equal opportunity between the competing lists.

### **Article Twenty Five:**

Electoral propaganda starts the next day of the announcement of the rosters of nominee and ends forty eight hours before the start of the voting process.

## Section eight Voting

### **Article Twenty Six:**

The chairman of the electoral center committee and its members with the exception of the judges and the attorney generals take an oath before performing their duties for the area's committee and that the oath should be as follows:

(I swear by the holly God to do my job with truthfulness sincerity and neutrality)

### **Article Twenty Seven:**

The higher commission gives out instructions that specify the form and size of the bottle boxes and the way they are opened and closed.

### **Article Twenty Eight:**<sup>119</sup>

The High Electoral Body will print the ballots and prepare the ballot boxes.

### **Article Twenty Nine:**

1. Choosing one of the rosters must be done by writing on the voting cards, and that the characteristics of the card and the way it is fitted is determined by a memorandum issued by the higher commission.
2. Voters that cannot read or write can get help from some one else to help them fill out a voting card.
3. Substitution is not allowed in voting.

---

<sup>118</sup> Amended in article 12 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: Electoral publicity is free within the limits of the law, general systems and ethics and that the Kurdish front must provide equal opportunity between the competing rosters.

<sup>119</sup> Amended in article 13 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: The area committee will print out the voting cards and prepare the boxes according to the regulations of the higher commission.

**Article Thirty:**

The committee's chairman of the electoral center is responsible for maintaining order in his corner and then he has the right to take any suitable action to ensure the continuation of the voting procedures and that internal security forces and any armed personnel are not allowed to enter the voting centers but can enter upon a request from the chairman of the committee.

**Article Thirty One:**

The central committee gives a verdict for every complaint forwarded to it regarding the costing procedures which will be fixed in a special journal.

**Article Thirty Two:**

The voting process starts at eight in the morning and ends at eight in the evening and that the higher commission can set other times that do not exceed the specified voting hours.

**Article Thirty Three:**

When the specified voting time is up the center's chairman of the committee announces the end of the voting process and then he puts that down in the voting journal then the boxes are opened and the ballots are openly counted with the presence of the representatives of the competing rosters.

**Article Thirty Four:**

The following voting cards are considered invalid:

1. The voting card that does not have the stamp of the center's committee.
2. The voting card that does not have a sign indicating to one of the competing rosters or that causes contradiction in choosing one of the rosters.

**Article Thirty Five:**<sup>120</sup>

Polling Centre committees prepare signed statements of voting results, and attach all related electoral documents, and place them in a closed and sealed envelope stamped by their stamp to be sent to High Electoral Body.

**Article Thirty Six:**<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup> Amended in article 14 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: 1. The centres's committee prepares and signs statements regarding the voting results which will be placed inside an enclosed envelope and stamped by its stamp and then put away at the area's committee. 2. The area's committee prepares a signed statement with its signature and stamp and then put at the Higher commission after collecting the results and documents from the centres.

<sup>121</sup> Paragraph (3) in amended in article 16 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Subsequently Article (36) repeated was added according to article 8 of law no. (2) for 2009 on 25/03/2009. there is no indication on the part of the legislature that the other provisions in the article paras 1, 2, and 4 are to be changed. Original text read: Any roster that did not have 7% vote or more will not be

Paragraph 1.

1. The total amount of votes is divided on the number of seats to obtain the voting average.
2. The votes obtained by each roster is divided on the voting average to calculate the number of seals won by the intended roster while taking into consideration what is mentioned in the own points below.
3. If a party within the group who competes for a component seat be it Turkmen, Chaldean, Assyrian Armenian, Arab does not reach the electoral divider, the party from that component with the highest number of votes will get one seat.
4. The vacant seats are given to the rosters that have the biggest remainders successively.

Paragraph 2.

**First:** five seats will be allocated to Chaldean, Syrian, Assyrians to be contested by the candidates of that component.

**Second:** Five seats are to be allocated for Turkmen, contested by candidates of that component.

**Third:** One seat is allocated for Armenians, contested by the candidates of that component.

**Fourth:** Candidates of each component are elected by voters of their components.

**Article Thirty Seven:** <sup>122</sup>

1. The higher commission will announce the percentage each roster got and the number of seats awarded.
2. Higher Electoral Body will announce the names of winners for the membership of KNA after allocating the seats gained by each winning list, according to the priority of candidate ranking in the list, and the vacant seats go to the names in the list according to their order in the list, and no seat shall be withdrawn from any name in the list for any reason.
3. The higher commission announces the names of the winners that will be members of the Iraqi Kurdistan rational assembly.

**Article Thirty Eight:**

The higher commission has the authority to the annulment of the votes in any voting center if there was proof of fraud or deception that can affect the outcome of the elections.

---

represented in the council and its votes will be distributed among the winning rosters according to their percentages.

<sup>122</sup> Paragraph (2) was amended in article 16 of law no. (47) for 2004, third amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: The entity of the winning roster will have the right to choose the winners between their candidates by following one of these methods: A- in order, B- selectively, C- by lot.

**Chapter three**  
**Membership in the assembly**

**Section one**  
**Immunity and incentives**

**Article Thirty Nine:**

The member is not asked about his personal point of view or any facts that he may state during his work in the council.

**Article Forty:**

1. It is not permitted to pursue or detain any of the members because of a crime during session periods without the approval of the assembly with the exception of being caught while performing a criminal act.
2. It is not permitted to pursue or detain any of the members because of a crime not during session without the approval of the chairman of the assembly with the exception of being caught while performing a criminal act.

**Article Forty One:**

The chairman of the assembly his deputy the secretary and members receive monthly incentives which are determined by the assembly.

**Article Forty Two:**

1. The member's service in the assembly is accounted for in allowances promotion and retirement.
2. If one of the assembly members deceases because of serving the assembly or because of working in it then a pension will be awarded for the family of the deceased which will be determined by the assembly.

**Section two**  
**End of membership**

**Article Forty Three:**

Membership in the assembly ends in one of the following circumstances:

1. The assembly has reached the end of its term or is dismantled.
2. The resignation of a member and is approved from the date it is accepted by the majority of the assembly.
3. The absence of one of he conditions to nominate for the assembly have the assembly gives a decision by the majority of three quarters of the attendees.
4. The absence of a member for three centimes sessions with no suitable justifications.
5. The decease of a member.

**Article Forty Four: Cancelled**<sup>123</sup>

**Chapter four**  
**Work procedures in the assembly**

**Article Forty Five:**

The assembly is held in Erbil and it is possible to hold it anywhere else chosen by the assembly – if needed.

**Article Forty Six:**<sup>124</sup>

KIP will hold its first session within ten days after the regional decree summons. In case there was no summons, KIP should convene automatically the next day after the period ends.

**Article Forty Seven:**

The assembly holds its first session which will be headed by the eldest members and then the members will take the following vow:

(I swear by the holy God to safeguard the unity of the people and land of Iraqi Kurdistan and its higher interest)

**Article Forty Eight:**

The assembly votes in its first session and through secret ballots a chairman a deputy and a secretary and they must have the majority votes of the assembly members.

**Article Forty Nine:**<sup>125</sup>

First: During its first session, KIP will set a timetable for its sessions not to be less than two sessions during the year.

Second: KIP President, or not less than one third of its members, may summon parliament for an extraordinary session. The meeting should cover the issues specified in the summons.

---

<sup>123</sup> As amended by article 1 of law no. (4) for 1994, first Amendment of Law no. (1) for 1992. Cancelled in article 17 of law no (47) of 2004 third Amendment of Law no (1) of 1992 Original article was: (In case any seat becomes vacant, another candidate from the same list can replace the previous candidate, he will be assigned by the list stakeholders according to paragraph (2) of article thirty seven of this law).

<sup>124</sup> Article 46 was amended according to article 5 of fourth amendment on 25/03/2009. Original text read: The council holds its first session at 10 o'clock of the tenth day of announcing the voting results.

<sup>125</sup> Article 49 was amended according to article 6 of law no (2) of 2009, the fourth amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: 1. The assembly determines in its first session the dates for holding its meetings which should not be less than twice a year. 2. The chairman of the assembly or a quarter of its members can call for the assembly to meet in a special session and that they will discuss that specific matter in that session. 3. The chairman of the assembly can call for a meeting in a special session according to a request from the chairman of the executive authority when necessary.

---

---

Third: The president may summon parliament for an extraordinary session based on a request by the president of the region or the Prime Minister.

Fourth: The session for discussion of region budget will not be adjourned until the budget is approved.

**Article Fifty:** <sup>126</sup>

1. The assembly session is illegal unless the majority of members required are present; the assembly makes its decisions with the total majority of the attendees except for cases that require a special majority according to the law and when votes are equal, the President then has the casting vote.
2. Voting takes place on legislating laws subject after subject.

**Article Fifty One:** <sup>127</sup>

The tenure of the Assembly is four years starting from the first session and ends with the last session on the fourth year.

**Article Fifty Two:**

The assembly's sessions are public and can be secret upon a request from the chairman of the assembly or a request from not less than a quarter of its members and the approval of the assembly with the majority of the attendees.

**Article Fifty Three:**

The executive authority of the assembly or ten of the members can suggest legislating laws, and that no law legislation can be discussed before being looked at by the specialized committee and every legislation that is denied by the assembly will not be forwarded to the assembly during the same session.

**Article Fifty Four:**

1. Every member of the assembly can ask questions according to their internal system to the executive authority members regarding the subjects that are within their duties and authority and that they must answer the questions within seven days of being informed of them and discussing the issues of these questions in the assembly is done when needed.

---

<sup>126</sup> Paragraph (1) of the article was amended according to article 2 of law no. (5) for 1998, second amendment of law no. (1) for 1992. Original text read: 1. The assembly session is illegal unless the majority of members attend the session and that the assembly makes its decisions with the total majority of the attendees which is different from a special majority, and when the opinions are equal the chairman has the right to give a vote to one side to outweigh another. 2. Voting takes place on legislating laws subject after subject.

<sup>127</sup> The article was amended according to article 3 of law no. (5) for 1998 second amendment for above law. Original article read: The assembly's period is three years that starts from the first session and ends with the last session on the third year.

- 
2. Quarter of the number of the assembly members can forward a justified request to have a vote of no confidence on the executive authority or on one of its members, and that the assembly will not discuss this request until seven days have passed on its submission and then they will vote on it after two days of discussing the matter.
  3. if the assembly decides to have a vote of no confidence on the executive authority or its chairman then the executive authority must submit its resignation immediately.

**Article Fifty Five:**

The chairman of the assembly or his deputy will take charge of keeping order in the assembly.

**Chapter five**  
**Duties and authorities of the assembly**

**Article Fifty Six:**

The assembly practices the following duties and authorities

1. Legislating laws.
2. Making agreements and resolution concerning decisive issues for the people of Iraqi Kurdistan.
3. Designating a chairman for the executive authority who has the authority to chose the members of the executive authority from the members of the assembly or others.
4. A warding confidence or taking it away from the executive authority.
5. Assigning a general budget and development strategies.
6. Overlooking on the work of the executive authority.
7. Establishing commences to investigate any aspects that need to be investigated.
8. Laying the internal system specifying its staff putting its budget and employing employees.
9. Establishing fulltime and par time committees from its members in accordance to the internal system.
10. Putting regulations for accusing and prosecuting its members in causes where they dishonor the oath they took.
11. Giving verdicts in matters concerning appeals regarding the accuracy of electing its members and the membership will not be terminated unless there is decision from the majority of low thirds of the attendees.

**Chapter six:**  
**Electoral crimes**

**Article Fifty Seven:**

The punishment of imprisonment for the following:

1. Who ever used money to allure voters or used any methods of frond or violence to elect someone or to deprive any one from getting elected.
2. Stealing of the voting box or forcing it open or destroying and doing similar acts to the voting cards or performing any criminal act regarding this will be dealt with according to the penalty law.
3. Registered their name twice in the voting rosters intentionally.
4. Gave their vote twice.
5. Voting against the wishes of those voters who require assistance.
6. Preventing a voter from voting in any manner.
7. Preventing the elections or disturbing it.
8. Forgery while sorting the votes.
9. Breaking the regulation regarding the electoral publicity.

**Chapter seven**  
**Other provisions**

**Added Article:** <sup>128</sup>

IHEC will replace (KHNA- Iraq) stated in this Law to supervise and administer the second elections.

**Added article according to article 11 of law no.(2)for 2009 on 25/03/2009:**<sup>129</sup>

The voting process of the Army, Peshmerga, Internal Security officers in addition to hospital staff and patients, and prisoners, are held in polling centers determined by IHEC, and in coordination with related ministries, and the process is held 48 hours before the elections

**Article Fifty Eight:**

It is prohibited for any armed man or armed force to enter the assembly or to establish a fixed location near its gate only if requested by its chairman.

**Article Fifty Nine:**

No appeals of the time of the elections are heard after three months of its end.

**Article Sixty:**

The decrees issued by the assembly are published in a special newspaper put by the assembly and it will be effective from the first day of publication if no other date is determined for that purpose.

**Article Sixty One:**

The law is effective from the day it is published in Front Kurdish newspaper.

Fonte:

[http://www.uniraq.org/documents/ElectoralMaterial/030509/Law\\_No\\_1\\_of\\_1992\\_KNA\\_Electoral\\_Law\\_Inclusive\\_of\\_Amendments\\_English.pdf](http://www.uniraq.org/documents/ElectoralMaterial/030509/Law_No_1_of_1992_KNA_Electoral_Law_Inclusive_of_Amendments_English.pdf)

---

<sup>128</sup> This article was added to chapter seven of "other provisions" according to article 18 of law no. (47) for 2004 third amendment of law no. (1) for 1992, and according to article nineteen of the law any text which conflicts with the provisions of this law will not be implemented, according to article twenty CoM has to implement it, and according to article twenty one the law was implemented as from issuing date on 21/11/2004. It was published in the daily newspaper "Kurdistan Events" in article 53 on 19/12/2004. Article 18 added was amended in article 7 of law no. (2) for 2009 issued on 25/03/2009, and it replaced the previous amendment and was implemented as of 25/03/2009. (Please note article six repeated of 4<sup>th</sup> amendment of law no. (2) for 2009 on 25/03/2009).

<sup>129</sup> Article 11 was added to the law according to 4<sup>th</sup> amendment law no. (2) for 2009 on 25/03/2009

**ANEXOS**

**ANEXO 1**

<b>AUTORES</b> <b>PAÍSES</b>	Ghassemlou (1965) <sup>130</sup>	Short and McDermott (1977) <sup>131</sup>	Bruinnessen (1978) <sup>132</sup>	More (1984) <sup>133</sup>	McDowall (1992) <sup>134</sup>	Randal (1998) <sup>135</sup>	Yldiz (2007) <sup>136</sup>
TURQUIA	4,900,000 (18%)	5,600,000	7,500,000 (19%)	10,000,000 (24%)	10,800,000 (19%)	13,000,000 (20%)	15,000,000 (20%)
IRAQUE	3,300,000 (22%)	3,400,000	2,500,000 (23%)	3,000,000 (27%)	4,100,000 (23%)	4,200,000 (23%)	4,000,000 (25%)
IRÃO	1,550,000 (16%)	2,025,000	3,500,000 (10%)	6,000,000 (16%)	5,500,000 (10%)	6,500,000 (10%)	7,000,000 (15%)
SÍRIA	400,000 (10%)		500,000 (8,5%)	800,000 (9%)	1,000,000 (8%)	1,000,000 (9%)	1,000,000 (9%)
OUTROS	259,000	165,000	100,000		1,200,000	300,000	275,000
TOTAL	10,409,000	11,630,000	14,100,000	19,800,000	22,600,000	25,000,000	27,275,000

<sup>130</sup> Ghassemlou, A. (1965). *Kurdistan and the Kurds*. Londres e Praga. Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, Prague/Collet's Publishers.

<sup>131</sup> Short, M and McDermott A. (1977). *The Kurds*. Londres, Minority Rights Publications.

<sup>132</sup> Bruinnessen, M. (1992). *Agha, Shaikh and State: the social and political Structure of Kurdistan*. Londres, Zed Books.

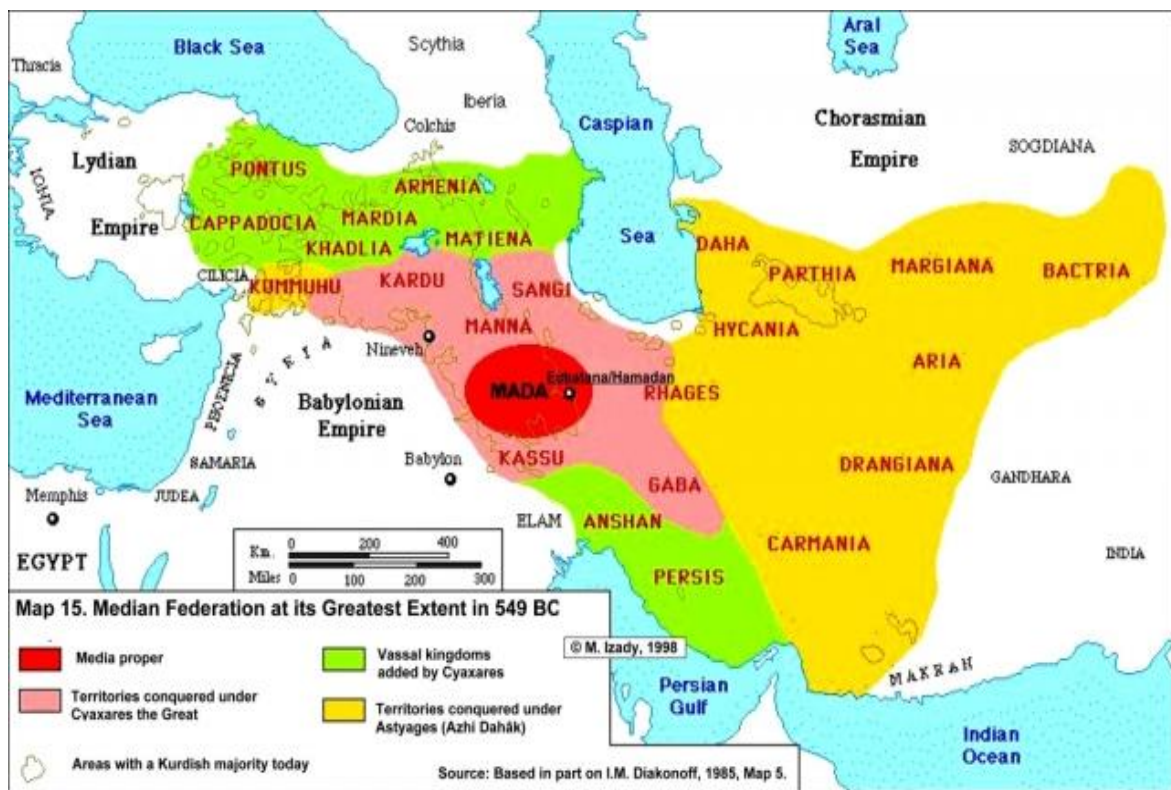
<sup>133</sup> More, C. (1984). *Les Kurdes aujourd'hui: Mouvement National et Partis Politiques*. Paris, Editions L'Harmattan.

<sup>134</sup> McDowall, D. (1992). *The Kurds a nation denied*. Londres. Minority Rights Publications.

<sup>135</sup> Randal, J. (1998). *Kurdistan, after such knowledge, what forgiveness?* Londres, Bloomsbury Publishing.

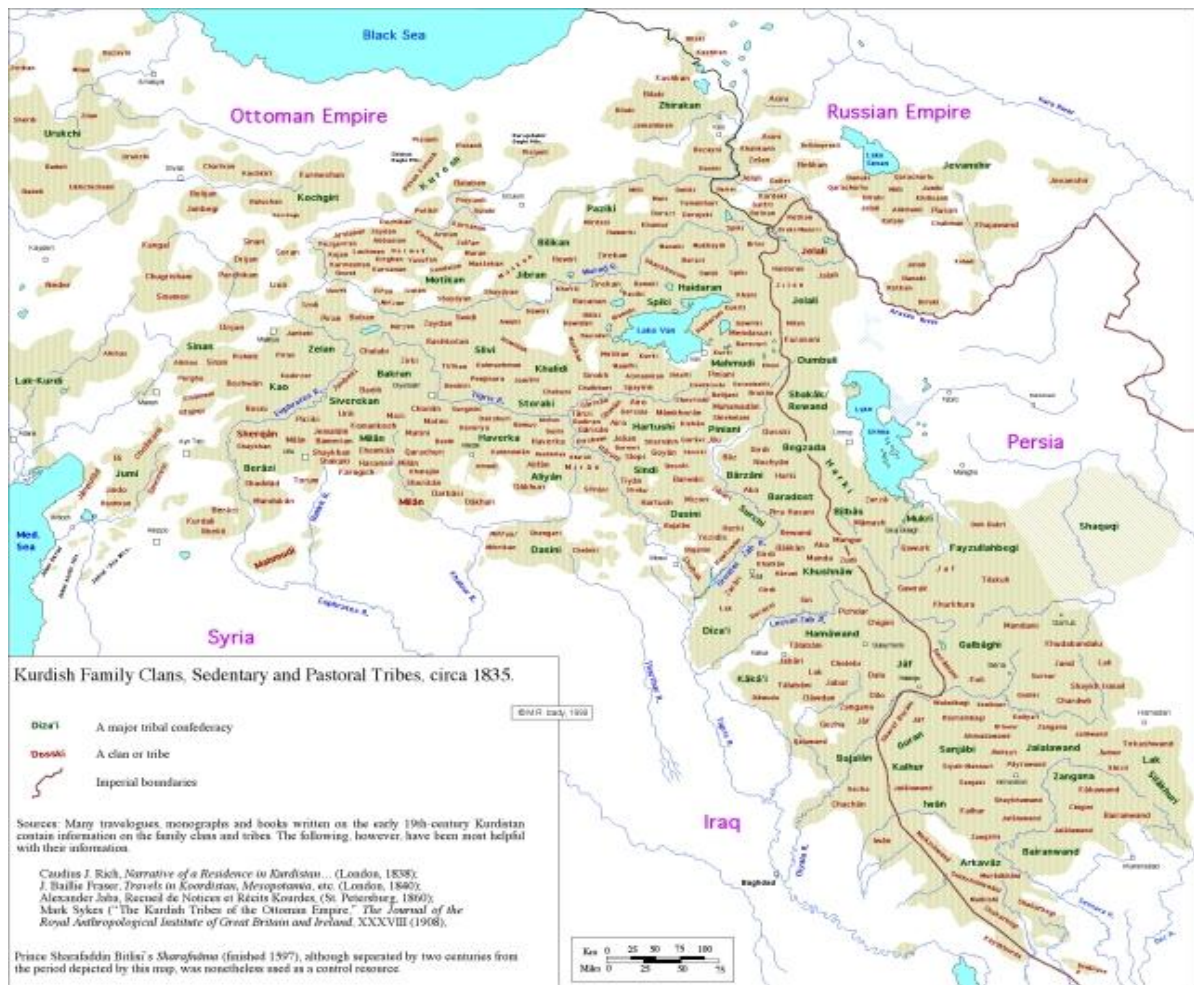
<sup>136</sup> Yldiz, K. (2007). *The Kurds in Iraq*. Londres, Pluto Press.

ANEXO 2



[http://www.institutkurde.org/en/kurdorama/map\\_of\\_kurdistan.php](http://www.institutkurde.org/en/kurdorama/map_of_kurdistan.php)

ANEXO 3



Fonte: [http://www.institutkurde.org/en/kurdorama/map\\_of\\_kurdistan.php](http://www.institutkurde.org/en/kurdorama/map_of_kurdistan.php)

ANEXO 4



Fonte: [http://www.institutkurde.org/en/kurdorama/map\\_of\\_kurdistan.php](http://www.institutkurde.org/en/kurdorama/map_of_kurdistan.php)

**ANEXO 5**



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Zonas\\_de\\_exclusao\\_no\\_Iraque](http://pt.wikipedia.org/wiki/Zonas_de_exclusao_no_Iraque)